

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Hugo Henzel Steinner

**CONHECER PARA PRESERVAR: LEVANTAMENTO HISTÓRICO-
CULTURAL E DE PATOLOGIAS DO CLUBE IJUÍ – IJUÍ / RS**

Santa Maria, RS
2020

Hugo Henzel Steinner

**CONHECER PARA PRESERVAR: LEVANTAMENTO HISTÓRICO-
CULTURAL E DE PATOLOGIAS DO CLUBE IJUÍ – IJUÍ / RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise de Souza Saad

Santa Maria, RS
2020

Steinner, Hugo Henzel

Conhecer para preservar: levantamento histórico cultural e de patologias do Clube Ijuí - Ijuí / RS / Hugo Henzel Steinner.- 2020.

110 f.; 30 cm

Orientadora: Denise de Souza Saad

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2020

1. Patrimônio Cultural 2. Patologia construtiva 3. Levantamento arquitetônico 4. Clube Ijuí 5. Ijuí / RS I. Saad, Denise de Souza II. Título.

Hugo Henzel Steinner

**CONHECER PARA PRESERVAR: LEVANTAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL
E DE PATOLOGIAS DO CLUBE IJUÍ – IJUÍ / RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Aprovado em 27 de março de 2020



Denise de Souza Saad, Dr.^a (UFSM)
Presidente/Orientadora



Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr. (UFSM)



Tarcisio Dorn de Oliveira, Dr. (UNIJUÍ)

Santa Maria, RS
2020

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação de mestrado aos meus pais Carlos Alberto Steinner e Izabel Cristina Henzel Steinner.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade de cursar o mestrado;

Ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, pela organização do curso de mestrado;

À professora orientadora Denise de Souza Saad, por todos os conselhos, oportunidades e orientações;

À Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, pelo auxílio na realização da pesquisa;

Ao professor Tarcisio Dorn de Oliveira pelos incentivos, conselhos, orientações e companheirismo para a realização deste trabalho;

Ao Clube Ijuí, por ter cedido materiais e seu espaço para a produção deste trabalho;

Ao Museu Antropológico Diretor Pestana, pelos materiais consultados que contribuíram para a execução da pesquisa;

À professora Bruna Fuzzer de Andrade, pelos conselhos e orientações para a pesquisa;

Ao colega Luis Gustavo Atkinson, pelo auxílio no levantamento arquitetônico do Clube Ijuí;

Ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias (GTEC/UNIJUÍ), por suas contribuições a este trabalho;

Aos Colegas Anderson, Andressa, Deivide, Luiza, Vera e Patrícia (Turma do Fundão), pela amizade, alento, amor, conselhos, risadas e força;

A todos os envolvidos diretamente ou indiretamente neste trabalho, muito obrigado!

*A felicidade é um problema individual.
Aqui, nenhum conselho é válido. Cada
um deve procurar, por si, tornar-se feliz.*

Sigmund Freud

RESUMO

CONHECER PARA PRESERVAR: LEVANTAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL E DE PATOLOGIAS DO CLUBE IJUÍ – IJUÍ / RS

AUTOR: HUGO HENZEL STEINNER
ORIENTADORA: DENISE DE SOUZA SAAD

A presente pesquisa enfoca nas edificações urbanas como espaços de conservação e preservação das memórias sociais e culturais. Os prédios históricos ocupam um lugar de destaque tanto na memória e no passado das cidades, quanto nos imaginários contemporâneos pelos quais as cidades são imaginadas, vividas e compartilhadas. O objetivo da pesquisa é realizar uma análise histórico-cultural e das manifestações patológicas construtivas encontradas no Clube Ijuí, na cidade de Ijuí, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A análise histórico-cultural é embasada em pesquisa documental com fontes diversas, recorrendo ao histórico do município e à história do clube, enfatizando questões ligadas ao patrimônio cultural e à preservação de edificações históricas. A análise das manifestações patológicas toma por base o mapa dos danos, uma metodologia de pesquisa e intervenção que permite reconhecer uma pluralidade de elementos que constituem a situação arquitetônica, morfológica e estrutural das edificações, identificando e avaliando problemas e propondo soluções, a fim de conservar e preservar o patrimônio urbano. Como resultado, apresenta-se uma análise que enfoca nas fachadas do prédio, descrevendo as manifestações patológicas encontradas e o tratamento ideal a ser realizado para seu enfrentamento. Além disso, a pesquisa alerta para a importância da preservação patrimonial, principalmente dos prédios de prestígio histórico e arquitetônico, como forma de salvaguarda da cultura local e regional.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Patologia construtiva. Levantamento arquitetônico. Clube Ijuí. Ijuí / RS.

ABSTRACT

KNOWING TO PRESERVE: HISTORIC-CULTURAL AND PATHOLOGY SURVEY OF CLUBE IJUÍ – IJUÍ / RS

AUTHOR: HUGO HENZEL STEINNER
ADVISOR: DENISE DE SOUZA SAAD

This research focuses on urban buildings as spaces for conservation and preservation of social and cultural memories. Historical buildings occupy a prominent place both in the memory and in the past of cities, as well as in the contemporary imaginary by which cities are imagined, lived and shared. The research' objective is to carry out a historical-cultural analysis and the constructive pathological manifestations found at Clube Ijuí, in the city of Ijuí, located in the northwest of the state of Rio Grande do Sul (Southern Brazil). The historical-cultural analysis is based on documentary research with different sources, using the history of the municipality and of the club, emphasizing issues related to cultural heritage and the preservation of historic buildings. The analysis of pathological manifestations is based on the damage map, a research and intervention methodology that allows the recognition of a plurality of elements that constitute the architectural, morphological and structural situation of buildings. This methodology identifies and evaluates problems and proposes solutions in order to conserve and preserve the urban heritage. As a result, this work presents an analysis focused on the building facades, describing the pathological manifestations found and the ideal treatment to be carried out to face it. In addition, the research warns of the importance of heritage preservation, especially of buildings of historical and architectural prestige, as a way of safeguarding local and regional culture.

Keywords: Cultural Heritage. Constructive pathology. Architectural survey. Ijuí Club. Ijuí / RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eixos iniciais	21
Figura 2 – Mapa da colônia Ijuhy (sede).....	22
Figura 3 – Moradia de família italiana	23
Figura 4 – Casa comercial José Lucchese.....	23
Figura 5 – Prédio da antiga intendência de Ijuí	24
Figura 6 – Prédio da Prefeitura de Ijuí	24
Figura 7 – Recepção de Antônio Soares de Barros no Clube Ijuí.....	26
Figura 8 – Clube Ijuí na atualidade	27
Figura 9 – Conservação preventiva.....	34
Figura 10 – Desempenho de uma edificação histórica	35
Figura 11 – Principais agentes e mecanismos de degradação	37
Figura 12 – Fluxograma do trabalho.....	46
Figura 13 – Modelo de mapa de danos	48
Figura 14 – Estatutos do Clube	49
Figura 15 – Segunda sede do Clube Ijuí em 1907.....	50
Figura 16 – Terceira sede do Clube Ijuí.....	51
Figura 17 – Localizações das sedes do Clube	52
Figura 18 – Croqui da fachada em 1920	53
Figura 19 – Fachada do Clube em 1923	54
Figura 20 – Fachada frontal.....	55
Figura 21 – Detalhamento da fachada.....	56
Figura 22 – Clube Ijuí após reforma 1934	57
Figura 23 – Modificações na fachada.....	57
Figura 24 – Planta baixa do segundo pavimento em 1920.....	58
Figura 25 – Planta baixa do segundo pavimento em 1990.....	59
Figura 26 – Planta baixa do segundo pavimento em 1990, com salão verde	60
Figura 27 – Modificações internas (a) 1920 (b) 1990 (c) 1990	61
Figura 28 – Jornal “Correio Serrano”, reforma de 1968	63
Figura 29 – Clube após devolução da Prefeitura	64
Figura 30 – Reformas em 1997	65
Figura 31 – Ata de devolução da Sede do Clube.....	65
Figura 32 – Reformas em 1997.....	67
Figura 33 – Reformas realizadas em 2012	67
Figura 34 – Reformas realizadas em 2013	68

Figura 35 – Reformas realizadas em 2014	68
Figura 36 – Reformas realizadas em 2015	69
Figura 37 – Baile Junino em 1929	70
Figura 38 – Baile dos Viajantes, em 1930	70
Figura 39 – Evento infantil na década de 40	71
Figura 40 – Baile dos Torcedores do 19 de outubro, 1935.....	71
Figura 41 – Formatura da primeira turma de contabilidade da "Escola Técnica de Comércio Ijuí" - 18/10/1946	72
Figura 42 – Visita do General Flores da Cunha, em 1934.....	73
Figura 43 – Visita do General Flores da Cunha, em 1934.....	73
Figura 44 – Convite de reinauguração da sede após reforma de 1934	74
Figura 45 – Símbolo do Clube Ijuí.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de patologias da fachada Sul em porcentagem (%).....	79
Gráfico 2 – Índice de patologias da fachada Leste em porcentagem (%)	80
Gráfico 3 – Índice de patologias da fachada Norte em porcentagem (%)	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ficha de aplicação técnica (preparação da superfície)	83
Quadro 2 – Ficha de aplicação técnica (madeira)	84
Quadro 3 – Ficha de aplicação técnica (metais)	84
Quadro 4 – Ficha de aplicação técnica (alvenaria)	85
Quadro 5 – Ficha de aplicação técnica (contaminação por sais)	86
Quadro 6 – Ficha de aplicação técnica (telhado)	86
Quadro 7 – Ficha de aplicação técnica (paredes externas)	87
Quadro 8 – Ficha de aplicação técnica (reboco)	87
Quadro 9 – Ficha de aplicação técnica (alvenarias).....	88
Quadro 10 – Ficha de aplicação técnica (substituição reboco)	89
Quadro 11 – Ficha de aplicação técnica (juntas)	89
Quadro 12 – Ficha de aplicação técnica (substituição peças de alvenaria)	90

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	TEMA	15
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.3	HIPÓTESE	16
1.4	OBJETIVOS	16
1.4.1	Objetivo geral	16
1.4.2	Objetivos específicos	16
1.5	JUSTIFICATIVA	17
1.6	ESTRUTURA DA PESQUISA	18
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
2.1	A CIDADE DE IJUÍ	19
2.2	PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE	28
2.3	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	33
2.3.1	Durabilidade e vida útil das edificações	34
2.3.2	Fatores de degradação e conservação de bens culturais	35
2.3.3	Meios de degradação	37
2.3.3.1	<i>Incidência do sol</i>	37
2.3.3.2	<i>Temperatura</i>	38
2.3.3.3	<i>Água e Umidade</i>	38
2.3.3.4	<i>Ar e vento</i>	39
2.3.3.5	<i>Agentes biológicos</i>	40
2.4	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS	40
2.5	A ASSOCIAÇÃO DE MAPA DE DANOS COM O PATRIMÔNIO	43
3	METODOLOGIA	45
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
4.1	A EVOLUÇÃO TERRITORIAL DO CLUBE IJUÍ	49
4.2	A EVOLUÇÃO FORMAL ARQUITETÔNICA DA ATUAL EDIFICAÇÃO	52
4.3	MEMÓRIAS DO CLUBE IJUÍ	69
4.4	DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA	76
4.4.1	Esquadrias e materiais	77
4.4.2	Estado de conservação e físico	77
4.4.3	Mapa de danos	78
4.4.4	Patologias na Fachada Sul	78
4.4.5	Patologias na fachada Leste	79

4.4.6	Patologias na fachada Norte	80
4.5	PLANO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO.....	81
4.5.1	Ações	82
4.5.1.1	<i>Ações na pintura</i>	82
4.5.1.2	<i>Ações prevenindo umidade</i>	85
4.5.1.3	<i>Ações para queda de reboco</i>	88
4.5.2	Observações acerca das ações propostas	90
5	CONCLUSÕES	91
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXO A – PRANCHA 1 E 2	99
	ANEXO B – PRANCHA 4 E 7	101
	ANEXO C – PRANCHA 5 E 6	103
	APÊNDICE A – FACHADA SUL	105
	APÊNDICE B – FACHADA LESTE	107
	APÊNDICE C – FACHADA NORTE	109

1 INTRODUÇÃO

Nas cidades, com a intensificação da especulação imobiliária, torna-se cada vez mais comum a destruição de edificações que foram marcos históricos, sociais, políticos, econômicos e arquitetônicos em épocas distintas. A arquitetura, por sua vez, faz parte da história dessas estruturas, compondo o patrimônio urbano, possuindo memória e sendo responsável pela manutenção e desenvolvimento da cultura local.

Assim sendo, a memória das cidades se encontra nestes exemplares edificados. Eles são valiosos do ponto de vista cultural, artístico e histórico e integram o imaginário social dos habitantes da cidade. Algumas edificações servem como marcos da história para as gerações presentes e futuras, colaborando ainda para o entendimento de disciplinas como a História, a Sociologia, a Arquitetura, a Antropologia e as demais ciências.

Faz-se necessário criar uma consciência nos habitantes do lugar sobre a preservação desses valores, tradições, práticas e costumes. Essas ações visam o entendimento do valor histórico, artístico e afetivo pela comunidade local, integrando o patrimônio edificado ao âmbito urbano, fazendo-o vivo através de sua funcionalidade e de sua inserção nas dinâmicas da vida cultural, social, política e econômica. Isso representa um desafio à arquitetura contemporânea e à gestão de políticas públicas pois para preservar não basta impedir que o patrimônio seja destruído, mas sim incluir políticas públicas em todas as esferas para a proteção desses bens culturais.

Edificações históricas fazem parte dos bens materiais que compõem o patrimônio histórico urbano. As edificações históricas, que atravessam séculos, são testemunho do desenvolvimento artístico e das técnicas construtivas. Deve-se avaliar o estado atual destas edificações para conhecer o estado físico e de conservação. O controle de qualidade nas etapas da construção, como planejamento, projeto, seleção de materiais, execução e uso da obra são requisitos essenciais para a durabilidade de toda a edificação e, neste caso, especialmente em se tratando da manutenção das edificações históricas.

1.1 TEMA

Propõe-se neste trabalho realizar uma análise histórica, cultural e arquitetônica do Clube de Ijuí.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa parte de um resgate histórico-cultural, observando os fatos relevantes do Clube Ijuí para o município, as relações com memória, história, identidade e patrimônio, bem como o seu estilo arquitetônico. Questiona-se como se deram as modificações arquitetônicas ocorridas com o passar do tempo na sua atual edificação pela intervenção da ação humana e como está o seu estado físico e de conservação atual, bem como sua importância para a comunidade?

1.3 HIPÓTESE

A importância do Clube Ijuí para os cidadãos da cidade devido aos vários acontecimentos marcantes que aconteceram envolvendo o clube, o que pode ser lembrado pelos habitantes das cidades e nos jornais e revistas locais. Essa hipótese está embasada em documentos, relatos e fotografias sobre eventos vividos dentro do clube e que compõem sua história, através de memórias vividas no âmbito da comunidade, bem como o sentimento envolvido nas suas intervenções arquitetônicas.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

O intuito desta pesquisa é contribuir para a preservação e conservação da memória e história do Clube Ijuí. Ela evidencia sua implantação e características, em uma perspectiva histórica, através dos detalhes significativos de sua arquitetura bem como sua influência para a cidade e sociedade local.

1.4.2 Objetivos específicos

Além do objetivo geral, são também objetivos do trabalho:

- a) Levantamento histórico e cultural;
- c) Levantamento fotográfico das manifestações patológicas das fachadas;
- c) Confecção e análise de mapa de danos;
- d) Proposta de ações para conservação e manutenção.

1.5 JUSTIFICATIVA

A escolha da edificação para a realização do estudo foi motivada por esta ser um clube social que existe desde os primórdios da cidade de Ijuí, possuindo relevância social, política, esportiva, morfológica e arquitetônica para o município (LAZZAROTTO, 2002). Além disso, a atual edificação completará 100 anos da sua construção no ano de 2023.

Em 1984, decretava-se a Lei Municipal de número 1977, dispondo sobre proteção ao patrimônio histórico e cultural do município de Ijuí, que até o momento pouco possuía de elaboração em relação ao assunto. Em 1985, no Jornal da Manhã do dia 08 de maio, constava na sua página inicial a seguinte frase: “Preservar a memória é preocupação recente” (JORNAL DA MANHÃ, 1985, p. 1). Essa ação repercutiu na mesma semana na cidade levando à criação da Portaria da Comissão de Preservação do Patrimônio de Ijuí, em conjunto com o arquiteto Luiz Antônio Custódio que representava a Décima Delegacia da antiga SPHAN (Subsecretaria do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional do Ministério de Educação e Cultura), hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O arquiteto visitou diversos imóveis e, por fim, realizou uma palestra na Câmara de Vereadores, marcando o início da discussão sobre preservação do patrimônio na cidade.

As homenagens, cerimoniais e formas de arte prestadas ao Clube Ijuí se caracterizam, de acordo com Medeiros e Surya (2009), como atividades sistemáticas e permanentes no contexto do patrimônio cultural, consideradas incentivadoras da educação patrimonial. Se traduzem como fontes de conhecimento e enriquecimento do indivíduo, habilitando-o para compreender as expressões culturais do patrimônio, observando, questionando e explorando seus aspectos, que são traduzidos em conhecimento, possibilitando ao indivíduo entender o mundo ao seu redor.

Essa construção histórica é um produto coletivo da sociedade que, conforme Machado (2010), inclui toda a cultura, no sentido amplo, bem como a forma que ela é expressa. Logo, afirma-se que a arquitetura do Clube Ijuí é preservada em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que possuem e mantêm com as identidades culturais locais. É possível refletir a composição histórica do município de Ijuí, que integra esferas econômica, social e cultural e a identidade do povo ijuiense a partir das memórias em relação ao Clube Ijuí. Da mesma forma, o clube conjuga um sentimento de pertencimento com o lugar, de formação da memória urbana,

fundamental para a recuperação das lembranças e para a formação da identidade e do fomento da cidadania.

A importância do trabalho se dá acerca dos fatores históricos, culturais, sociais e econômicos e em como eles se relacionam em uma retrospectiva da edificação desde os seus primórdios, estabelecendo relações entre a arquitetura, a engenharia civil e o patrimônio cultural. A pesquisa possui cunho social, ao proporcionar à sociedade o contato direto com as manifestações culturais locais, promovendo a busca por conhecimento, apropriação e valorização da cultura, privilegiando interações entre a comunidade e o lugar. Possuindo uma significativa contribuição histórica ao município, localizando-se ao lado da Prefeitura Municipal, o Clube Ijuí se destaca pela relevância cultural e morfológica como sendo uma das edificações mais reconhecidas do município.

1.6 ESTRUTURA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em cinco capítulos. Nesta *Introdução*, apresentam-se a importância do tema, o problema, sua relevância, a hipótese, os objetivos geral e específicos, a justificativa e também uma breve contextualização do trabalho.

O segundo capítulo, *Revisão Bibliográfica*, trata do embasamento teórico, um histórico do município de Ijuí evidenciando os primórdios do Clube Ijuí, sua fundação, bem como fatos marcantes da história do Clube inseridos na história municipal. Neste capítulo são observados também os conceitos sobre a elaboração de um inventário arquitetônico, as patologias na construção civil, as causas que levam às mesmas e as possíveis soluções, dependendo da caracterização de cada patologia.

No terceiro capítulo, *Metodologia*, apresentam-se os parâmetros para a elaboração da pesquisa e para a confecção do mapa de danos da edificação.

No quarto capítulo, *Resultados e Discussões*, exhibe-se o levantamento arquitetônico, com a caracterização da edificação, os detalhes construtivos, o grau de proteção, descrição arquitetônica da edificação, tipo de estrutura, materiais construtivos, esquadrias, estado físico e de conservação, seu entorno e imagens das patologias, suas técnicas, estilo arquitetônico. O capítulo conta com o levantamento fotográfico das patologias junto com o mapa de danos e ações para as fachadas.

Por último, apresenta-se as *Conclusões* abordando as discussões pertinentes ao tema e sua limitação a partir dos objetivos da pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A CIDADE DE IJUÍ

De acordo com o IBGE (2017), o município de Ijuí localiza-se na região noroeste do Rio Grande do Sul, com uma população de 78.915 habitantes e distante a 396 quilômetros da capital Porto Alegre. Teve seu início como colônia, fundada em 19 de outubro de 1890, recebendo imigrantes de várias nacionalidades. Teve seu desenvolvimento impulsionado a partir do ano de 1899, quando foi incentivado o assentamento de colonos que possuíam o conhecimento em agricultura, vindos de colônias mais antigas do Rio Grande do Sul. O município é conhecido por “Terra das Culturas Diversificadas” por reunir diversos grupos étnicos, como africanos, índios, portugueses, franceses, italianos, alemães, poloneses, austríacos, letos, holandeses, suecos, espanhóis, japoneses, russos, árabes, lituanos, ucranianos, entre outros. *Ijuhy*, como era inicialmente chamado pelos indígenas que ali habitavam significa “Rio das Águas Claras” ou “Rio das Águas Divinas” (IBGE, 2017).

Os primeiros imigrantes, segundo Lazzarotto (2002), eram de origem polonesa, em sua maioria, e tiveram dificuldades de adaptação devido ao clima e ao ofício, pois era necessário derrubar mato e abrir trilhas. Com as primeiras habitações feitas de barracões, zelavam com suas famílias e aguardavam a construção da habitação no respectivo lote. Depois, vieram os imigrantes italianos, vindos de colônias como Caxias do Sul e Silveira Martins, também os alemães, de São Leopoldo, além de russos, austríacos, letos, espanhóis, árabes e libaneses.

O município, segundo Lazzarotto (2002), surgiu em meados do século XIX no meio de duas vilas que são hoje as cidades de Cruz Alta e de Santo Ângelo. Na época, trafegar de um local para o outro não era uma tarefa fácil, exigindo tempo e trabalho, pois não existia uma estrada adequada que as ligasse. Logo, o governo da Província decidiu abrir um atalho e construir uma passagem com 12 quilômetros de extensão, chamada Picada do Rio Conceição, encurtando em 60 quilômetros a distância entre as duas vilas e dando início ao processo de colonização na região.

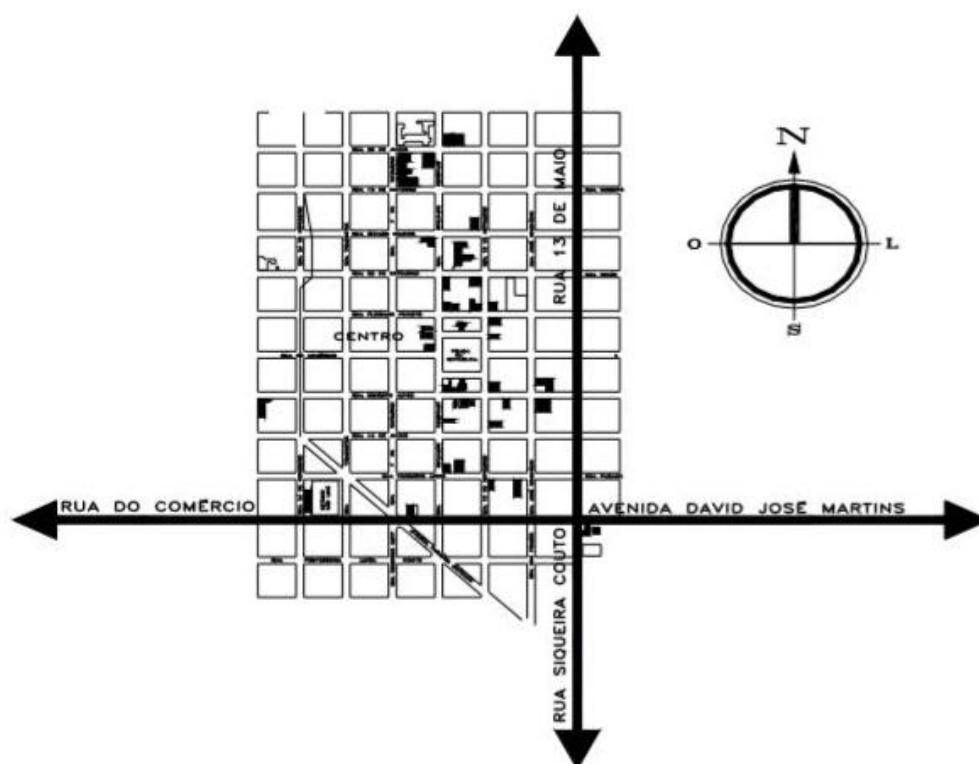
Criou-se, de acordo com Marques e Brum (2004), o Serviço de Terras e Colonização, dirigido pelo engenheiro Carlos Torres. No município de Santa Maria havia sido criado a colônia de Silveira Martins, posteriormente tornando-se o eixo principal dos imigrantes de nacionalidades diversas para o processo de colonização,

operando os serviços da Comissão de Terras. A ferrovia, meio utilizado pelos imigrantes para trafegarem, existia primeiramente até Santa Maria e depois até Silveira Martins. Os demais trajetos eram realizados utilizando carretas de duas rodas puxadas por bois. Por carretas, também chegavam, embora mais vagarosamente e com dificuldades, até as novas colônias. Nelas era necessário plantar e cultivar a terra, para que estes trabalhos e dificuldades pudessem render frutos de prosperidade no futuro.

No ano de 1890, conforme Lazzarotto (2002), o então chefe da colônia Silveira Martins, José Manuel de Siqueira Couto, foi o fundador e primeiro diretor da colônia Ijuí, dirigindo-a por quase dois anos, de 19 de outubro de 1890, cuja data demarca sua fundação, até 6 de julho de 1892. Augusto Pestana encarregava o engenheiro José Manuel de Siqueira Couto, que era chefe da Comissão de Terras em Silveira Martins, para realizar a medição de lotes e prepará-los para o recebimento dos imigrantes. O objetivo era aglomerar imigrantes de várias etnias pois era uma política do governo estadual evitar a criação de núcleos étnicos unificados. De acordo com Bindé et al. (1996), o padre Antony Cuber percorreu o povoado em 1898 e detectou 19 idiomas distintos. No primeiro momento, 22 indivíduos se instalaram na sede da colônia e uma centena de famílias se colocaram em pontos diversos do interior, dando origem às várias células que hoje compõem o município.

Agrimensores sucessores de José Manuel Siqueira Couto, de acordo com Marques e Brum (2004), projetaram a malha urbana e rural do município, dimensionando quadras de cem por cem metros (10.000 m²) na direção norte/sul e leste/oeste. A malha era a sede da Colônia, onde se encontravam, primeiramente o comércio e os órgãos públicos. Segundo Silva (2003), o desenho iniciava-se de dois eixos orientadores: o principal, denominado linha base, correspondendo ao sentido norte-sul, onde atualmente localiza-se a rua 13 de Maio e; o outro eixo, em épocas passadas chamado de Travessão 20, que hoje se encontra a Rua Do Comércio, conforme Figura 1.

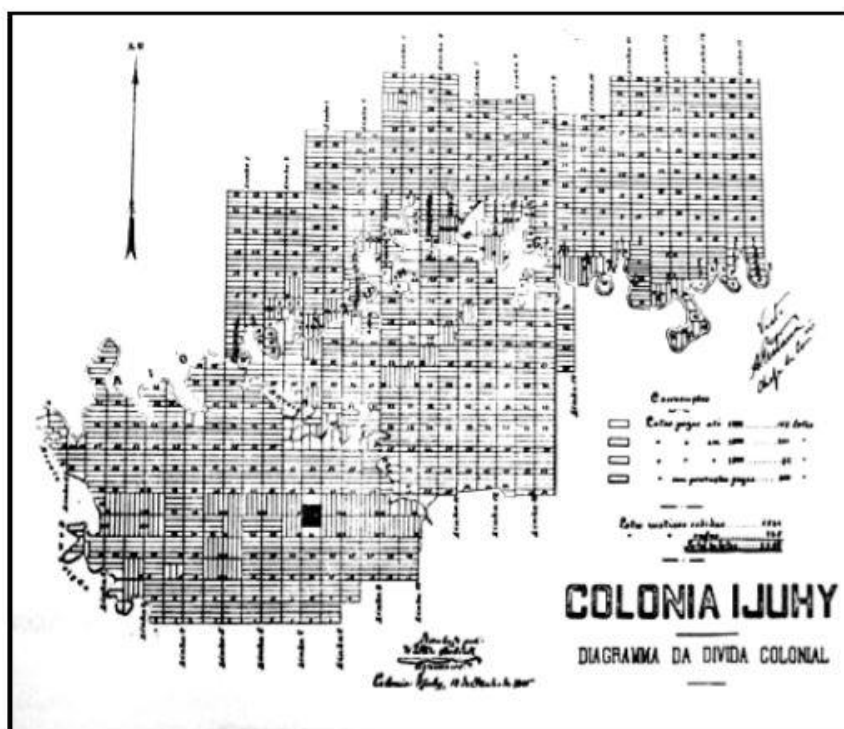
Figura 1 – Eixos iniciais



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, 1899.

Essa orientação ainda governa o planejamento urbano do município de Ijuí. No ano de 1899, Augusto Pestana relatou sobre o censo demográfico realizado em Ijuí, divulgando a existência de 2.715 lotes demarcados, dentre outras informações. Segundo Lazzarotto (2002), a população total era de 7.413 habitantes, destes 585 encontravam-se na sede. Na área central, duas edificações amparavam templos religiosos provisórios, além de 65 casas de alvenaria e 72 de madeira, conforme Figura 2.

Figura 2 – Mapa da colônia Ijuhy (sede)



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, 1899.

De acordo com a Schwerz (2014), nota-se que o estilo arquitetônico do município era inspirado nos modelos europeus, conforme Figuras 3, 4, 5 e 6. Até o município ser efetivado e, apesar da diversidade étnica, evidencia-se que a arquitetura da edificação do Clube Ijuí possui características do movimento *Art Déco*.

Figura 3 – Moradia de família italiana



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, s/d.

Figura 4 – Casa comercial José Lucchese



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, s/d.

Figura 5 – Prédio da antiga intendência de Ijuí



Fonte: Belinaso (2019).

Figura 6 – Prédio da Prefeitura de Ijuí



Fonte: Definidos... (2019).

Marques e Brum (2004), apontam que Siqueira Couto não ficou na colônia durante os anos em que foi diretor. Em 1891, após realizar uma inspeção na colônia, retornou a Porto Alegre. Dessa maneira, sob sua supervisão, orientaram a colônia seus representantes, Olinto Couto, o agrimensor Bush e o Dr. Luiz de Azevedo, que

era um “maragato” dos quatro costados, desaparecido na Revolução Federalista de 1893. Lazzarotto (2002) afirma que a partir de 6 de julho de 1892, o novo diretor era o agrimensor Ernesto Mützel Filho, dirigindo por seis meses, até 28 de setembro do mesmo ano. A partir de então, o agrimensor Horácio da Silva Lima exerceu o cargo de diretor por sete anos, desempenhando importantes funções. Sendo o terceiro diretor da colônia, filho de José Gabriel da Silva Lima, que dirigiu os serviços de abertura da Picada Conceição e de intendente em Cruz Alta.

No dia 1º de janeiro de 1899, conforme Marques e Brum (2004), o quarto e último diretor que assumiu a colônia foi Augusto Pestana. Segundo Schwerz (2014), Pestana era natural do Rio de Janeiro, engenheiro, especialista em transportes ferroviários, político e o principal incentivador da emancipação política da cidade. Marques e Brum (2004) relatam sobre a índole de Augusto Pestana, descrevendo como a colônia cresceu sob sua supervisão, superando discórdias e obstáculos, sendo considerado pioneiro na colonização. Os habitantes sentiam-se seguros e confiantes para trabalhar em um bom ritmo, avançando a colônia, progredindo e crescendo, dando novos ares para Ijuí, marcando o início progressista da cidade. Colocando segurança e definição na colônia, ainda assim, era uma época tumultuosa, devido às políticas remanescentes da Revolução de 1893.

Conforme Schwerz (2014), no período de Augusto Pestana, ele mudou a sede para as margens do Rio Ijuí, como apelo aos imigrantes que se estabeleceram no lugar onde hoje está a ponte sobre o Rio Ijuí. Com isso, ele procurou corrigir uma falha de localização, pois sabia da importância de uma cidade ter às suas margens um curso d'água com volume relativamente alto. Porém, a mudança de sede não surtiu o efeito desejado pois poucos imigrantes transferiram-se para as margens do rio e alguns acabaram por regressar, quando perceberam que a mudança não se consolidaria.

No ano de 1901, em conformidade com Marques e Brum (2004), realizou-se a “Grande Exposição Estadual”, rendendo sete medalhas de bronze e 32 menções honrosas, fruto do trabalho que dignificou a figura de Augusto Pestana, que permaneceu na direção da colônia por quase 14 anos. A partir da chegada de agricultores mais experientes, originados das “colônias velhas”, seduzidos por sua administração, colocaram Ijuí em um ritmo acelerado de desenvolvimento. Em 1912, a colônia estava madura, tendo forças para progredir com autonomia, assumindo responsabilidade e personalidade política no estado. Em 31 de janeiro de 1912,

adquiriria maioria política. Na Figura 7, observa-se a recepção do Cel. Antônio Soares de Barros, em 1910.

Figura 7 – Recepção de Antônio Soares de Barros no Clube Ijuí



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, 1910.

Elevar a colônia para a categoria de vila e de município, conforme Marques e Brum (2004), foi firmado pelo Decreto nº 1.814 de 31 de janeiro de 1912, assinado pelo doutor Carlos Barboza Gonçalves, Presidente do Estado. A data de 31 de janeiro é considerada um marco na história municipal. Os principais mobilizadores pela emancipação da colônia foram o engenheiro Augusto Pestana, o coronel Antônio Soares de Barros, comerciante firmado e influente e o general Firmino de Paula, chefe político da região Serrana, bem como os Intendentes dos municípios vizinhos.

Marques e Brum (2004) afirmam que às 11 horas do dia 11 de fevereiro de 1912, perante autoridades, por ato solene, foi realizada a instalação oficial do Município de Ijuí, colocando no cargo de Intendente Provisório o engenheiro Augusto Pestana, que desempenhou a função durante cinco meses. No dia 11 de julho de 1912 foi nomeado o coronel Antônio Soares de Barros para substituir Augusto Pestana, sendo confirmado por voto unânime. A instalação do município foi realizada nas dependências do Clube Ijuí.

O Clube Ijuí representa uma parte da história da cidade que se mantém preservada até os dias de hoje. Originalmente a obra era caracterizada pelo estilo Neoclássico adaptado ao *Art Déco*, porém, com o passar dos anos, e após sofrer modificações, houve uma descaracterização na fachada que acabou por modificar o estilo original, conforme Figura 8.

Figura 8 – Clube Ijuí na atualidade



Fonte: Autoria própria, 2019.

2.2 PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Pelegrini (2009) sinaliza que a memória possui a capacidade de armazenar informações no cérebro, constituindo a identidade individual e coletiva. Alusiva aos modos de compreensão da sociedade, a memória é fundamental para a continuidade da preservação e das práticas da cultura. A autora trata do conceito de identidade, que provém de determinados interesses, caracterizado por ser contínuo e complexo, tratando do indivíduo em relação ao meio social. Identidades são elaboradas dentro da uma comunidade, exigindo aceitação e credibilidade, firmando negociações com o outro. Entende-se a importância da memória para a formação da identidade e desta para o âmbito coletivo, perante a comunidade.

Abreu (1998) argumenta que a memória urbana é parte fundamental da identidade de um lugar. A memória individual possui importância para a recuperação da memória das cidades. A partir dela e de seus registros pode-se recuperar o tempo e o espaço que jazem nas lembranças dos cidadãos. A partir da identidade subsidiada pela memória estimula-se o sentimento de pertencimento dos indivíduos ao lugar, o que reflete também como incentivo à cidadania. Através das lembranças dos cidadãos pela cidade, sua história permanece viva e o senso de pertencimento permanece compartilhado.

A memória diz respeito ao passado, porém, é reformulada pelos sujeitos no presente de forma contínua e de acordo com seus interesses. Sendo fluída, é uma construção social e, apesar disso, necessita de suporte físico para ser evocada. Machado (2010) constata que é por meio da memória que se encontram aspectos que determinada sociedade reconhece como elementos próprios de sua história, da tipologia do espaço onde se vive, das paisagens naturais ou construídas. Sendo os lugares da memória âncoras para facilitar a lembrança.

Deve-se entender a maneira que esses suportes se tornam referências para as práticas sociais de identidade e de pertencimento, bem como analisar de que modo o homem adquire identidade no contexto urbano. Viver na cidade é estar em contato cotidianamente com o diferente, com o outro. Através da disposição no espaço, identidade remete à hábitos e costumes de um grupo em questão, podendo ter vínculo com o indivíduo, ou não. Nessa relação, com a assimetria sobre o contato, afirmamos nossa individualidade. No entanto, cada indivíduo tem um ponto de vista do social, ou seja, cada memória individual tem um posicionamento sobre a memória coletiva e

essa subjetividade se relaciona com o viés social em que o sujeito se encontra. Assim, Oliveira e Callai (2018) observam:

A preservação da arquitetura é uma medida eficaz, pois garante que os sujeitos tenham a possibilidade de conhecer e reconhecer-se em sua própria história e na de outros. É através dos bens patrimoniais que os indivíduos conseguem efetivar e se certificar de sua identidade cultural, podendo também reconstruir seu passado histórico. Neste contexto, a preservação do patrimônio mostra-se através de uma grande complexidade, objetivando requalificar as cidades sem agredir a paisagem urbana, já que a cidade real passa a ser o foco, ao invés da cidade ideal (OLIVEIRA; CALLAI, 2018, p. 143).

Os bens patrimoniais são parte da história viva na cidade, estando presentes de fato nos acontecimentos do lugar. Além disso, os fenômenos referentes à globalização podem representar uma desvalorização desses bens. Adans (2002) sinaliza que o processo de globalização traz consigo a desvalorização da memória, havendo um movimento contrário à preservação, criando dificuldades e empecilhos nos assuntos voltados às questões de patrimônio cultural. Nesse sentido, Karnal (2005) afirma que a história precisa ser reescrita, não apenas vindo de descobertas e documentos no seu sentido amplo, mas também englobar as mudanças de significado que damos aos documentos antigos. A maneira como esse passado e aquilo que consideramos importante é representado está em constante processo de mudança. Da mesma forma que a memória muda para os fatos interpretados por nós, também muda para os acontecimentos mais amplos. A história é viva e mutável.

Não sem dificuldades, mas com planejamento e organização é possível contemplar aspectos ligados à preservação integrando, por exemplo, a inserção no planejamento urbano e a revitalização através do uso dos bens patrimoniais preservados. Relacionando as demolições com a memória e identidade, Oliveira e Callai (2018) sinalizam:

O espaço urbano contemporâneo, destituído de várias edificações e conjuntos arquitetônicos, transformam-se em espaço heterogêneo, que, muitas vezes, não valoriza os edifícios com relevância arquitetônica remanescente. As demolições relacionam-se principalmente com a perda da memória da evolução urbana, e com o empobrecimento da ambiência que poderia ser mais diversa e rica. Estes fatores corroboram para seu futuro desaparecimento, indicando a necessidade imediata da preservação do que há (OLIVEIRA; CALLAI, 2018, p. 143-144).

É uma obrigação social cultivar o patrimônio de uma cidade para que sua história se mantenha viva. Halbwachs (1990) afirma a existência de duas memórias: uma individual e outra coletiva, interior e exterior, pessoal e social. A memória coletiva é considerada mais ampla que a individual, contendo dentro de si as memórias pessoais de cada indivíduo. A memória individual possui um sentido mais contínuo para o indivíduo, nesse sentido, a memória coletiva não se apresenta dessa mesma maneira. Conforme o autor, a memória individual é evocada pelo indivíduo de forma que ele se ancora em pontos de referência existentes no coletivo, funcionando em interdependência com o meio social a que o sujeito pertence.

Machado (2010) compartilha que a memória coletiva é um fator de grande relevância numa sociedade, pois é nessa memória que se busca respostas para as perguntas feitas sobre a origem de cada povo, bem como, sobre sua identidade cultural. Le Goff (1996) observa que a memória conserva certas informações e possui inicialmente um conjunto de funções psíquicas, no qual o homem pode atualizar impressões ou informações passadas.

Ainda, para Le Goff (1996), a memória coletiva não é somente uma conquista: é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades – cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita – que melhor permitem compreender a luta pela dominação da recordação e da tradição. Para o autor, a memória é um elemento essencial da identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades. Para muitos povos a memória é um artifício fundamental para a sobrevivência e perpetuação de suas tradições.

Pollak (1992) ressalta que a memória, tanto individual quanto coletiva, é composta por acontecimentos vividos tanto individualmente e, em segundo momento, em acontecimentos vividos pelo grupo ao qual a pessoa pertence. Esses, às vezes, não são vivenciados pelo indivíduo, porém, na dimensão imaginária, tomam tal importância que é quase impossível saber se o sujeito participou ou não deles. Os espaços urbanos acabam por garantir um quadro de referências que se adaptam às percepções do presente e apoiam a permanência na cidade.

Candau (2014) observa que a memória e a identidade jazem em lugares, constituindo referências perenes notadas por uma comunidade, como um desafio ao tempo. Dimenstein (2017) afirma que uma das dimensões de ligação com o passado é a relação com os lugares em que vivemos e os elementos que os compõem ou

compuseram. É a memória do lugar vivido e de seu patrimônio. Entretanto, com o passar dos anos, as pessoas mudam ou deixam de estar presentes nos lugares em que estiveram e que passam a ser lembrados como vivências históricas. Nesse processo, as pessoas utilizam a imagem visual (fotografias, vídeos, filmes) para registrar a ação e a situação física dos locais, cidades, monumentos e edificações.

Relacionando memória, identidade e educação, Oliveira e Callai (2018) afirmam que:

As edificações, o traçado da cidade, os passeios, as praças, o paisagismo, as manifestações culturais, os costumes, os saberes e demais práticas culturais tornam-se referências simbólicas e afetivas da sociedade em relação ao espaço em que vivem, constituindo tais referências a imagem e a identidade da cidade. Trabalhar a educação juntamente com a arquitetura, através da educação patrimonial nas cidades, possibilita várias interpretações e entendimentos, ao se tornar uma ferramenta fundamental na promoção e na vivência da cidadania, podendo ser definida como um ensino centrado nos bens edificados. Tal procedimento toma a arquitetura como ponto de partida para desenvolver tarefas pedagógicas que consideram tais bens como fonte primária no processo de ensino e aprendizagem (OLIVEIRA; CALLAI, 2018, p. 144).

A educação patrimonial é um dos melhores caminhos para a perpetuação da memória desses bens, trazendo também a cultura imaterial para o compartilhamento entre as pessoas da cidade. A memória, como instrumento que situa o homem no tempo e lhe confere percepção de sua finitude, necessita dessas estruturas materiais que estão ligadas à nossa capacidade de lembrar. Processo que implica, portanto, na formação das identidades. Identidade pode ser definida como aquilo que diferencia um sujeito dos outros, que garante suas peculiaridades e uma compreensão global do lugar que ele ocupa na sociedade. Esse processo ocorre cotidianamente quando entramos em contato com o meio social.

Severo (2004) entende a efetividade e o pertencimento como categorias emocionais vinculadas ao espaço local físico, como experiências da ordem do vivido e que pertencem ao quadro subjetivo daqueles que habitam ou transitam por algum território. Quem está de passagem não vislumbra os significados de imediato e, mesmo que consiga contextualizar o monumento histórico a partir de um saber prévio, na maioria das vezes, não será capaz de “mergulhar” no objeto afetivamente e entregar-se ao jogo que torna o passado vivo no presente. A sociedade que vivencia a experiência emocional com o seu patrimônio consolida a autoestima do grupo com saber e sensibilidade.

Sendo assim, as construções contam parte importante das relações entre a cidade e seus habitantes. Suas características no espaço, materiais e técnicas para sua edificação corroboram para a ativação da memória social relacionando-se naquele espaço. Nessa perspectiva, Oliveira e Callai (2017) entendem que os bens patrimoniais pertencem à comunidade que os produziu e que a compõem. Assim, a consciência em preservar, sem dúvida, contribui para que os demais possam usufruir desta herança e, que por meio destes testemunhos do passado, possam compreender o processo de desenvolvimento da identidade e pertencimento desse espaço. Conservar os bens materiais é buscar garantias de que a própria memória imaterial irá continuar sendo perpetuada naquela comunidade.

Para Pollack (1992), o sentimento de identidade é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida é referente a ela própria, é a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria por acreditar na sua própria representação. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros. Corroborando, Oliveira e Oliveira (2005) entendem que preservar o patrimônio arquitetônico pode ser uma medida eficaz para garantir que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer sua própria história. Através da materialidade os sujeitos conseguem realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também reconstruir seu passado histórico. A memória material garante, assim, a memória imaterial.

Todo monumento artístico, segundo Riegl (1991), possui valor histórico, representa um certo estágio da evolução artística que não apresenta nenhuma substituição equivalente. Nesse sentido, o patrimônio agrega valores histórico, artístico, cultural e arquitetônico, não esquecendo da singularidade que o destaca dos demais. A recuperação destes valores é um ato de preservação e conservação. O debate vem se ampliando ao passo que se criam conselhos, comitês e organizações que tratam da preservação e conservação do patrimônio, como o ICOMOS, UNESCO e o IPHAN, entre outros.

Para Lemos (2000), o conceito de preservação é abrangente e seu sentido é definido por outros conceitos complementares que incidem na ampla definição de Patrimônio Cultural. Delphim (2005) relata que o termo *preservação* vem do latim, e significa observar previamente. Preservar inclui todas as operações necessárias para a defesa de um bem, para salvaguardar e valorizar, garantindo sua perpetuação para o futuro, identificando, protegendo, conservando, restaurando, renovando, fazendo a

manutenção e entre outras atividades, protegendo sua autenticidade, prologando sua identidade cultural e assegurando seus valores culturais. Klüppel e Santana (2006) corroboram afirmando que preservar é manter boas condições de uso, evitando o aparecimento de problemas e garantindo a manutenção estética e histórica da edificação.

A preservação depende diretamente do conhecimento popular. A falta deste entendimento afeta a preservação do patrimônio propriamente dito, especialmente aqueles ligados à arquitetura e aos bens urbanos. Finalizando, Lemos (2000) disserta que preservar não é somente colecionar objetos ou coisas, mas manter vivos os usos e costumes populares representativos de cada época e também fazer levantamentos de edificações, sítios urbanos ou rurais, que podem estar fadados ao desaparecimento (LEMOS, 2000).

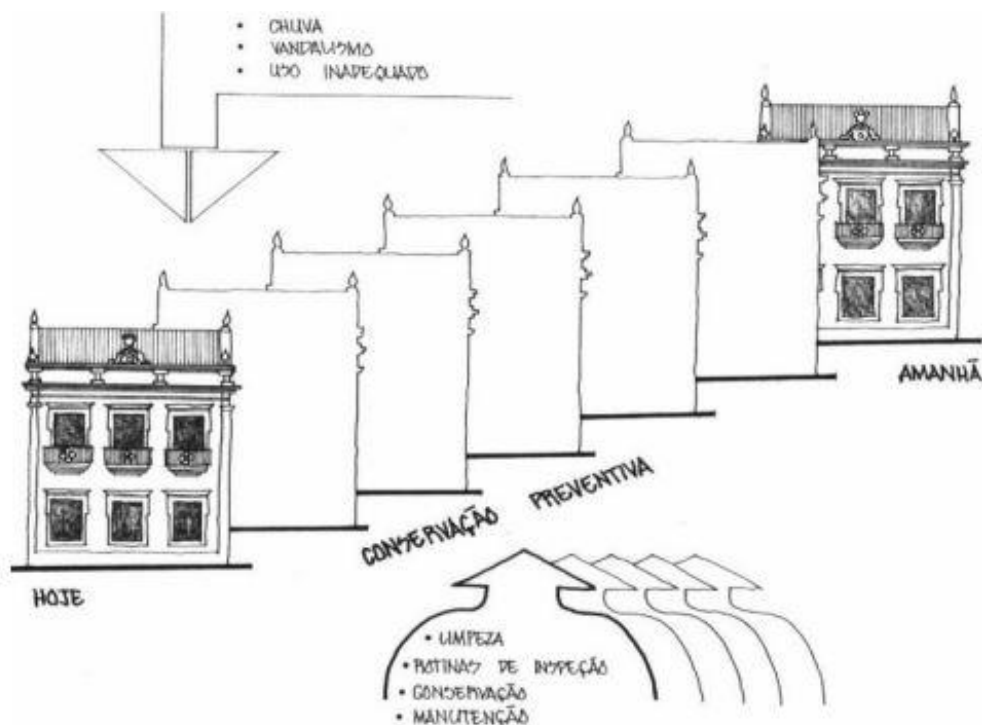
2.3 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Segundo Castro (1991), preservação é quando o Estado realiza ações para conservar a memória de fatos ou valores culturais de um povo. Assim, Meira (2001) observa que o conceito de preservação está dentro de um campo de ações aplicadas a favor de um patrimônio material, no caso, tratando-se do Clube Ijuí. A conservação é estendida até ações como manutenção, restauração, inventários, levantamentos, documentações de diversos tipos, consolidando-as. Trata-se, ainda da valorização, proteção e educação patrimonial.

Na Constituição Federal (1988), no art. 216, consta que as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais são considerados patrimônio cultural brasileiro, podendo ser de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade cultural, ação e memória de diferentes grupos sociais. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN relata em seu manual de conservação que ao longo do tempo em que uma edificação se encontra, e onde se deseja estar no futuro, existe um leque de ações de preservação, que este órgão intitula de Conservação Preventiva.

De acordo com a Figura 9, entende-se que realizar a manutenção das edificações, com vistorias periódicas, é uma ação de preservação pautada tanto pela segurança quanto pela economia, garantindo assim durabilidade e vida útil à edificação.

Figura 9 – Conservação preventiva



Fonte: IPHAN (2001).

2.3.1 Durabilidade e vida útil das edificações

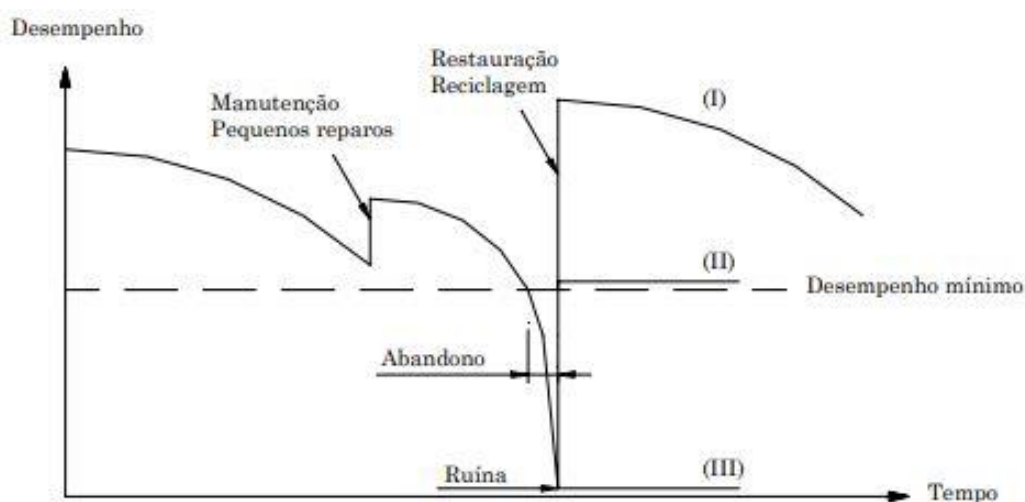
As definições deste assunto buscam conferir vida útil de uma edificação. Seu funcionamento através do tempo deve oferecer segurança, funcionalidade e outras questões pautadas desde o momento de sua concepção. A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (1999) entende durabilidade como a capacidade de um bem material conseguir realizar sua função sob as condições de uso e manutenção adequadas até que alcance um estado limite.

Durabilidade, conforme a ISO 13823 (2008), diz respeito à capacidade de uma edificação e/ou dos seus componentes de contentar com uma manutenção planejada os pré-requisitos de desempenho do projeto por um espaço de tempo específico, sob influência de intempéries, ou ainda como produto do processo de envelhecimento natural. A ISO 13823 (2008) também descreve a vida útil de uma estrutura como o estágio de tempo efetivo durante o qual a estrutura/edificação ou ainda seus componentes agradem os requisitos de desempenho de projeto, sem imprevistos de manutenção ou reparo. A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2013) define vida útil como um espaço de tempo da durabilidade de uma edificação ou de

suas partes. A vida útil obedece aos planos de operação, uso e manutenção previstos tendo em vista o tempo que a mesma e suas partes atendem aos requisitos funcionais para os quais foram projetadas.

Com relação à durabilidade e vida útil de uma edificação é possível, através de suas características técnicas e funcionais, projetar uma relação entre a teoria e a realidade, como indicado na Figura 10, apontada por Lersch (2003).

Figura 10 – Desempenho de uma edificação histórica



Fonte: Lersch (2003).

Conforme Lersch (2003), ao longo do eixo do tempo, o desempenho da edificação diminui, necessitando de manutenção, visando corrigir os problemas detectados, restabelecendo seu desempenho. Dessa forma, com o passar do tempo, caso os reparos não aconteçam, o desempenho pode cair até atingir o pior estágio de uma edificação, a ruína. Portanto, faz-se necessário ações para a recuperação do desempenho da edificação, restaurando ou reciclando, objetivando restituir suas funções originais, garantindo sua vida útil por um maior período de tempo.

2.3.2 Fatores de degradação e conservação de bens culturais

A *American Society for Testing and Materials* – ASTM E632 (1998) apregoa que qualquer fator externo pode afetar negativamente o desempenho de uma estrutura, considerando intempéries, agentes biológicos, esforços, incompatibilidade e fatores de uso, entre outros. Para Possam e Demoliner (2013), a degradação

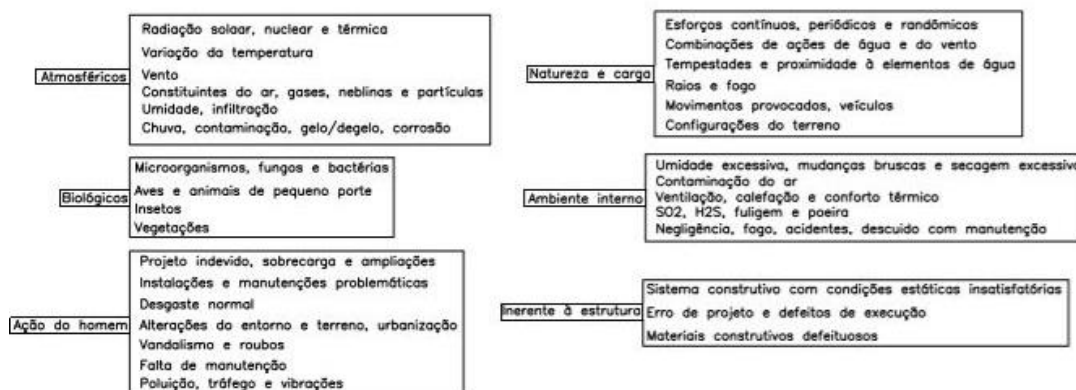
prematura ou das partes de uma edificação e, conseqüentemente, a redução do seu desempenho são problemas frequentes. Essa degradação ocorre em virtude do envelhecimento precoce das edificações, que geralmente é desencadeado pela baixa qualidade dos materiais de construção empregados, por problemas de projeto e/ou execução e por falta de manutenção.

Lersch (2003) considera uma classificação dos fatores de degradação levando em conta:

- Considerar que as condições expostas variam para um mesmo componente devido as condições de clima, microclima e de uso;
- O fator de degradação varia segundo o material, suas características e propriedades intrínsecas e pela função que desempenha;
- As probabilidades de as manifestações patológicas verificadas nas edificações apresentarem causa única são quase nulas, tendo sua origem multifatorial, dependendo dos diversos fatores que levaram à degradação.

Para propor soluções que tangem à conservação destes bens, conforme Feilden (1982), é necessário entender os fundamentos de conservação no âmbito de edificações culturais históricas. O Comitê Científico Internacional para Análise e Restauração de Estruturas do Patrimônio Arquitetônico (2001) conclui que, para compreender este assunto, é necessário entender o que ele engloba, tratando de questões que antecipam as manifestações patológicas, das causas e não somente dos sintomas. Sendo assim, ao analisar os principais agentes e mecanismos de degradação, afirma-se que eles envolvem fatores atmosféricos, ambientais ou climáticos, biológicos e botânicos, também a forma como é usada a edificação e a ação do homem na mesma. Além disso, participam como variantes a natureza e as cargas, o seu ambiente interno e alguns fatores inerentes à estrutura da edificação. A Figura 11 sintetiza esses agentes.

Figura 11 – Principais agentes e mecanismos de degradação



Fonte: Autoria própria, 2019, baseado em ASTM 632 (1998), D'ossat (1972), Feilden (1982) e Lersch (2003).

2.3.3 Meios de degradação

Lersch (2003) aponta que o meio de degradação é o mecanismo que age exercendo efeito sobre as características da edificação para determinar o fator de degradação de uma estrutura. Segundo a American Society for Testing and Materials – ASTM E632 (1998), os mecanismos de degradação são um conjunto de alterações físico-químicas que causam diminuições de uma ou mais propriedades de um componente ou material construtivo, quando apresentado para um ou mais fatores de degradação. Contudo, Lersch (2003) afirma que esses mecanismos são desencadeados em fenômenos consequentes, agindo sobre os materiais.

2.3.3.1 Incidência do sol

Feilden (2003) aponta que a incidência do sol é a principal causa das condições climáticas. Três características importantes devem ser observadas:

- A ação dos raios ultravioletas;
- O espectro de luz visível;
- Os raios infravermelhos.

Feilden (2003) considera ainda a luz como sendo um agente destrutivo para materiais orgânicos devido à tendência desses materiais em perderem cor, massa e outras características. Os raios ultravioletas fazem com que as fachadas e/ou outros componentes das edificações tenham temperatura maior ou menor, conforme sua orientação.

2.3.3.2 *Temperatura*

Feilden (2003) aborda que a diferença de temperatura ocorre pelo tempo de exposição de parte da edificação às radiações solares. Neste sentido, uma maior incidência solar em uma determinada fachada aquece os materiais construtivos expostos nela. O contrário acontece quando uma outra fachada se encontra em uma orientação solar diferente, ou seja, recebendo menor incidência solar apresenta menor temperatura.

Queruz (2007) elenca três alterações físicas que ocorrem devido à amplitude térmica nos materiais:

- Alterações dimensionais (dilatação e contração);
- Alterações nos níveis de umidade;
- Movimentações quando submetido a carregamentos.

Entretanto, a temperatura pode ainda colocar as construções em risco, incidindo tanto na estrutura, no revestimento ou no acabamento. Para Consoli (2006), esse fator pode ser considerado como um dos mais agressivos, pois mudança em relação à água, umidade e radiação solar podem comprometer as funções da construção.

2.3.3.3 *Água e Umidade*

Água e umidade são uma das principais causas de diversos problemas comuns nas edificações. Podem comprometer os materiais e suas propriedades, bem como sua durabilidade e qualidade de desempenho. Os problemas ocorridos devido à água e umidade, segundo Medeiros (1998), no contexto de uma edificação são:

- Propagação de microrganismos;

- Alterações dimensionais nos componentes e elementos construtivos
- Manchas e eflorescências;
- Deterioração dos revestimentos;
- Comprometimento de funções da edificação e suas condições de habitabilidade.

Corroborando com a discussão, Verçosa (1991) afirma que os problemas relacionados à água são uma causa fundamental para manifestações patológicas do tipo eflorescência como mofo, bolor, ferrugem, descolamento da pintura e do reboco, até problemas de uma esfera maior, como estruturais.

Contemplam cinco fatores para o surgimento e o aumento da umidade em edificações:

- Infiltração: absorção de água por meio das fundações, do solo, penetrando no piso e nas paredes da estrutura. Quando não há impermeabilização correta das peças pode chegar a um nível de capilaridade e evaporação (VERÇOSA, 1991);
- Ascensional: gera manchas próximas ao nível do terreno, além de pontos de erosão seguidos de bolor, criptoflorescências e eflorescências (LERSCH, 2003);
- Condensação: mais prejudicial que a água da chuva, devido ao vapor contendo fragmentos suspensos, que causa vários danos à edificação. No momento que o vapor d'água entra em contato com temperaturas mais baixas do ponto de orvalho, geram pequenas gotas de água (FEILDEN, 2003);
- Acidental: causada por danos em tubulações internas ou de coberturas/telhados que acabam infiltrando e causando manchas com formato oval/circular e com centro úmido (KLÜPPEL; SANTANA, 2006);
- Da obra: ocorrido após a finalização da edificação e que, segundo Verçosa (1991), tende a desaparecer gradualmente.

2.3.3.4 Ar e vento

Queruz (2007) classifica o ar como responsável por processos degradantes em decorrência de sua constituição, comportando elementos específicos de acordo com o tipo de gás em questão. Queruz (2007) aponta para o oxigênio e nitrogênio presentes na atmosfera e, também, em quantidades menores de vapor d'água, ozônio, dióxido de carbono, gases nobres e ácido sulfídrico como elementos considerados ameaça às edificações devido às reações com a superfície dos materiais, gerando biofilme.

O vento, produto da diferença de pressão atmosférica, conforme aponta Lersch (2003), tem como características a velocidade e a frequência. Feilden (2003), alerta em relação à estabilidade para as estruturas resistirem aos níveis de pressão do vento. Sendo o nível de degradação da edificação um modificador, estando em um fator elevado, pode ocasionar a perda e/ou colapso de parte da estrutura, danificando e a deixando deficitária em suas funções.

2.3.3.5 *Agentes biológicos*

Queruz (2007) aponta à existência de elementos vivos que atacam as edificações. Em concordância, Garcia (1999) comenta algumas manifestações patológicas com a incidência de organismos vivos, em instância físico-química, que pode comprometer os materiais. Englobam três tipos:

- Animais: insetos que podem comprometer os materiais e animais de maior porte, como as aves, agindo de forma erosiva sobre as superfícies;
- Plantas: microscópicas ou de maior porte, agem de forma mecânica, ou por suas características;
- Microrganismos: envolvem fungos, algas, bactérias e cianobactérias.

2.4 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS

Para assegurar políticas de preservação na cidade, Gutiérrez (1989) afirma que se deve ter como objetivo a melhoria da qualidade de vida e participação da população, para garantir a continuidade dos elementos vitais para a sociedade. A população precisa ser integrada na discussão da preservação do patrimônio, refletindo os usos dos espaços que asseguram a continuidade, dentro da evolução da

cidade, para construção de identidade e fidelidade dos gestores na proteção dos bens imóveis.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1999) classifica manutenção como atividades que devem ser realizadas para conservar e/ou recuperar a funcionalidade da edificação. Essas ações visam atender as necessidades e segurança para os usuários, as condições ambientais adequadas para o uso previsto. Incluem também todas as ações necessárias para prevenir e/ou corrigir a perda de desempenho em virtude da deterioração dos seus componentes, ou as manutenções necessárias, não incluindo serviços para alterar o uso da estrutura.

Igualmente preocupada, a Carta de Burra (1980) atenta aos cuidados para conservar as características com significação cultural de um bem, sendo assim, a discussão sobre conservação e manutenção de uma edificação, busca resguardar estes bens de possíveis danos, manifestações patológicas e/ou deteriorações que possam comprometer suas funções.

Nas Cartas Patrimoniais, conforme aponta Cury (2000), encontram-se critérios para o gerenciamento do patrimônio mundial. A Carta de Veneza, de 1964, alerta à importância da manutenção do acervo cultural. Em seu 2º Artigo coloca que para o estudo e salvaguarda do patrimônio monumental é necessário constituir uma disciplina que aborde a colaboração de todas as ciências e técnicas para fins de conservação e restauração desses monumentos, possuindo assim uma natureza multidisciplinar. O documento apresenta que o objetivo da restauração é a conservação e a revelação dos valores estéticos e históricos do monumento, fundamentando-se no respeito ao material original e autêntico, sendo uma operação de caráter excepcional. Ainda, ressalta sobre a consolidação do monumento, podendo ser assegurada com o emprego de técnicas modernas de conservação, uma vez que as tradicionais se provem inadequadas. Para isso, as técnicas modernas precisam ter eficácia provada por dados científicos e experiência, de forma que o incentivo para o desenvolvimento de estudos e pesquisas façam contribuições para a área.

O Artigo 4º da Carta de Veneza exige que a conservação dos monumentos tenha manutenção permanente. Porém, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através do Manual de Conservação Preventiva (2001), atesta que as práticas de conservação preventiva e manutenção do bem edificado não fazem parte da tradição brasileira, uma vez que as edificações nacionais quase sempre chegam a um nível avançado de degradação.

Curtis (1981) corrobora que a conservação é uma atitude permanente de manutenção e vigilância, mais vantajosa do que as intervenções corretivas. Para o autor, é fundamental desenvolver trabalhos que contribuam com a necessária mudança de paradigmas e entendimentos sobre conservação e restauração do patrimônio edificado, sendo o ponto de partida para um processo de reeducação de profissionais, proprietários e usuários.

As manutenções visam repor parcialmente o desempenho, adiando o momento em que o limite do desempenho mínimo seja atingido. Eventualmente, o desempenho se torna baixo, o que implica no processo de restauração, podendo incluir a substituição de algumas partes. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1997) disserta que as edificações são construídas para atender seus usuários durante muito tempo e, neste intervalo, devem apresentar condições adequadas a sua finalidade, resistindo a agentes ambientais e de uso.

Deixar de fazer manutenções fundamentais prejudica a funcionalidade da edificação antes de ela alcançar sua vida útil. Ainda, a norma estabelece que dentro da visão econômica é inviável e inaceitável, sobretudo sobre o ponto de vista ambiental, considerar edificações como produtos descartáveis, passíveis de substituição quando seu desempenho atinge níveis inferiores aos limites e às exigências dos usuários.

Feilden (1982) disserta que uma edificação histórica é aquela que apresenta conhecimento sobre as pessoas e a cultura que a construiu. Carrega valores de cunho arquitetônico, estético, histórico, documental, arqueológico, econômico, social e até mesmo político, espiritual ou simbólico. O primeiro objetivo da conservação e restauração de edificações históricas deve ser procurar manter as mesmas como testemunho de um dado método construtivo através da arquitetura e da engenharia. Com isso, a conservação busca manter os símbolos da identidade e continuidade cultural de uma certa comunidade.

Seele (2000) classifica manutenção como o ato mais simples e cuidadoso de preservação de monumentos, levando em conta pequenos cuidados com a edificação como, por exemplo, a limpeza das calhas. A conservação é um dos princípios fundamentais para a preservação de monumentos e edificações históricas, por envolver o mínimo possível de intervenções como, por exemplo, a fixação de pedras ou limpeza de pinturas. De acordo com o Conselho Internacional de Monumentos e

Sítios (1989) conservação é a atitude de resguardar o bem do dano, da decadência e da deterioração, defendendo e salvaguardando.

Os componentes materiais da edificação variam em função do tempo e em função de ações físicas e químicas, eventualmente disparadas por processos biológicos atuantes sobre eles. Esses processos estão sujeitos a sofrer aceleração ou associação com outros mecanismos adicionais de agressão, podendo provocar alterações mais radicais como degradação, deterioração e biodeterioração (MCCRACKEN, 1990).

A natureza e a velocidade das transformações são determinadas por características intrínsecas dos materiais construtivos, seus componentes, origem e técnicas de produção, bem como pela interação dos materiais com seu entorno. Com objetivo de prolongar a permanência física da edificação e a mantê-la em um bom estado deve-se tomar uma série de operações como a conservação preventiva ou a intervenção direta, quando chega-se a um estado mais agressivo.

Estratégias de conservação preventiva objetivam focar no entorno dos objetos, no controle ambiental, na gestão dos espaços fechados e em uma adequada organização dos recursos financeiros e humanos para a gestão. A conservação preventiva abrange ações de conhecimento e análise, de controle e manutenção, atuando no lugar onde o bem se encontra. Enfoca no estudo analítico do objeto, sua estrutura e consistência material e nos fatores de degradação internos e externos que incidem ou podem incidir sobre a estrutura (CASSAR, 1994). Quando a conservação preventiva não é suficiente para a manutenção se recorre a uma intervenção mais direta, empregando medidas mais precisas sobre a estrutura material da edificação, visando deter ou postergar sua degradação.

2.5 A ASSOCIAÇÃO DE MAPA DE DANOS COM O PATRIMÔNIO

Barthel et al. (2009) afirmam que o mapa de danos é uma forma de representação gráfica das manifestações patológicas existentes nas construções, resultado de uma complexa e detalhada pesquisa sobre edificações. Apesar de ser pouco utilizado é uma técnica eficiente, abrigando informações completas para a realização de uma intervenção no imóvel. Através dele se identificam e relacionam os agentes e causas, considerando todos os tipos de lesões, perdas materiais e

estruturais, bem como fissuras, degradações por umidade, ataques de xilófagos, deformações, destacamentos de argamassa, corrosão, entre outros.

O mapa de danos é um registro do estado de conservação da edificação que serve como base para novas análises de prevenção contra o avanço de manifestações patológicas. Esse instrumento, como afirmam Barthel et al. (2009), é um artifício para realizar intervenções que devem acontecer logo após o término da realização do mapa, evitando uma defasagem temporal, que leve ao desenvolvimento e ação de novas patologias.

O mapa deve abordar a situação física, histórica e social do edifício, apresentando a localização, ano de construção, contexto histórico, características arquitetônicas, entre outros elementos necessários à sustentação da proposta. Contém também representações gráficas do seu estado de conservação relatando nitidamente as concentrações de manifestações patológicas na edificação, bem como as possíveis causas.

Tinoco (2009) relata a existências de vários tipos de mapa de danos e modelos de identificação de danos, dependendo da criatividade e imaginação do profissional. Devem ser claros e objetivos, não apenas ao aspecto técnico, ou na quantidade de informações. Devem apresentar objetividade e clareza pela qualidade e necessidade de redução e apresentação das informações indispensáveis à comunicação visual das manifestações patológicas e de suas soluções.

Ainda, Tinoco (2009) aborda as recomendações fundamentais para a elaboração de um mapa de danos que apresente de maneira rigorosa o estado de conservação e deterioração de uma edificação através de procedimentos como: levantamento e interpretação de dados, elaboração de laudos e suas representações gráfico-fotográficas. O objetivo dessas ações é o de assegurar o conhecimento das patologias construtivas das edificações como suporte para intervenções de conservação e restauro. Constata-se que o mapa de danos é um instrumento relevante para a preservação de edificações através de fotografias e análises gráficas e textuais. No capítulo seguinte será apresentada a metodologia adotada neste estudo com a descrição dos mapas de danos empregados.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza a cidade de Ijuí em dois aspectos: dados históricos e arquitetônicos. O recorte trata de um período desde antes do Clube Ijuí existir, em 1890, da fundação da Colônia Ijuhy até os dias atuais. Abrange o período modernista na arquitetura brasileira contendo obras exemplares do município, que devem ser preservadas, com traços de arquitetura Eclética, Art Déco e Moderna.

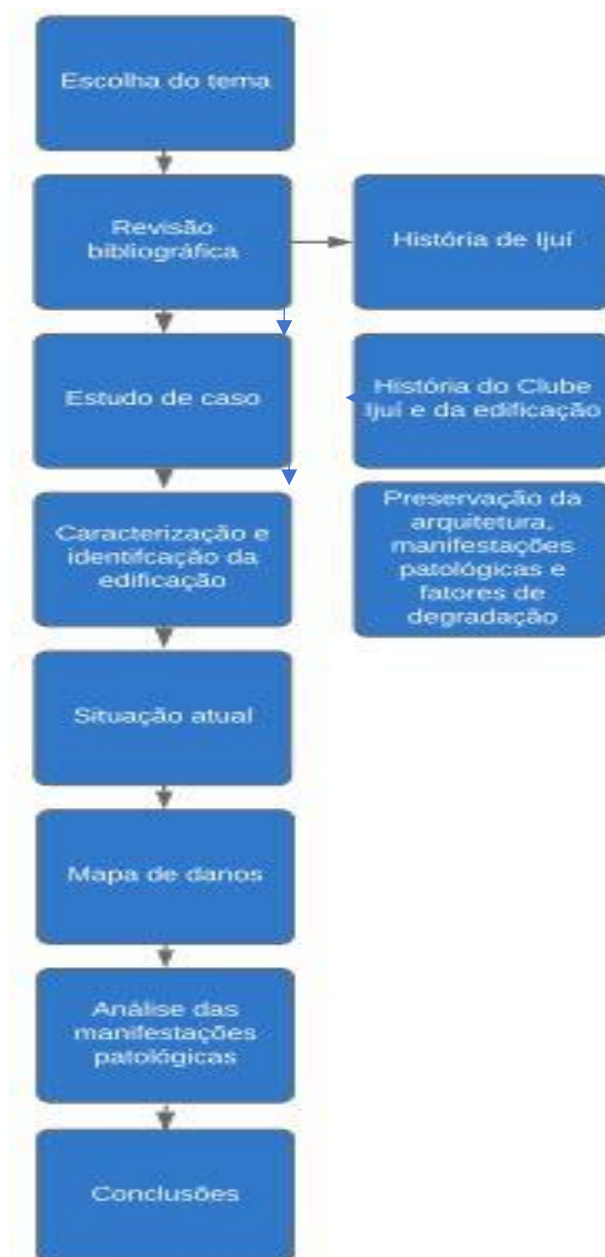
Caracteriza-se por ser um trabalho de análise documental e bibliográfica, qualitativo, do tipo aplicado, sendo o mapa de danos portador de informações para a compreensão das manifestações patológicas da edificação. Contudo, não abona novas técnicas de diagnóstico e tratamento das mesmas, como diagnósticos visuais ou ensaios de campo. Nesse sentido, a pesquisa possui caráter pragmático, que, de acordo com Gil (1991), possui como objetivo a descoberta das respostas para os problemas propostos com o emprego dos procedimentos sistemáticos de métodos científicos.

O trabalho é dividido em etapas incluindo: coleta de dados, revisão bibliográfica, levantamento fotográfico das patologias e a graficação do projeto. A revisão bibliográfica se estabeleceu com o levantamento de informações sobre o Clube Ijuí em livros, revistas, sites, artigos em periódicos, teses e dissertações. Também foram levantadas bibliografias sobre a história do município de Ijuí e sua arquitetura, no fim do século XIX, além das manifestações patológicas e fatores de degradação das construções. Após esta fase, realizou-se um levantamento fotográfico da edificação para verificação do seu estado atual, capturando fotos de todas as características, traços arquitetônicos e manifestações patológicas em sua estrutura. Essa etapa foi seguida de uma análise exploratória das informações coletadas, utilizando os dados lançados no programa AutoCAD 2018 para elaboração dos mapas de danos.

A partir dessas etapas iniciou-se a análise e discussão dos resultados, com a interpretação dos dados coletados para o exame das patologias, tendo em vista a elaboração do mapa de danos como instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico do município de Ijuí. Como exemplo, é possível explorar a análise da manifestação patológica na fachada do prédio. Através do mapa foi possível compreender a manifestação patológica em proporção equivalente, verificando a metragem quadrada de cada fachada onde se realizou o levantamento. Cada

patologia assim foi observada de acordo com sua incidência, apontando suas causas e as possíveis soluções.

Figura 12 – Fluxograma do trabalho






Fonte: Autoria própria, 2019.

A escolha do tema parte de um problema arquitetônico, a investigação do estado físico e de conservação atual da edificação do Clube Ijuí. A revisão bibliográfica engloba um estudo sobre a cidade de Ijuí, conceitos relacionados à memória, identidade e preservação do patrimônio cultural, bem como conceitos sobre

conservação, manutenção, mapa de danos e manifestações patológicas. Na metodologia, discorre-se sobre a elaboração do trabalho, as técnicas utilizadas e como foram organizados. Os resultados e discussões possuem o objetivo de aglomerar informações para o desenvolvimento da análise dos dados coletados.

No estudo de caso foi realizado o levantamento fotográfico para a elaboração do mapa de danos, verificando também a incidência de manifestações patológicas na respectiva fachada. Conforme a Figura 12, a caracterização da situação atual do bem leva à articulação do mapa de danos e, através dela, da obtenção dos resultados. O *layout* do mapa de danos, conforme Figura 13, é baseado no estudo do Sobrado Imperador em Recife (TINOCO, 2009), buscando expor os dados de forma clara, objetiva e lógica.

Figura 13 – Modelo de mapa de danos

<p>Escala</p> <p style="text-align: center;">Desenho da fachada</p>	<p style="text-align: center;">Fotos das patologias com intervenções</p>				
	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="590 376 901 537"> <p>ELEMENTOS MATERIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Massa <input type="checkbox"/> Reboco <input type="checkbox"/> Pintura </td> <td data-bbox="590 537 901 757"> <p>DEGRADAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Escalofria <input type="checkbox"/> Descoloração <input type="checkbox"/> Descolamento do reboco <input type="checkbox"/> Abundância no reboco <input type="checkbox"/> Descoloração da pintura <input type="checkbox"/> Fissuras <input type="checkbox"/> Desagregação do reboco <input type="checkbox"/> Pintura </td> </tr> <tr> <td data-bbox="997 376 1332 537"> <p>INTERVENÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Intervenção <input type="checkbox"/> Remoção <input type="checkbox"/> Limpeza <input type="checkbox"/> Reconstituição <input type="checkbox"/> Identificação origem <input type="checkbox"/> Técnico especializado <input type="checkbox"/> Repaginar <input type="checkbox"/> Repintar <input type="checkbox"/> Reboco novo </td> <td data-bbox="997 537 1332 757"></td> </tr> </table>	<p>ELEMENTOS MATERIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Massa <input type="checkbox"/> Reboco <input type="checkbox"/> Pintura 	<p>DEGRADAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Escalofria <input type="checkbox"/> Descoloração <input type="checkbox"/> Descolamento do reboco <input type="checkbox"/> Abundância no reboco <input type="checkbox"/> Descoloração da pintura <input type="checkbox"/> Fissuras <input type="checkbox"/> Desagregação do reboco <input type="checkbox"/> Pintura 	<p>INTERVENÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Intervenção <input type="checkbox"/> Remoção <input type="checkbox"/> Limpeza <input type="checkbox"/> Reconstituição <input type="checkbox"/> Identificação origem <input type="checkbox"/> Técnico especializado <input type="checkbox"/> Repaginar <input type="checkbox"/> Repintar <input type="checkbox"/> Reboco novo 	
<p>ELEMENTOS MATERIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Massa <input type="checkbox"/> Reboco <input type="checkbox"/> Pintura 	<p>DEGRADAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Escalofria <input type="checkbox"/> Descoloração <input type="checkbox"/> Descolamento do reboco <input type="checkbox"/> Abundância no reboco <input type="checkbox"/> Descoloração da pintura <input type="checkbox"/> Fissuras <input type="checkbox"/> Desagregação do reboco <input type="checkbox"/> Pintura 				
<p>INTERVENÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Intervenção <input type="checkbox"/> Remoção <input type="checkbox"/> Limpeza <input type="checkbox"/> Reconstituição <input type="checkbox"/> Identificação origem <input type="checkbox"/> Técnico especializado <input type="checkbox"/> Repaginar <input type="checkbox"/> Repintar <input type="checkbox"/> Reboco novo 					
	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="1204 376 1332 448">  </td> <td data-bbox="1204 448 1332 757"> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA COMITÊ PARA PRESERVAÇÃO, LEVANTAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL E ARQUITETÔNICO DO CLUBE LUI JUI 1918 TATIANA GONÇALVES CALHEIROS, JESSICA BELLEZINI COORDENADORAS: CÁTIA DE APARECIDA E ALBERTINA J. J. PEREIRA L. COMPTON DE SOUZA MOURÃO MAPA DE DANOS FOLHA 18/18 F. 000017/2019</p> </td> </tr> </table>		<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA COMITÊ PARA PRESERVAÇÃO, LEVANTAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL E ARQUITETÔNICO DO CLUBE LUI JUI 1918 TATIANA GONÇALVES CALHEIROS, JESSICA BELLEZINI COORDENADORAS: CÁTIA DE APARECIDA E ALBERTINA J. J. PEREIRA L. COMPTON DE SOUZA MOURÃO MAPA DE DANOS FOLHA 18/18 F. 000017/2019</p>		
	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA COMITÊ PARA PRESERVAÇÃO, LEVANTAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL E ARQUITETÔNICO DO CLUBE LUI JUI 1918 TATIANA GONÇALVES CALHEIROS, JESSICA BELLEZINI COORDENADORAS: CÁTIA DE APARECIDA E ALBERTINA J. J. PEREIRA L. COMPTON DE SOUZA MOURÃO MAPA DE DANOS FOLHA 18/18 F. 000017/2019</p>				

Fonte: Autoria própria, 2019, adaptado de Tinoco (2009).

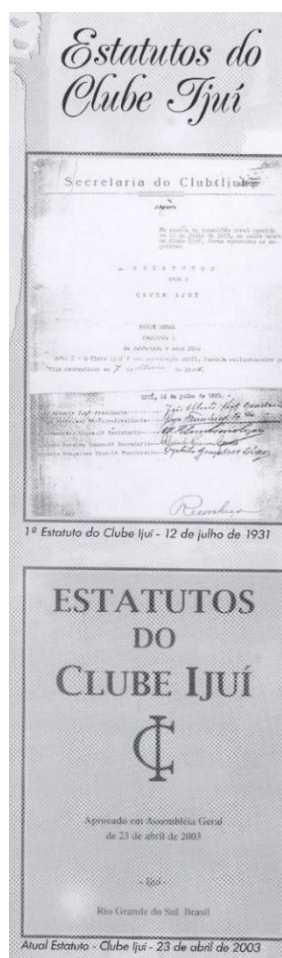
Os mapas de danos foram realizados com base no levantamento arquitetônico (em anexo) do Clube Ijuí, realizado pela turma de Projeto de Arquitetura VI, no segundo semestre de 2018, com supervisão da professora Bruna Fuzzer de Andrade, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A EVOLUÇÃO TERRITORIAL DO CLUBE IJUÍ

O Clube Ijuí iniciou suas atividades a partir da iniciativa de luso-brasileiros, tendo sua primeira sede num barraco de madeira, localizada na esquina das Ruas Álvaro Chaves e XV de Novembro (onde atualmente localiza-se uma imobiliária). A edição comemorativa ao cinquentenário da elevação da Vila Ijuhy (IJUHY, 1962) relata que no dia 15 de novembro de 1904, o então chamado Grupo foi reorganizado, denominando-se Clube Recreio. Mais tarde, em sete de maio de 1907, teve seu nome alterado mais uma vez, para Clube Ijuhy. A partir dessa mesma data, iniciou-se uma comissão para elaboração dos estatutos, Figura 14.

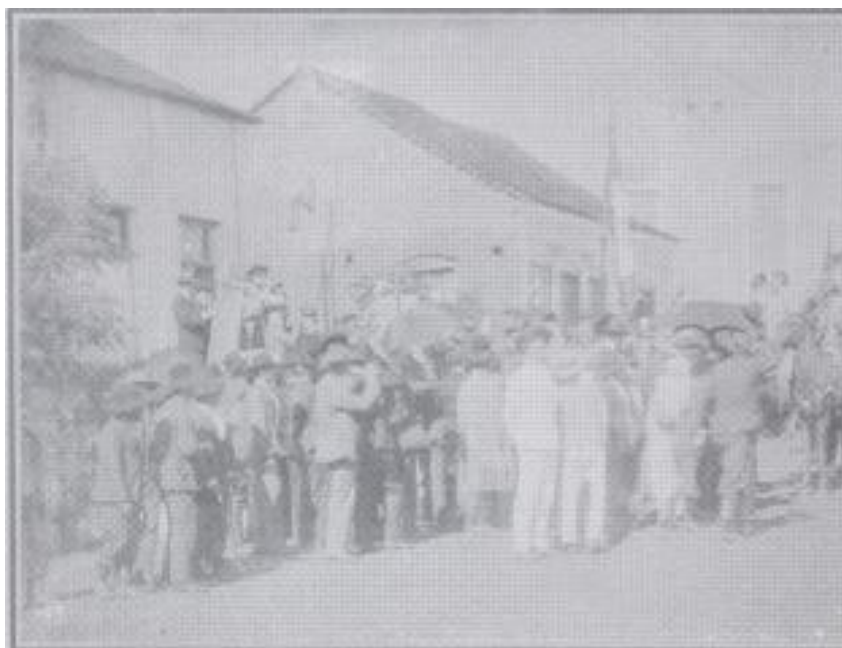
Figura 14 – Estatutos do Clube



Fonte: Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí, 2005.

A comissão era composta pelo engenheiro Augusto Pestana, pelo comerciante Antônio Soares de Barros e dois agrimensores da Comissão de Terras, Antônio Pinto Correia Lima e Fortunato Pimentel. A partir disso, a entidade almejava construir a sua segunda sede, situada na Rua do Comércio, 366. Tratava-se do início de uma construção de madeira, com fachada em alvenaria, conforme Figura 15. Atualmente, neste endereço, localiza-se o Hotel Iru e a Galeria Helmers.

Figura 15 – Segunda sede do Clube Ijuí em 1907



Fonte: Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí, 2005.

O crescimento local foi motivado pela ascensão da colônia para vila. Ainda, conforme o documento, entre 1913 e 1914, iniciou-se a construção da terceira sede para o Clube, localizada na Rua Benjamin Constant, 584, esquina com a Rua Floriano Peixoto, conforme Figura 16. Atualmente, neste endereço, encontram-se a Livraria Santo Antônio.

Figura 16 – Terceira sede do Clube Ijuí



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, 1913.

A sede ainda não conseguia comportar o número de pessoas que costumavam frequentar o local, pois o processo de urbanização da cidade já estava em curso. O seu quadro social aumentava e em 1920 iniciou-se a construção do atual prédio. A obra foi idealizada pelo Coronel Albino Jacinto de Oliveira, alcunhado de Coronel Binoca. Na Figura 17, apresenta-se a localização de todas as sedes do Clube Ijuí.

Figura 17 – Localizações das sedes do Clube

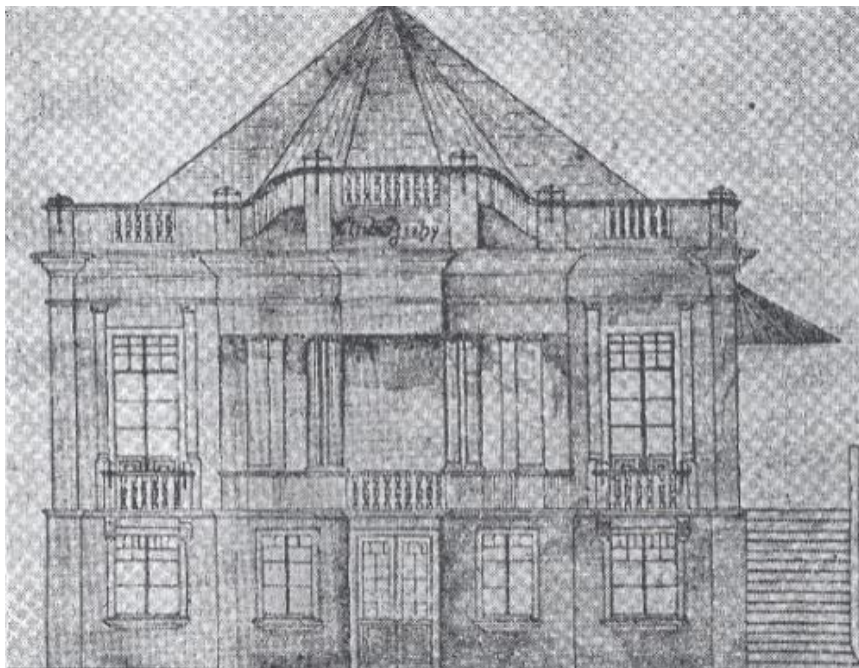


Fonte: Google Earth adaptada pelo autor, 2019.

4.2 A EVOLUÇÃO FORMAL ARQUITETÔNICA DA ATUAL EDIFICAÇÃO

Consta na Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí (2005) que este se tratava de uma organização de ambiente social, formando a primeira agremiação, intitulada “Clube de Atiradores”. O Clube Ijuí atualmente ocupa um local privilegiado na cidade, com área de 1000 m². O atual prédio, situado na Rua Benjamin Constant, 463, possui um terreno de 25m de testa por 40,10m de fundo. O imóvel tem 14m de frente por 40,10m de fundo. A área do subsolo é 345,25m², a do térreo é 433,63m² e a do piso superior é 372,07m². A nova sede foi finalizada no ano de 1923, com sua fachada voltada para Leste. O frontão arqueado apresentava-se com coroas com seis crateras sobre pilastras na platibanda, conforme Figura 18.

Figura 18 – Croqui da fachada em 1920



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, 1920.

Conforme Mello (2013), o prédio possui uma arquitetura de influência neoclássica italiana, caracterizada pelo avanço volumétrico semicircular na parte central. Ornamentada com balaústres nos parapeitos e na platibanda. A sacada com alpendre é sustentada por seis pilastras no primeiro andar, que vão até o segundo pavimento em forma de colunas, nela os capitéis simulam a ordem coríntia¹. Nota-se alvernaria de bossagem ou com sulcos no térreo, comum para representar de maneira simplificada o revestimento em estilo florentino rústico, característico também da influência neoclássica, conforme Figura 19.

¹ Coluna que se difere do estilo jônico, ainda que apresente formas esbeltas. O fuste e o capitel são decorados de forma exuberante.

Figura 19 – Fachada do Clube em 1923

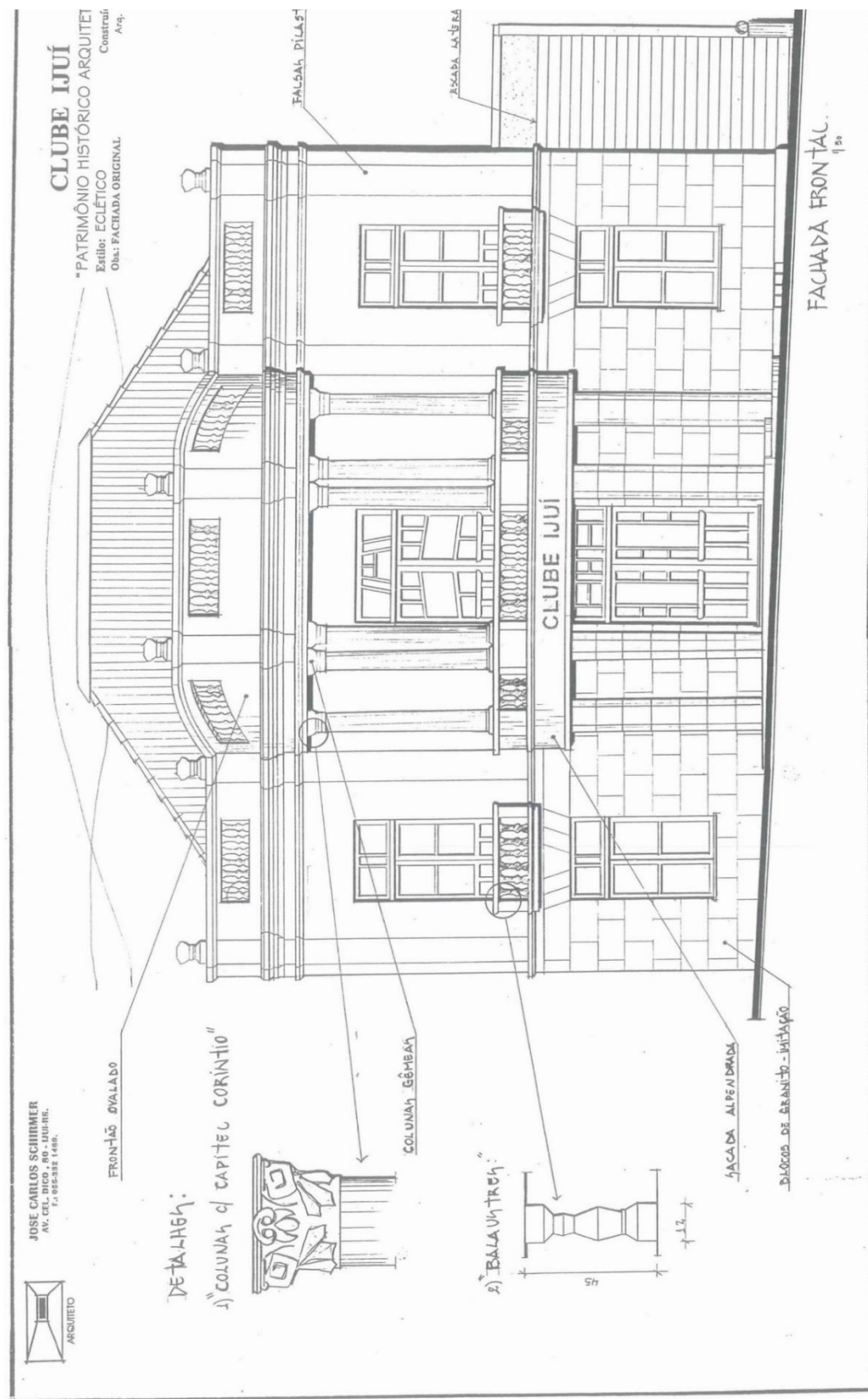


Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, 1923.

Silva (2003) disserta sobre as colunas e balaústres nesta fachada. Nobre neste tipo de ambiente também era o mármore, o gradio da escadaria, o lustre e a vidraça em *biseauté*² que apresenta vidros coloridos, originais, distribuídos nos caixilhos com poucas variações de requintes, conforme ilustram as Figuras 20 e 21.

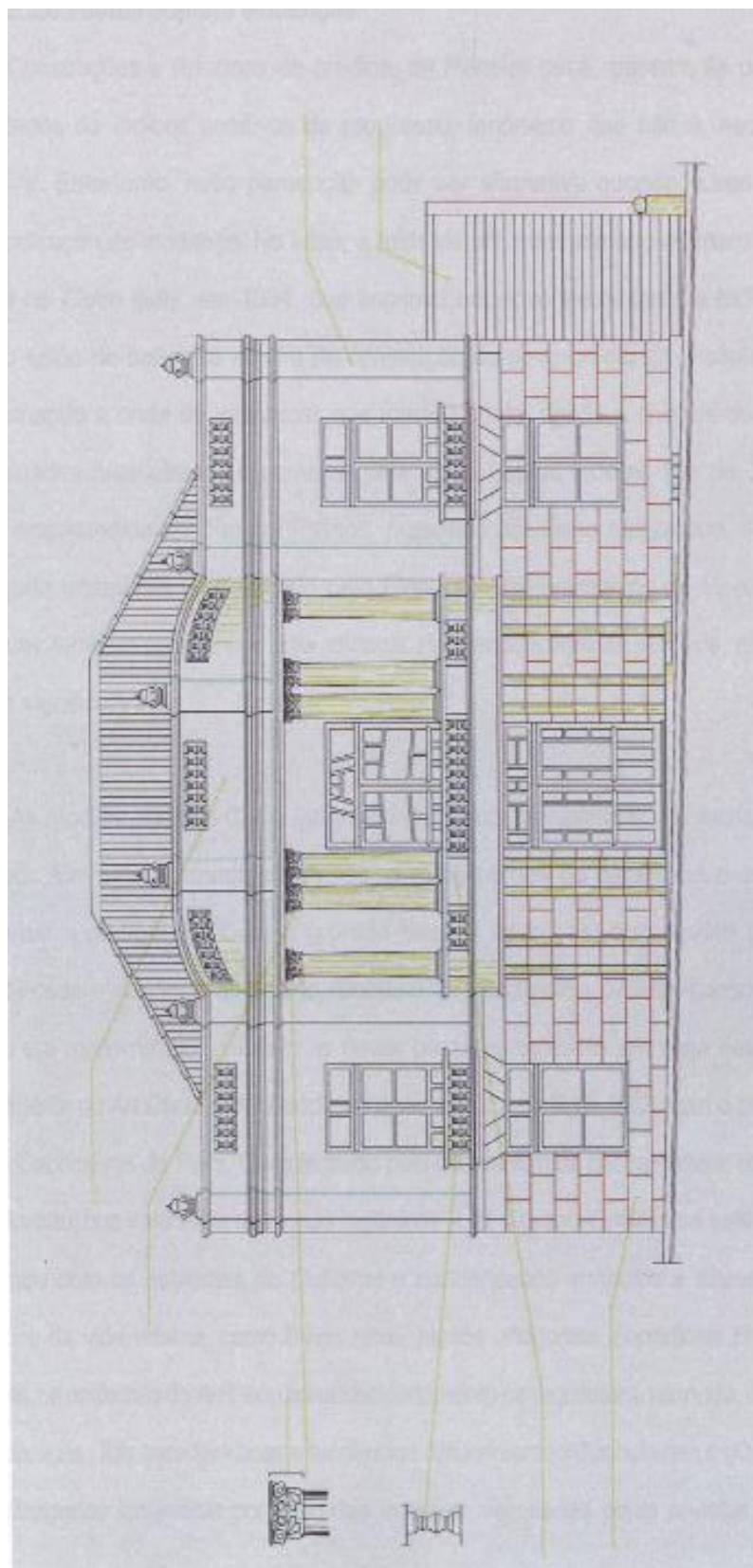
² Acabamento onde as bordas são chanfradas em angulação, com um ou dois centímetros, tornando a moldura leve e delicada no espelho.

Figura 20 – Fachada frontal



Fonte: Arquivo. José Carlos Schirmer, 1997.

Figura 21 – Detalhamento da fachada



Fonte: Arquivo José Carlos Schirmer, 1997.

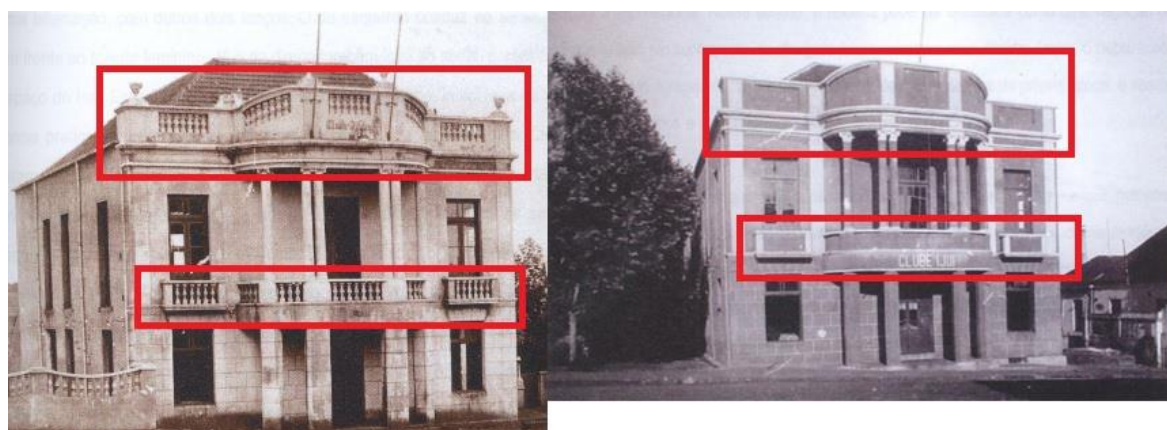
No ano de 1934, o clube havia sofrido significativas reformas que alteraram sua concepção arquitetônica. O foco principal foi a fachada, descaracterizando o estilo neoclássico e adaptando à *Art Déco*, notório estilo da época. Segundo Silva (2003), a fachada perdeu os balaústres e crateras que ornavam a platibanda, com intenção de modernizá-lo devido principalmente às correntes estéticas na moda desde a década de 1920. Conforme as Figuras 22 e 23, a edificação do Clube Ijuí recebeu destaque nos seus adornos frontais, alterando completamente o frontão superior.

Figura 22 – Clube Ijuí após reforma 1934



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, 1934.

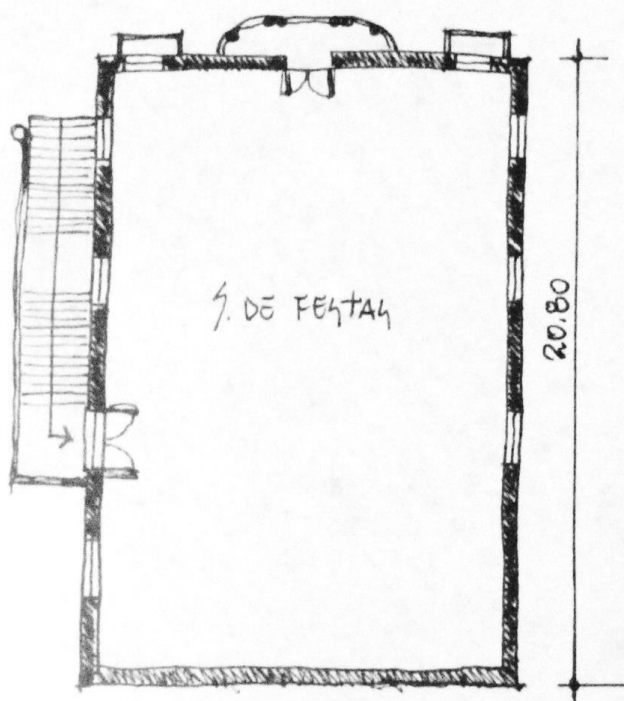
Figura 23 – Modificações na fachada



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana (1923/1934), adaptado pelo autor, 2019.

As modificações, conforme Silva (2003), também foram expressivas na parte interna do clube. Conforme a Figura 24, o segundo pavimento não possuía acesso interno, sendo realizado por uma escada lateral. Além disso, não havia banheiros e espaços delimitados para a copa.

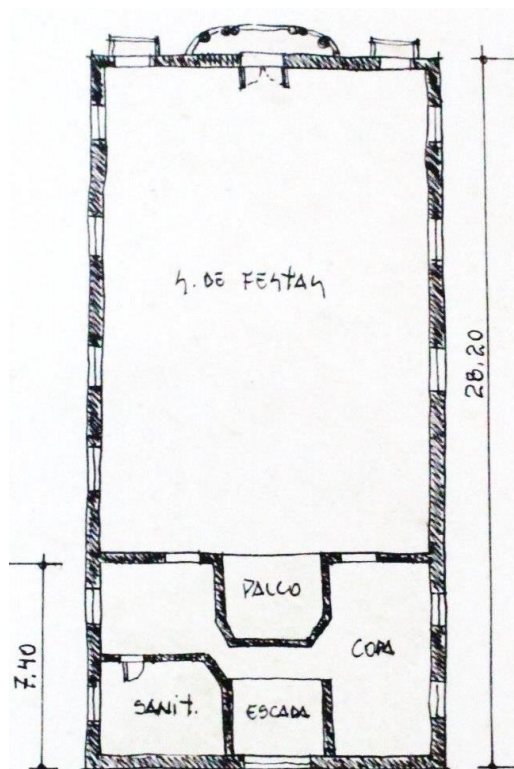
Figura 24 – Planta baixa do segundo pavimento em 1920



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 1920 – Arquivo. José Carlos Schirmer, 1997.

Conforme a Figura 25, de uma planta de 1990, pode-se perceber uma escada de acesso interno e a ampliação da área do pavimento superior, adicionando um reservado feminino, sanitário, bar (copa) e um palco.

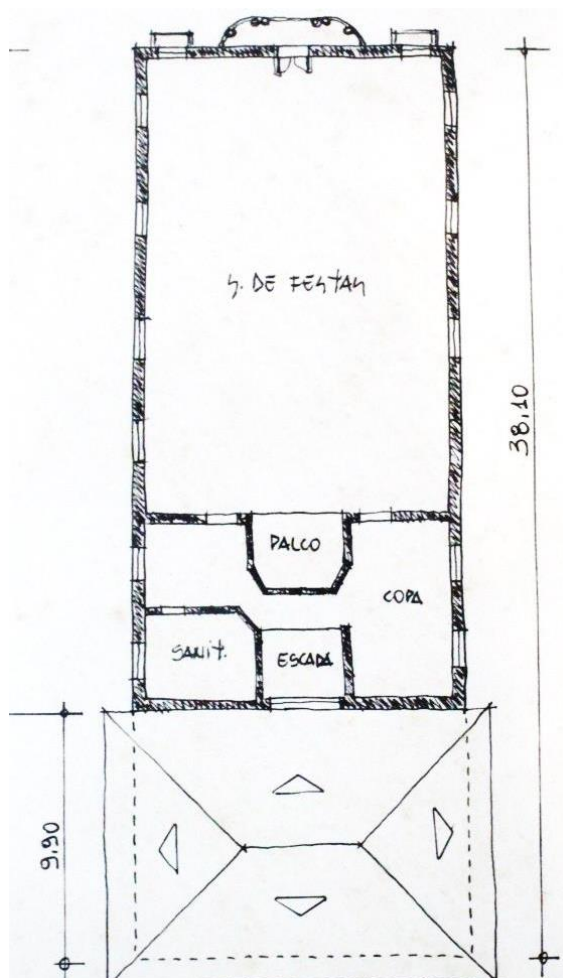
Figura 25 – Planta baixa do segundo pavimento em 1990



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 1990 – Arquivo José Carlos Schirmer, 1997.

Conforme a Figura 26, através de outra ampliação, foram construídas salas de sinuca e jogos, nos fundos do prédio, no piso inferior. Atualmente, nesse espaço, funciona um salão de festas, denominado Salão Verde. A escada lateral permaneceu em funcionamento como saída de emergência.

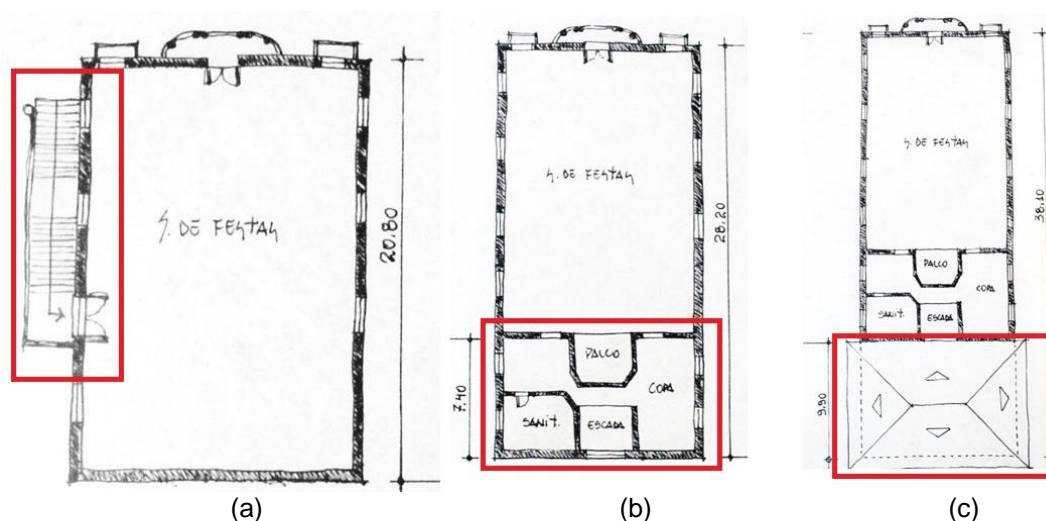
Figura 26 – Planta baixa do segundo pavimento em 1990, com salão verde



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 1990 – Arquivo José Carlos Schirmer, 1997.

A Figura 27 apresenta uma esquematização com as modificações internas sofridas pelo clube.

Figura 27 – Modificações internas (a) 1920 (b) 1990 (c) 1990



Fonte: Acervo Clube Ijuí (1920/1990), adaptado pelo autor, 2019.

As definições acerca das formas de intervenção necessitam ser constantemente discutidas. Essa ação se faz necessária pois não raras vezes, devido ao desconhecimento teórico, pode-se perder de vista a noção do que realmente têm valor. Meira (2008) comenta que muitos imóveis são considerados de valor histórico por serem “velhos” e que tudo pode ser passível de ações atualizadoras. Tal pensamento muitas vezes acaba por causar danos irremediáveis aos imóveis.

Dentre as diversas formas de intervenção no patrimônio arquitetônico, as mais pertinentes a serem observadas e que estão relacionadas com o objeto em estudo são a restauração e a reforma. Segundo a Carta de Burra (1980), a restauração reestabelece a substância de um bem em um estado anterior conhecido. A restauração tem o objetivo de resgatar elementos de um bem, sejam materiais ou documentais, que foram apagados por qualquer intervenção, seja humana ou não, sofrida pela obra. O ato do restauro, porém, não deve mascarar as intervenções sofridas pelo objeto ou comprometer ainda mais o seu valor histórico.

Meira (2008) comenta que o grande problema se dá quando o profissional que procederá a projeção não possui formação histórica ou crítica densa. Para isso, algumas medidas administrativas foram criadas a fim de proteger edificações com valor histórico e cultural. Essas medidas, apesar de não apontarem para uma única maneira correta de proceder ao realizar uma intervenção, servem de guia para tomar a decisão mais assertiva possível. Essas orientações são chamadas de cartas

patrimoniais e foram concebidas ao longo da história, em situações onde medidas protetivas eram necessárias para preservar patrimônios mundiais com valores históricos imensuráveis e que, atualmente, têm o propósito de guiar o restaurador durante o processo de restauro de uma obra.

O processo de restauração de uma obra com valor histórico tende a ser de grande complexidade pois o profissional envolvido com tal projeto busca a manutenção de um edifício sabendo previamente que existem impossibilidades técnicas e éticas quanto aos procedimentos normalmente adotados. Segundo Meira (2008, p. 74), “a restauração é a disciplina que individualiza e legitima o modo de intervenção sobre os bens patrimoniais, que são continuamente sujeitos a diversos tipos de deterioração”, no entanto, existem, diversas vertentes teóricas sobre o conceito de restauração e sobre a maneira de realizá-la com responsabilidade ética e tecnicamente. Apesar disso, dentre todas as maneiras conhecidas, nenhuma é considerada totalmente assertiva.

A descaracterização do estilo arquitetônico do Clube Ijuí aparece como uma resposta às transformações que aconteciam nacionalmente e internacionalmente. A reforma ocorre como uma espécie de negação das memórias antigas, do passado, contrárias ao desejado futuro moderno. Sendo assim, o clube respondeu às mudanças da época, dentro das esferas do lazer e da moda e, nos termos estéticos e arquitetônicos, adaptando-se ao *Art Déco* (SILVA, 2003).

No ano de 1969, o então jornal “Correio Serrano” (JORNAL CORREIO SERRANO, 1969), relata o planejamento para a construção de uma nova sede do clube, sua viabilidade de construção sem a total demolição do então atual prédio, que era considerado forte estruturalmente. O então presidente do clube, Walter Wottrich, estudou preliminarmente que a sede seria composta de dois pisos contendo boate, bolão e boliche, um restaurante com ampla sala de refeições, contando também com um salão de festas de mil metros quadrados com um novo e funcional mobiliário, conforme indica a Figura 28. Os recursos seriam provenientes da venda de títulos patrimoniais aos associados ao Clube Ijuí e, caso adquiridos, receberiam desconto de 30% sobre os mesmos.

Figura 28 – Jornal “Correio Serrano”, reforma de 1968



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, 1969.

Bindé (2012) aponta que os anos de esplendor do Clube Ijuí foram vários, promovendo eventos sociais de grande sucesso e outros tantos de sérias dificuldades financeiras que levaram ao quase encerramento das suas atividades. Um episódio dos problemas enfrentados pelo clube foi a desapropriação pelo Poder Público Municipal através de ato assinado pelo então prefeito Wanderley Agostinho Burmann, no dia 11 de janeiro de 1993. A decisão foi de contrapartida aos sócios veteranos da entidade que, em assembleia geral, no dia 25 de janeiro de 1993, decidiram recorrer da respectiva decisão.

O Jornal da Manhã do dia dez de abril de 1993 relata que o Clube Ijuí esteve à beira do caos pelo abandono, que a prefeitura já havia desapropriado o local em janeiro daquele ano com decreto de “utilidade pública”, adaptando no térreo algumas secretarias do governo. A restauração teve início em 1997 após a devolução da sede pela Prefeitura. Conforme ilustra a Figura 29, na faixa estava escrito: “O valor de uma comunidade não se mede apenas pelo seu poder político ou econômico, mas também pelo trato que ela dispensa à sua história e pela conservação de sua memória representada em bens imóveis e recantos que valorizam seu passado”.

Figura 29 – Clube após devolução da Prefeitura



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, 1997.

Segundo a Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí (2005), a desapropriação fez com que o clube cumprisse a ordem judicial de retirada dos seus bens móveis, ficando sem lugar para reuniões. Foram retirados também o piano, duas mesas de sinuca e um balcão refrigerador, colocados no Ginásio de Esportes. No dia da desapropriação foi constituída uma comissão de alguns associados com finalidade de acompanhar, junto à justiça, o processo. Algumas reuniões e assembleias foram realizadas no GERVI (Grêmio Recreativo dos Viajantes de Ijuí), ao qual o Clube Ijuí fez agradecimentos pelo espaço cedido, bem como a solidariedade recebida por várias entidades sociais do município, sendo esses o CTG Clube Farroupilha, o CTG Laureano Medeiros, o Grêmio Esportivo Gaúcho, a Sociedade Recreativa Ijuí e o Grêmio Recreativo dos Viajantes de Ijuí.

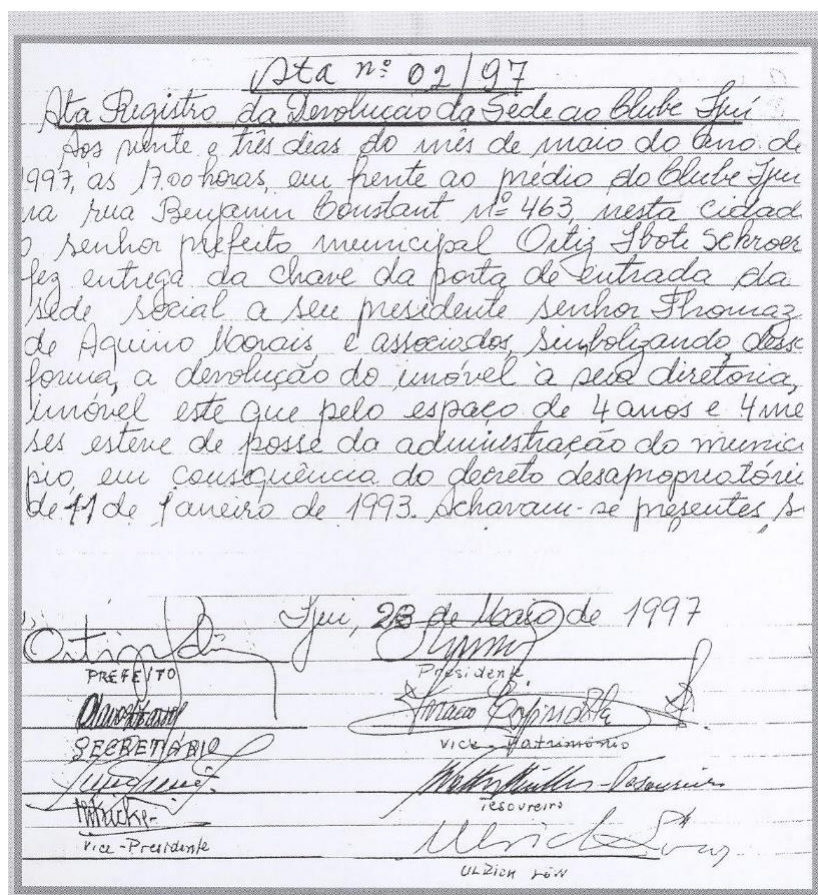
A Prefeitura chegou a tomar posse da sede do Clube Ijuí, amparada por decisão judicial, por mais de quatro anos. Em 1997, o prefeito Ortiz Iboti Schröer revogou a desapropriação. Em 23 de maio de 1997 efetuou-se a devolução da sede à diretoria da entidade do Clube, cujo presidente na época era Thomaz de Aquino Moraes. Ele liderou um movimento em conjunto ao quadro social e a vários setores da comunidade, promovendo visitas às obras de restauração do prédio que estava em situação precária, conforme as Figuras 30 e 31. O movimento obteve sucesso nas suas atividades e conseguiu manter o Clube Ijuí até os dias de hoje.

Figura 30 – Reformas em 1997



Fonte: Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí, 2005.

Figura 31 – Ata de devolução da Sede do Clube



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 1997.

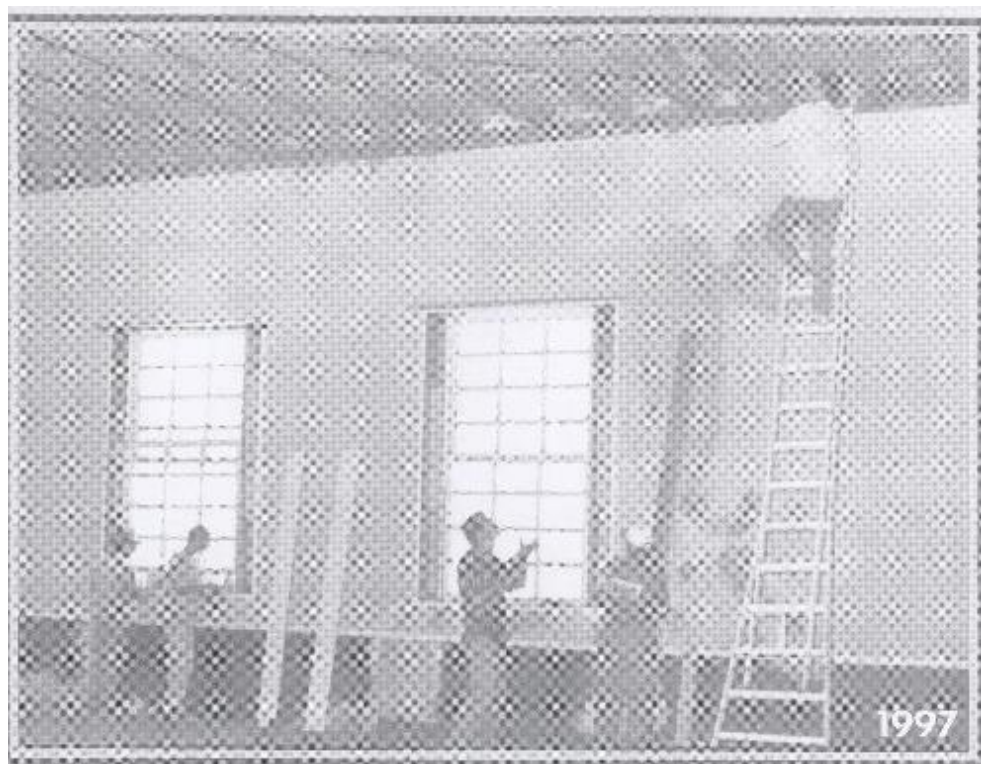
A Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí (2005) relata que, antes da desapropriação, a edificação estava precária. A prefeitura sediava no primeiro piso algumas secretarias do governo. A restauração também precisava rever a instalação elétrica, possuindo rede externa e luminárias fluorescentes. No subsolo, funcionava uma boate em péssimas condições, havia vazamento do esgoto e do encanamento, alguns móveis quebrados, o revestimento das paredes e o piso estavam em mau estado. No segundo pavimento havia inúmeras goteiras, rede elétrica em mau estado e problemas no encanamento.

A reforma foi de responsabilidade técnica do arquiteto José Carlos Schirmer, e foi iniciada logo após a restituição da sede. Os recursos para a realização da reforma foram garantidos pela indenização da Prefeitura, campanhas de arrecadação promovidas pela diretoria e pelas mensalidades cobradas dos associados. Para o subsolo, a arrecadação foi mais difícil. O empresário Marco Kühn comprou o restaurante, a copa e choperia na área externa.

Segundo a Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí (2005) foram muitas as transformações: todas as telhas da cobertura foram trocadas tendo suas armações reforçadas; foi instalado um novo forro em todo o segundo pavimento junto a um novo sistema elétrico; o sistema de esgoto foi revisado; nova fossa asséptica na saída; novo assoalho na sala de sinuca; dois novos sanitários no corredor de acesso do térreo; reboco nas paredes externas dos fundos e laterais; pintura externa; reforço nas paredes internas que apresentavam fissuras; lixamento e pintura de todo o assoalho interno; instalação de rede elétrica, hidráulica e esgoto no subsolo.

Houve ainda uma escavação no porão e construção de piso cerâmico, reforma do banheiro feminino no salão e construção de dois sanitários no subsolo. Também foram executados dois portões de ferro na frente e duas grades para as janelas, colocação dos pisos e sanitários na faixa externa limdeira do terreno da prefeitura. A calçada frontal foi restaurada com piso intertravado. O acesso ao porão foi ampliado, a porta de entrada alargada e o piso cerâmico revestido, conforme Figura 32. Assim, o Clube retornou suas atividades na sede no dia 18 de outubro de 1999 com o baile abrilhantado pelo conjunto Balança Brasil.

Figura 32 – Reformas em 1997



Fonte: Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí, 2005.

Nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, houve reformas de acordo com as necessidades e recursos financeiros do clube, nas partes internas e externas, bem como pequenas adequações às normas e exigências de segurança, conforme Figuras 33, 34, 35 e 36.

Figura 33 – Reformas realizadas em 2012



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 2012

Figura 34 – Reformas realizadas em 2013



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 2013.

Figura 35 – Reformas realizadas em 2014



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 2014.

Figura 36 – Reformas realizadas em 2015



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 2015.

4.3 MEMÓRIAS DO CLUBE IJUÍ

O Clube teve importância em vários aspectos da comunidade, na vida cultural, política, econômica e esportiva, pois abrigava pistas de bolão, cuja atividade tinha muito valor e prestígio na época, havendo quatro times na cidade. Em 1980, o porão passou por uma reforma transformando-se em uma boate, onde posteriormente foi modificado para um restaurante que existe até os dias atuais.

A história centenária deste Clube, como coloca Bindé (2012), é pontilhada por acontecimentos marcantes inseridos na própria história municipal, os quais lembram a solenidade da elevação da vila para cidade. Entre esses fatos estão as reuniões de aprovação da vinda de religiosos italianos que culminaram com a fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundação da Cotrijuí e do CTG Clube Farroupilha e outros de grande importância na vida política, econômica, cultural, social e esportiva da cidade.

O Clube Ijuí sempre foi símbolo de status entre os cidadãos. Em sua sede aconteciam os grandes eventos da cidade, bem como visitas de figuras públicas e exposições. Eram realizados eventos como bailes juninos, baile dos viajantes, eventos infantis, baile dos torcedores do time de futebol São Luiz, reuniões dançantes, formaturas, concursos de *miss* entre outros eventos, conforme destacado nas Figuras 38, 39, 40, 41 e 42.

Figura 37 – Baile Junino em 1929



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 1929.

Figura 38 – Baile dos Viajantes, em 1930



Fonte: Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí, 2005.

Figura 39 – Evento infantil na década de 40



Fonte: Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí, 2005.

Figura 40 – Baile dos Torcedores do 19 de outubro, 1935



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 1935.

Figura 41 – Formatura da primeira turma de contabilidade da "Escola Técnica de Comércio Ijuí" - 18/10/1946



Fonte: Acervo Clube Ijuí, 1946.

Na Figuras 43 e 44, apresenta-se a visita do então governador do Estado General Flores da Cunha, que foi recepcionado na Prefeitura e participou de um almoço que lhe foi oferecido no Clube Ijuí. Flores da Cunha anunciou para os cidadãos que ao voltar para Porto Alegre, assinaria um decreto que elevava Ijuí à categoria de cidade. O decreto foi assinado no dia 19 de outubro de 1934.

Figura 42 – Visita do General Flores da Cunha, em 1934



Fonte: Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, 1934

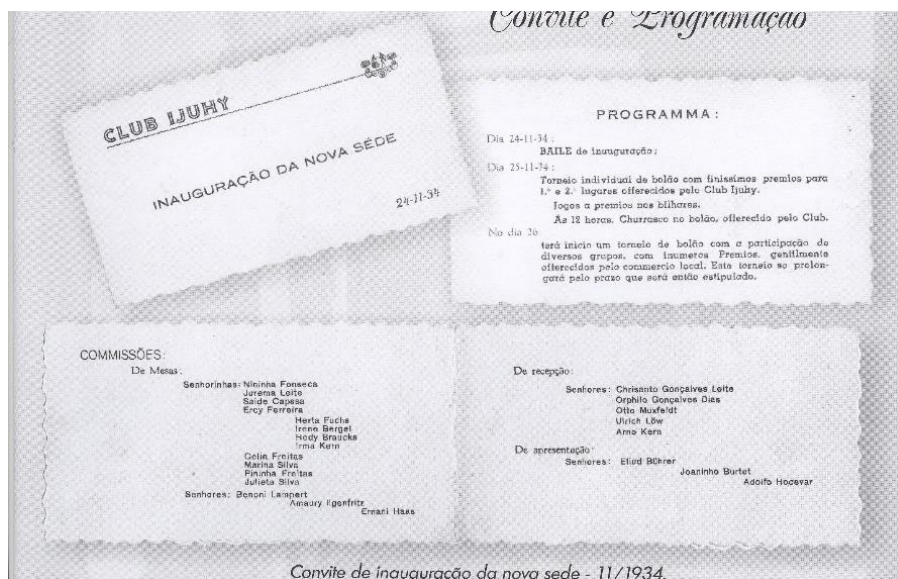
Figura 43 – Visita do General Flores da Cunha, em 1934



Fonte: Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí, 2005.

Na Figura 45 é exibido o convite para a reinauguração da sede do Clube Ijuí após a reforma de 1934, quando foram alteradas suas características arquitetônicas pela vertente da época.

Figura 44 – Convite de reinauguração da sede após reforma de 1934



Fonte: Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí, 2005.

A Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí (2005) relata que a história do clube está diretamente ligada à própria história municipal, uma vez que vários acontecimentos relevantes para a sociedade ijuicense foram originados em reuniões na sede do clube, desde sua fundação. A revista aponta que o Clube Ijuí foi o aglutinador da povoação da cidade sendo também responsável pela diversidade étnica pela qual o município gosta de ser reconhecido.

Alguns apontamentos da história sobre o Clube e o município segundo o Jornal Correio Serrano:

- 21/09/1921 – Realização de uma quermesse no Clube Ijuí, organizada pelo presidente Albino J. de Oliveira, em benefício do clube;
- 29/03/1923 – Anúncio de reunião sobre a fundação de mais um colégio para a cidade.
- 13/09/1931 – Coroada a rainha do Clube Atlético Bancário Elfrida Kopf, pela rainha anterior, Jurema Leite, no salão nobre do Clube Ijuí;
- 18/10/1946 – Convite para Baile e Show promovidos pela 1ª Turma de Contadorandos da Escola Técnica de Comércio de Ijuí, no salão de festas da sociedade do Clube Ijuí, na noite de 13 de outubro;

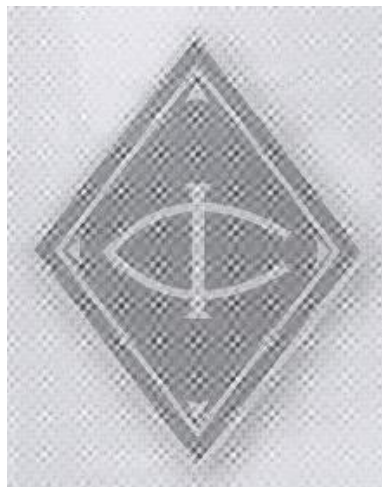
- 26/09/1953 – Agradecimento do presidente do Clube Farroupilha, Cap. Laureano Medeiros, pelo apoio recebido do poder público e da sociedade para a realização do 1º Encontro Regionalista realizado na cidade, agradecendo também ao Presidente do Clube que cedeu a sede para o baile comemorativo;
- 07/05/1955 – Realização do Grande Baile Comemorativo em virtude do Cinquentenário do Clube Ijuí, com torneios balonísticos, baile e a coroação da rainha Maria Cledy Stumm;
- 03/06/1957 – Baile da Chita no Clube Ijuí.

Foram realizados bailes de diversos tipos: Tradicionalistas, Caipiras, Chitas, Pelúcia, Suéter, Viajantes, Bancários, Debutantes, Réveillons, Reuniões-dançantes especialmente promovidas por normalistas, sendo destaque a “Noite de Arromba”, bem como bailes carnavalescos com rainhas e cortes.

O Jornal Correio Serrano do dia 30 de março de 1955 descreve que aquele é o ano do cinquentenário do Clube e que para comemorar a data ocorreu o concurso de “Rainha do Cinquentenário do Clube Ijuí”. O jornal no dia 11 de maio de 1955 descreve o baile contando que foi um evento de gala, possuindo uma memória única e excepcional entrando para a história da comunidade. Como acontecimento da noite destaca a coroação de Maria Cledy Stumm, saudada pelo capitão Thomaz Aquino de Moraes, como Rainha do Cinquentenário. O Jornal da Manhã também relembra “o piano de Wottrich”, músico que durante vários anos interpretou as canções dos bailes e eventos do clube. O piano utilizado foi comprado na década de 1920, sendo restaurado e guardado em uma sala especial com o nome de “Sala Walter Wottrich”.

Outro aspecto de relevância social e cultural para a comunidade local foi o Clube das Violetas, que fazia parte do Clube Ijuí. O Clube das Violetas era frequentado pelas mulheres, cumprindo uma agenda mensal de bailes e atividades, admitindo inclusive uma vestimenta padrão: as mulheres vestidas de branco e os homens com roupas de cor preta, ambos utilizando junto ao símbolo do clube um buquê de violetas. Esse símbolo encontra-se reproduzido na Figura 46.

Figura 45 – Símbolo do Clube Ijuí



Fonte: Revista Comemorativa dos 100 anos do Clube Ijuí, 2005.

Então, resumidamente, alguns fatos da história da cidade de Ijuí e do clube até os seus 50 anos:

- 19/10/1890 – Fundada a colônia Ijuí, distrito de Cruz Alta, tendo seu primeiro chefe o Engenheiro José Manuel Siqueira Couto, dois anos depois substituído pelo Agrimensor Ernesto Mützel Filho e depois pelo Dr. Augusto Pestana que assumiu a função em oito de janeiro de 1899;
- 05/05/1905 – Fundação do Clube Ijuí e eleição de Augusto Pestana como primeiro presidente;
- 31/01/1912 – Ascensão para município, tendo Augusto Pestana como intendente provisório, diretor da colônia Ijuí;
- 1923 – Conclusão da atual edificação do Clube Ijuí;
- 24/11/1934 – Inauguração da sede após reforma;
- 1955 – Cinquentenário do Clube Ijuí.

4.4 DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

A edificação ainda não passou pelo processo de tombamento. Segundo o Plano Diretor do município de Ijuí, localiza-se em uma zona comercial, sendo de propriedade particular.

Possui estilo *Art Déco*, com aspectos neoclássicos. Sua estrutura é feita de paredes portantes de tijolos maciços de diversas espessuras. Todavia, relata-se a existência de vigas e pilares, no subsolo, onde fica o restaurante. Classifica-se como uma edificação de referência urbana.

4.4.1 Esquadrias e materiais

As esquadrias são em sua maioria de madeira, da reforma de 1934, sendo em ferro apenas as de áreas úmidas, contendo 30 janelas e 19 portas. Sendo as janelas todas de abrir, com variações entre os tipos. Com vidro, basculantes, guilhotinadas e com bandeira. As vergas das aberturas são retas, sendo a maioria de guarnição lisa. Entretanto, algumas possuem guarnição frisada. Nota-se a presença de grades nas janelas do primeiro piso.

A cobertura da edificação é de quatro águas, com estrutura de madeira, contendo caibros e terças, com telha cerâmica francesa e calha na área frontal, próximo a platibanda. A edificação possui vedação de paredes internas e externas com tijolos maciços e argamassa, com revestimento de reboco e tinta, exceto nas áreas úmidas, que são feitas de lajotas cerâmicas. As fachadas possuem revestimento de reboco e pintura em dois tons de rosa. Pisos de madeira, em sua maioria originais, exceto nas áreas úmidas, onde são cerâmicos. As soleiras são de argamassa e madeira.

As aberturas contêm peitoril em argamassa, com inclinação necessária para a água não infiltrar. As escadas possuem estrutura de concreto e a escada do pavimento inferior é revestida em madeira, com guarda-copo, estrutura modificada em 2007. A escada externa, que também acessa o salão de baile tem guarda-copo e estrutura metálica, servindo como saída de emergência. A pintura externa contempla dois tons de rosa e a interna possui ambientes amarelados e/ou creme e verde. Suas janelas são de madeiras pintadas de marrom, exceto no subsolo, que são cinza. A edificação não possui fechamento frontal pois é alinhada com o passeio.

4.4.2 Estado de conservação e físico

A edificação está descaracterizada arquitetonicamente, porém, está apta para uso. Com certo grau de conservação, apresenta algumas manifestações patológicas

em suas fachadas: desgaste por agentes agressivos, biofilme e descolamento do revestimento, vegetações, fissuras, mapeamento, infiltração, reboco com remendos de argamassa de cimento, descolamento da pintura, elemento retirado ou faltante, desagregação do reboco, vespeiro, descolamento da pintura e reboco, fôrmas não retiradas, desprendimento do reboco e concreto deteriorado.

4.4.3 Mapa de danos

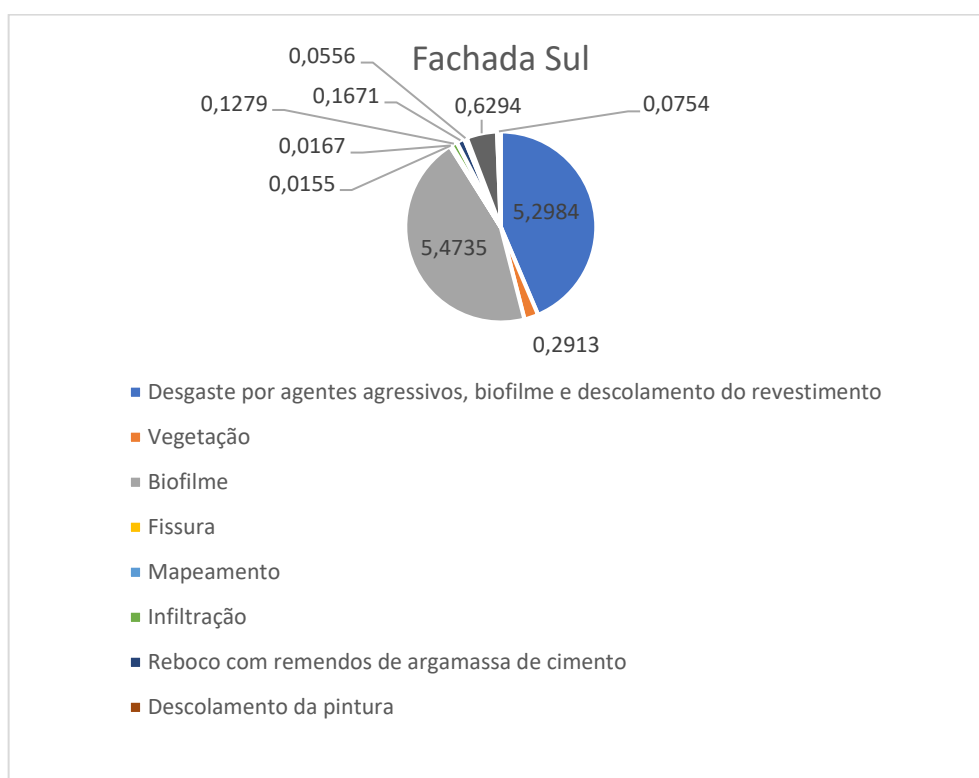
Os resultados alcançados pelo levantamento físico foram colocados em três pranchas individuais, de cada uma das fachadas, permitindo a visualização do estado de conservação de cada uma delas. Em seguida, foram elaborados gráficos para analisar a incidência das manifestações patológicas nas fachadas, demonstrando qual patologia esteve mais presente e em maior valor e qual parte da edificação apresentou menor índice de patologias.

Os mapas de danos das fachadas Sul, Leste e Norte encontram-se nos apêndices A, B e C. O levantamento da fachada Oeste não ocorreu devido a impossibilidade de acesso a mesma.

4.4.4 Patologias na Fachada Sul

Conforme o Gráfico 1, a fachada Sul, com área de 200,5346 m², apresenta 12,1507% da sua área com patologias, sendo estas: desgaste por agentes agressivos, biofilme e descolamento do revestimento 5,2984%; biofilme 5,4735%; vegetações 0,2913%; fissuras 0,0155%; mapeamento 0,0167%; infiltração 0,1279%; reboco com remendos de argamassa de cimento 0,1671%; descolamento da pintura 0,0556%; elemento retirado ou faltante 0,6294% e desagregação do reboco 0,0754%.

Gráfico 1 – Índice de patologias da fachada Sul em porcentagem (%)

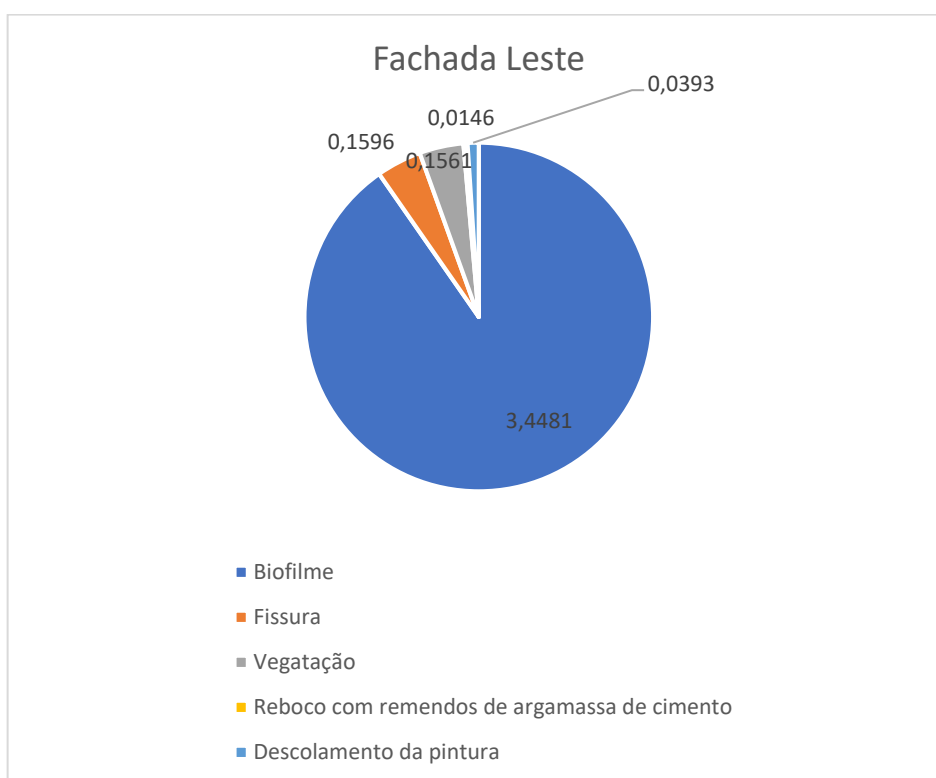


Fonte: Autoria própria, 2020.

4.4.5 Patologias na fachada Leste

De acordo com o Gráfico 2, a fachada Leste, com área de 170,0345 m², têm 3,8178% de sua área com manifestações patológicas como: biofilme 3,4481%; fissuras 0,1596%; vegetações 0,1561%; reboco com remendo de argamassa de cimento 0,0146% e descolamento da pintura 0,0393%.

Gráfico 2 – Índice de patologias da fachada Leste em porcentagem (%)

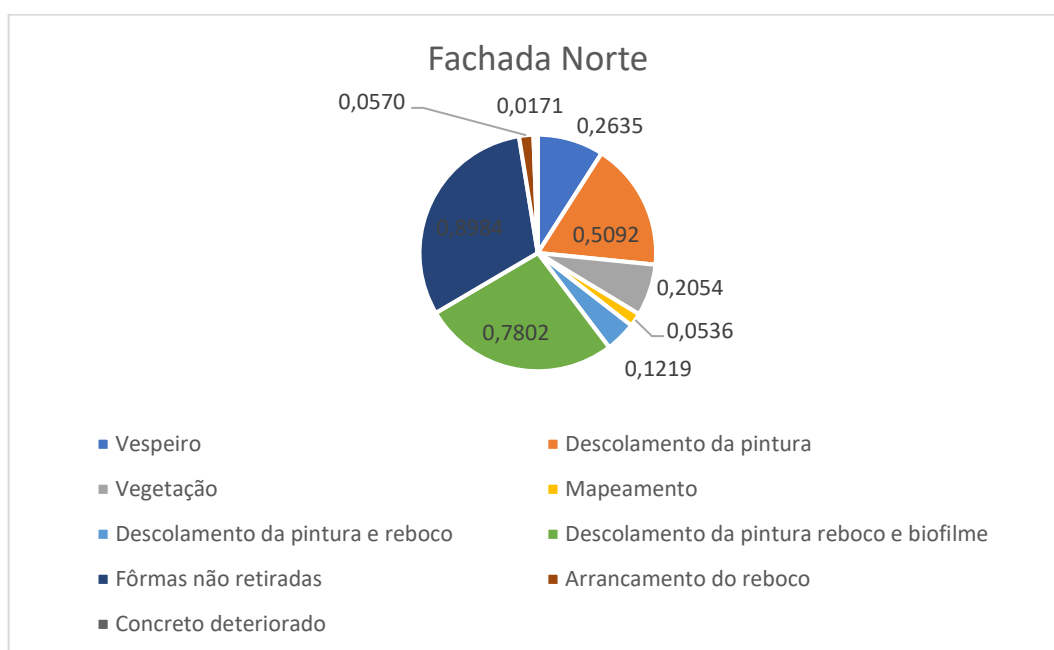


Fonte: Autoria própria, 2020.

4.4.6 Patologias na fachada Norte

Segundo o Gráfico 3, a fachada Norte, com área de 361,8746 m², possui 2,9062% da sua área com manifestações patológicas como: vespeiro 0,2635%; descolamento da pintura 0,5092%; vegetações 0,2054%; mapeamento 0,0536%; descolamento da pintura e reboco 0,1219%; descolamento da pintura, reboco e biofilme 0,7802%; fôrmas não retiradas 0,8984%; arrancamento do reboco 0,0570% e concreto deteriorado 0,0171%.

Gráfico 3 – Índice de patologias da fachada Norte em porcentagem (%)



Fonte: Autoria própria, 2020.

Assim, nota-se que a edificação apresenta algumas manifestações patológicas, sendo as mais significativas: biofilme, vegetação, descolamentos de pintura e revestimento. Essas patologias decorrem principalmente da umidade e por falta de manutenção periódica, principalmente nas fachadas Norte e Sul. A edificação não apresenta nenhum dano comprometedor em relação à estrutura.

O Clube Ijuí passou por vários lotes dentro do município, todos dentro do centro da cidade, o que demonstra a sua importância e relevância para o espaço urbano de Ijuí. Arquitetonicamente, sua reforma, em 1934, apesar de ter um conceito notavelmente diferente do restauro, ainda confunde o leigo sobre seu real significado. Ela acabou por descaracterizar a edificação, ainda que as ações realizadas fossem consideradas tendência da moda da época.

4.5 PLANO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Neste item são propostas ações para conservação e manutenção das fachadas analisadas. Considerando as prerrogativas de salvaguarda e preservação dos bens culturais presentes nas Cartas Patrimoniais (CURY, 2000), entende-se que o Clube

Ijuí deva ser contemplado por ações asseguradas por competências técnicas, profissionais e científicas.

Assim, assinala-se sobre o importante papel das autoridades responsáveis pelo patrimônio local, primeiramente a equipe municipal e as autoridades, os agentes da agremiação, bem como a sociedade civil como um todo. Cabe aos agentes competentes o desenvolvimento de ações que promovam a preservação, a conservação e a manutenção da edificação, em relação a seus aspectos estruturais, garantindo assim a manutenção predial, bem como desenvolvendo ações para manter a memória social do clube preservada.

4.5.1 Ações

Através do mapa de danos, no item 4.4.3, das análises das manifestações patológicas nas fachadas, no item 4.4.4 e através do embasamento no Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, são propostas ações para a preservação da atual edificação do Clube Ijuí. Evidencia-se a importância do acompanhamento de um responsável técnico para as ações sugeridas e para qualquer tipo de ação e intervenção em bens de interesse patrimonial, sejam eles tombados ou não.

4.5.1.1 Ações na pintura

Segundo (IPHAN, s/d), as pinturas além de proteger os materiais que compõem a estrutura das edificações também possuem fins decorativos. Quando a pintura é bem colocada na alvenaria impossibilita a desagregação do reboco e dificulta a absorção de umidade e sujeiras. Quando se trata de superfícies como madeiras e ferros, a pintura protege contra a absorção de água e da ação ultravioleta, evitando também a oxidação e a corrosão de materiais e superfícies.

A principal causa da degradação das pinturas são a umidade, a poluição atmosférica e a má aplicação. Nos quadros 1, 2, 3 e 4 apresentam-se formas corretas para a aplicação da pintura sobre distintas superfícies.

Quadro 1 – Ficha de aplicação técnica (preparação da superfície)

Preparação da superfície		
Parede	Madeira	Ferro
<p>Deve estar limpa, seca e isenta de poeira;</p> <p>Imperfeições deverão ser corrigidas no reboco (em prospecção do material original);</p> <p>Eliminar as partes soltas ou mal aderidas escovando a superfície;</p> <p>Deve ser limpa com água e sabão para retirar manchas de gordura;</p> <p>Deve ser limpa com biocida (hipoclorito de sódio - 8%) que deve permanecer na superfície por 15 minutos. Após lavar com água.</p>	<p>Lixar toda a superfície;</p> <p>Retirar a poeira com pano úmido e aguardar secar;</p> <p>Lavar com água e sabão neutro para eliminar manchas de gordura;</p> <p>Corrigir imperfeições com massa a óleo;</p> <p>Se for a primeira pintura, utilizar fundo nivelador;</p> <p>Após secagem, lixar e eliminar o pó.</p>	<p>Limpar a seco, lixar até remover toda a ferrugem e sujeira;</p> <p>Utilizar escova de aço ou jato de areia fina (nesta ocasião com orientação de um técnico);</p> <p>Remover graxas, óleos e gorduras, lavando com solvente de limpeza;</p> <p>Aplicar uma demão de Zarcão para fundo anticorrosivo, protegendo o substrato;</p> <p>Em novas superfícies, sem sinais de oxidação, aplicar anticorrosivo para proteção.</p>
<p>A boa preparação da superfície é um fator decisivo, bem como a escolha de bons produtos para a pintura. Da mesma forma, é fundamental o acompanhamento de um profissional qualificado para a execução correta.</p>		

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado do Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, s/d.

Quadro 2 – Ficha de aplicação técnica (madeira)

Pintura com tinta óleo ou esmalte sintético para esquadrias
<p>Para começar o processo de pintura, a superfície deve estar limpa. Aplica-se uma demão de fundo selador para nivelar. Lixa-se a superfície e se elimina o pó resultante deste processo com pano seco para então corrigir as imperfeições com massa a óleo. Lixar toda a superfície novamente com lixa fina de acabamento e limpar com pano seco retirando toda a sujeira e a poeira. Ao final, aplicar duas ou três demãos de tinta óleo ou esmalte sintético.</p>
<p>Madeiras novas que contém muita resida como Peroba, Pau-Ferro e Ipê podem apresentar adversidades durante a secagem devido à movimentação de substâncias orgânicas do seu interior para a tinta. Nestas situações deve-se aplicar um selador incolor à base de goma-laca. Se for uma repintura, o processo é quase o mesmo, não sendo necessário o fundo nivelador. Nas pinturas externas é desaconselhado o uso de tintas foscas uma vez que elas costumam sofrer forte degradação dos raios ultravioletas.</p>

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado do Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, s/d.

Quadro 3 – Ficha de aplicação técnica (metais)

Pintura de metais ferrosos
<p>Para dar início ao processo a superfície deve estar limpa. Realizar a aplicação de duas demãos de fundo anticorrosivo e, após a secagem, aplicar duas ou três demãos de acabamento.</p>
<p>A preparação correta da superfície é essencial. Aplicar camadas finas e respeitar os intervalos de tempo recomendados pelo fabricante. A aplicação do fundo anticorrosivo garante proteção à estrutura metálica.</p>

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado do Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, s/d.

Quadro 4 – Ficha de aplicação técnica (alvenaria)

Pintura em paredes
Neste caso, atenta-se ao tipo de pintura adequada para a edificação em questão. As indicações aqui consideram pintura a base de cal, comum em edificações históricas. Após a limpeza e secagem da superfície recomenda-se umedecer a mesma com a ajuda de um pulverizador e, posteriormente, aplicar a camada de pintura. Lembrar que as cores parecem mais escuras quando estão molhadas.
Para o preparo da tinta à base de cal deve-se usar a cal pura, adicionando água gradativamente até formar uma pasta. Os pigmentos mais adequados são os de origem mineral, pois são mais resistentes à luz solar e aos raios ultravioletas. Não é recomendado pintar as superfícies externas em dias de chuva ou em dias de ventos fortes.

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE, 2009.

4.5.1.2 *Ações prevenindo umidade*

A presença de umidade nas construções gera a desassociação de seus materiais, que acabam por perder sua resistência inicial. A partir desse fenômeno, os sais presentes na argamassa perdem água e se cristalizam, danificando a superfície de diversos materiais, favorecendo o aparecimento de fungos, mofo, biofilme, microflora e plantas danosas para a construção. Além disso, as superfícies metálicas se oxidam, descamando e degradando a peça, bem como apodrecendo peças de madeira, permitindo o crescimento de fungos e cupins. É necessária atenção a sinais que a edificação apresenta, como manchas, coloração, forma, localização, tamanho e posição e se esses sinais estão sempre presentes ou aparecem e desaparecem temporariamente.

Impedir que a umidade aconteça é algo complicado, uma vez que ela se encontra na forma de vapor, no ar que envolve e preenche a edificação. Na forma líquida, quando a chuva cai nos telhados e nas paredes, se infiltra e acumula nos terrenos, nos materiais de construção, bem como nas paredes e em instalações de água e esgoto. Nos próximos quadros 5, 6, 7, 8 e 9 apresenta-se indicações de tratamentos para umidade nas edificações.

Quadro 5 – Ficha de aplicação técnica (contaminação por sais)

Substituição de material contaminado por sais
<p>Às vezes, os materiais de construção apresentam sais latentes que no primeiro contato com a água acabam reagindo. Eles absorvem o vapor de água que está disponível no ambiente o que resulta no processo de degradação dos rebocos. A partir do tipo de mancha detecta-se o problema e a localização dos materiais salinizados. Quando os sais se encontram na areia, toda a parede ficará úmida.</p>
<p>O problema geralmente é solucionado retirando o material contaminado e substituição por novo. Quando isso não é possível, deve-se consultar técnicos especializados para a solução do problema.</p>

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado do Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, s/d.

Quadro 6 – Ficha de aplicação técnica (telhado)

Estanqueidade da cobertura
<p>Ocorre quando a chuva penetra na construção pelo telhado, geralmente por má execução, falta de manutenção periódica ou problemas nas telhas. Os pontos com maior facilidade são os beirais, platibandas e panos de cobertura junto às paredes verticais ou pontos de emenda.</p>
<p>Deve-se corrigir a falha na cobertura por inclinação, reposição com peça do mesmo modelo e adequação de rufos ou algerozes.</p>

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado do Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, s/d.

Quadro 7 – Ficha de aplicação técnica (paredes externas)

Estanqueidade de paredes externas
Ocorre pela infiltração de água nas paredes pela falta de elementos que propiciam o acúmulo de água. Leva ao aparecimento de fissuras no reboco. Deve-se atentar às instalações hidrossanitárias e condições de escoamento de água em canteiros encostados na parede.
Identifica-se os pontos de vulnerabilidade pelas manchas, indicadoras de infiltração e retira-se o reboco úmido na área. Posteriormente recomenda-se selar e impermeabilizar as fissuras e juntas entre os materiais, aplicando um reboco compatível com a prospecção realizada.

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado do Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, s/d.

Quadro 8 – Ficha de aplicação técnica (reboco)

Reboco sacrificial
Neste processo, deve-se atentar às eflorescências provocadas pela cristalização de sais na superfície dos materiais (a circulação de água contribui para o seu aparecimento). Esses sais se encontram em qualquer lugar, nos materiais de construção ou no terreno, mas dependem da água para se manifestarem.
Deve-se obstruir o acesso de água à edificação reconhecendo o padrão de umidade na área que indicará com certa precisão onde se encontra o foco. Depois é realizada a remoção de sais, processo delicado de aplicação de emplastos utilizados em paredes com valor artístico significativo e com orientação de um técnico especializado. Em paredes comuns utiliza-se o reboco sacrificial, uma camada de reboco novo, semelhante ao antigo, porém poroso para sofrer a cristalização enquanto a alvenaria seca gradativamente. Este é retirado e aplicado o reboco sacrificial compatível para que não ocorram outras eflorescências.

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado do Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, s/d.

Quadro 9 – Ficha de aplicação técnica (alvenarias)

Escovação e imunização de alvenarias
Trata do surgimento de bolores e mofos sobre as alvenarias ou seus componentes devido à presença de umidade.
<p>Deve-se impedir a fonte de umidade para a secagem do material e sua limpeza. Quando se trata de mofos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lavar com solução que não agrida a superfície; • Lavar com água limpa; • Secagem; • Aplicação de fungicida; • Após 3 dias, retirar o fungicida com escovação; • Reaplicação de acabamento e pintura compatíveis com os originais. <p>No caso de infestação por fungos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Remover as madeiras da área e anexas; • Escovar as alvenarias afetadas, removendo todos os elementos soltos; • Desinfecção da alvenaria com maçarico; • Aplicação na alvenaria de solução de pentaclorofenato de sódio de 2% a 5%; • Colocação de madeiras novas, secas e imunizadas com fungicida; • Reexecução do acabamento das alvenarias nas zonas afetadas; • Melhoria da ventilação na peça.

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado do Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, s/d.

4.5.1.3 Ações para queda de reboco

Segundo Lersch (2003), é necessário analisar os materiais de composição do reboco para que se possa determinar os novos materiais compatíveis com os existentes. O Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, afirma que algumas argamassas e rebocos de cimento se tornam perigosos quando são aplicados em alvenarias antigas, uma vez que podem levar consigo sais solúveis a estes materiais por causa da sua baixa porosidade, impedindo a evaporação, ou ainda favorecendo a

condensação. Nos quadros 10, 11 e 12 são expostos alguns tratamentos de danos em reboco.

Quadro 10 – Ficha de aplicação técnica (substituição reboco)

Substituição do reboco
Deve-se definir o traço do reboco que já existe para a elaboração do novo. Substitui-se a área de reboco, cortando e retirando o reboco solto ou degradado com corte esquadrejado até atingir a base da alvenaria. Todo o material solto, ou com pouca aderência, deve ser removido, incluindo as eflorescências ou qualquer tipo de crescimento biológico por meio de escovação e lavagem com água e sabão neutro. A escova deve ter cerdas duras. Com a superfície da alvenaria úmida, aplica-se a camada de chapisco, com tempo de espera de 24 horas para sua cura. Antes de aplicar a argamassa deve-se cortar as juntas na profundidade de 1,6 cm, a fim de se obter a aderência específica. Finalmente, aplicar a camada de reboco até atingir o nível já existente utilizando o prumo para controlar o nível.

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado do Manual de Conservação Preventiva do IPHAN, s/d e da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE, 2009

Quadro 11 – Ficha de aplicação técnica (juntas)

Substituição da argamassa das juntas
Remoção das juntas de assentamento dos blocos desagregados e esfarelados em uma profundidade de 2 cm. Limpeza das superfícies com escova e água potável. Deve-se remover todas as partículas soltas, resíduos orgânicos e graxas para a posterior aplicação de uma nova argamassa da mesma composição da existente.

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE, 2009.

Quadro 12 – Ficha de aplicação técnica (substituição peças de alvenaria)

Substituição das peças de alvenaria
Para retirar as partes comprometidas é aconselhado remover as juntas de assentamento dos blocos desagregados e esfarelados, limpando suas superfícies com escova e água para retirar as partículas soltas, graxas e resíduos orgânicos. Após umedecer a superfície, aplica-se uma camada de argamassa compatível com as prospecções, assentando o bloco do mesmo tipo utilizado no restante da alvenaria.
Os blocos utilizados em construções antigas possuem diferentes dimensões dos utilizados atualmente. Recomenda-se procurar em locais que comercializam materiais antigos e de demolições. Quando estes reparos são indispensáveis, a argamassa também deve ser semelhante a utilizada na construção. Para isso, devem ser feitas prospecções a fim de comprovar sua composição original.

Fonte: Autoria própria, 2020, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE, 2009.

4.5.2 Observações acerca das ações propostas

As sugestões exibidas nos itens anteriores são embasadas pelo Manual de Conservação Preventiva do IPHAN e pela Cartilha do Patrimônio Edificado: orientações para sua preservação. As orientações tomam por base os dados encontrados nas visitas técnicas e nos levantamentos dos danos encontrados nas fachadas do Clube Ijuí. Estas observações configuram uma ferramenta para auxiliar futuras manutenções ou intervenções na estrutura externa do prédio. Adverte-se que estes estudos devem ser realizados periodicamente.

5 CONCLUSÕES

No campo de estudos do Patrimônio Cultural enfoca-se no tema da memória, testemunho das gerações passadas. A conservação, nesse sentido, pode ser compreendida como uma prática preocupada com a perpetuação das memórias sociais e culturais das cidades. Sendo assim, a preservação é uma ferramenta que possibilita transmitir valores para as gerações futuras de modo que garantam sua identidade cultural. Conclui-se, neste trabalho, a importância de preservar o patrimônio edificado do Clube Ijuí, localizado na cidade de Ijuí, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

O levantamento histórico apresenta a colaboração do Clube Ijuí no desenvolvimento cultural, social e histórico do município. Com mais de 100 anos de história no interior do estado, O clube presenciou diversos acontecimentos em nível municipal e também possibilitou que novos estabelecimentos viessem para a cidade a fim de preencher as necessidades de seus habitantes. O Clube Ijuí é aclamado pelo ijuiense, por sua origem histórica, sua arquitetura, memórias, identidade cultural e importância social para a cidade.

Em relação ao estado de conservação de suas fachadas, nota-se que a edificação precisa de atenção. Verificou-se através dos resultados, baseados no mapeamento de danos, que existem manifestações patológicas de diversas naturezas. O prédio possui 18,8747% de suas fachadas com algumas dessas manifestações.

A fachada sul, que está em estado mais crítico, apresenta 12,1507% do seu todo com patologias, ou seja, 64,3754% de todas as manifestações patológicas do Clube Ijuí se encontram nela. Também apresenta a maior diversidade de patologias. A manifestação patológica com maior presença na fachada sul é o biofilme em 5,4735% da fachada.

A fachada leste é a fachada em melhor estado de conservação, com apenas 3,8178% de manifestações patológicas. A patologia em maior presença é o biofilme, com 3,4481%.

A fachada norte apresenta 2,9062% de patologias, porém, na parte dos fundos, encontram-se uma área muito crítica de manifestações patológicas, com descolamento da pintura e do reboco e biofilme. Devido a uma calha quebrada, também possui fôrmas que ainda não foram retiradas.

Conforme citado anteriormente, não houve o levantamento da fachada leste devido à impossibilidade de acesso.

A partir da análise constatou-se que as modificações arquitetônicas que foram feitas ao longo dos anos – de maneira bastante intensa – acabaram por descaracterizar arquitetonicamente a concepção inicial do projeto. Dessa forma, fica notória a importância de um profissional da área da arquitetura ou da engenharia civil para que questões como essa não aconteçam.

A verificação da incidência de manifestações patológicas que prejudicam as fachadas, constatadas pelos mapas de danos, revela que estas, apesar de diversas e numerosas, não apresentam risco para a estrutura ou funcionalidade da edificação, apesar de danificarem sua estética. O biofilme é a patologia mais significativa, juntamente com desgastes em relação à pintura e ao reboco e manifestações patológicas em função da umidade. Esses problemas decorrem, provavelmente, da falta de manutenção periódica.

Dentro do levantamento histórico a respeito do clube, nota-se uma série de informações que devem ser destacadas, tanto suas características territoriais, arquitetônicas, como seu valor como monumento repleto de memórias e identidades, questões de preservação, conservação e manutenção predial. Observa-se um descuido perante sua manutenção, bem como nas fachadas que o público não tem acesso.

Propõe-se para desdobramentos futuros a utilização dos dados desta pesquisa, principalmente do mapa de danos, para análise e verificação da parte interna da edificação, avaliando o estado de sua conservação. Como metodologia de pesquisa, o mapa também pode ser útil para a análise de outras edificações de cunho social, cultural e histórico do município de Ijuí e região.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, ano III, nº 4, jan./jun, p. 4-26, 1998.
- ADANS, B. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: UFSC, 2002.
- ASTM E632-82. Standard practice for developing accelerated tests to aid prediction of the service life of building components and materials. **Annual Book of American Society for Testing and Materials Standards**, section 14, v. 1402, Philadelphia, 1988.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575** – Partes 1-6: Desempenho de Edifícios Habitacionais. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5474/99**. Manual de Edificações – Procedimento. São Paulo: ABNT, 1999, 6 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14037**. Manual de operação, uso e manutenção das edificações. São Paulo: ABNT, 1997.
- BARTHEL, C.; et al. O papel do mapa de danos na conservação do patrimônio arquitetônico. In: Congresso Iberoamericano y VIII Jornada “Técnicas de Restauración y Conservación del Patrimonio”, 2009. **Anais...** Buenos Aires, Argentina, 2009.
- BINDÉ, C. **Ijuí: histórias revividas – 100 anos de emancipação**. Ijuí: Editora Líder, 2012.
- BINDÉ, C.; et al. **Origens do Rio Grande**. Porto Alegre: Zero Hora, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BELINASSO, L. Prefeitura de Ijuí projeta impacto milionário devido a crise do coronavírus. Rádio Progresso de Ijuí, Ijuí, 19 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.radioprogresso.com.br/prefeitura-de-ijui-projeta-impacto-milionario-devido-a-crise-do-coronavirus/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CASSAR, M. **Environmental Management: Guidelines for Museums and Galleries**. London: Routledge, 1994.
- CASTRO, S. R. **O estado de conservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CONSOLI, O. J. **Análise da durabilidade dos componentes das fachadas de edifícios, sob a ótica do projeto arquitetônico**. 2016. 208 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CORREIO SERRANO. Ijuhy: Litografia Serrana, 21 de setembro de 1921; 29 de março de 1923; 13 de setembro de 1931; 15 de fevereiro de 1941; 18 de outubro de 1946; 26 de setembro de 1953; 30 de março de 1955; 7 de maio de 1955; 03 de junho de 1957; 4 de julho de 1969. (Acervo Museu Antropológico Diretor Pestana).

CURTIS, J. N. B. **Preservação Urbana**: implicação de uma postura e extensão de um conceito. Porto Alegre: [s.n.], 1981.

CURY, I. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN/DEPROM, 2000.

DEFINIDOS projetos complementares para restauro do prédio da antiga Intendência. **NoroesteOnline.com**, Ijuí, 6 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.noroesteonline.com/definidos-projetos-complementares-para-restauro-do-predio-da-antiga-intendencia/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

DELPHIM, C. E. M. **Intervenções em jardins históricos**: manual. Brasília: IPHAN, 2005.

DIMENSTEIN, D. **Educação patrimonial, memória e cidadania**: a experiência dos professores de história da rede municipal de Jaboatão dos Guararapes - PE. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2017.

D'OSSAT, G. A. **Guide to Methodical Study of Monuments and Causes of their Deterioration**. Roma: ICCROM, 1972.

FEILDEN, B. M. **Conservation of historic buildings**: technical studies in the arts, archeology and architecture. England: Butterworth, 1982.

FEILDEN, B. M. **Conservation of historic building**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2003.

GARCIA, A. A. (Org.). **Curso de Patologia**: Conservación y restauración de edificios. Madrid: Servicio de Publicaciones Del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUTIÉRREZ, R. **Arquitetura latino-americana**: textos para reflexão e polêmica. São Paulo, Nobel, 1989.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

ICOMOS. **Carta de Burra** (1980). Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Austrália. Disponível em: <<https://bit.ly/3ftcxaK>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ICOMOS. **Recomendações para análise, conservação e restauração estrutural do patrimônio arquitetônico**. Documento aprovado pelo Comitê Internacional para a análise e restauração de estruturas do patrimônio arquitetônico. Paris, 13 set. 2001. 42 p. Disponível em: <<https://bit.ly/3jeECoL>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ICOMOS. **Curso de Formação de Agentes de Preservação**: apostila. São Paulo: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), 1989.

IJUHY 1912-1962: **Edição comemorativa ao cinquentenário da elevação da Vila Ijuhy**. Ijuí, p. 69, 1962.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **Ijuí: História & Fotos**. IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ijui/historico>> Acesso em: 01 abr. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Manual de Conservação Preventiva**. Recife, 2001.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **General Principles on the Design of Structures for Durability**. ISO 13823. Geneva: ISO/TC, 2008.

KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.

KLÜPPEL, P.; SANTANA, M. **Manual de conservação preventiva de edificações**. Minc, IPHAN, UCG/Projeto Monumenta, 2006.

LAZZAROTTO, D. **História de Ijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

LE GOFF, J. **L'Imaginaire Médiéval**: essais. Paris: Gallimard, 1996.

LEMOS, C. A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LERSCH, I. M. **Contribuição para a identificação dos principais fatores de degradação em edificações do patrimônio cultural de Porto Alegre**. 2003. 185 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MACHADO, G. C. **O ensino da educação patrimonial nas escolas municipais de Belo Horizonte**: análise das repercussões dos projetos paisagem de BH - uma descoberta e do projeto onde mora a minha história? 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2010.

MARQUES, M. O.; BRUM, A. J. **Nossas coisas e nossa gente**. Ijuí: Unijuí, 2004.

MCCRACKEN, G. D. **Culture & consumption**: new approaches to the symbolic character of consumer goods and activities. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

MEDEIROS, J. S. O desempenho das vedações frente à ação da água. In: SEMINÁRIO TECNOLOGIA E GESTÃO NA PRODUÇÃO DE EDIFÍCIOS: VEDAÇÕES VERTICAIS, 1998. **Anais...** São Paulo: EPUSP/PPC, 1998.

MEDEIROS, M. C.; SURYA, L. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: < <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0135.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MEIRA, A. L. G. **O passado no futuro da cidade:** políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. 2001. 271 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MEIRA, A. L. G. **A restauração como disciplina.** O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no séc. XX: atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. 480 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MELLO, C. R. C. **Levantamento e Identificação do Patrimônio Arquitetônico Urbano de Ijuí Construído entre os anos de 1890 e 1960.** 2013. 205 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

OLIVEIRA, T. D.; CALLAI, H. C. Compreender a cidade e a arquitetura através da educação patrimonial. **Revista Di@logus**, v. 6, n. 3, p. 141-149, 2017.

OLIVEIRA, T. D.; CALLAI, H. C. Cidade e arquitetura: (re)conhecer e preservar através da educação patrimonial. **Plures Humanidades**, v. 19, n. 1, p. 135-146, 2018.

OLIVEIRA, L. M.; OLIVEIRA, A. P. P. L. Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: A educação na perspectiva de mudança paradigmática. In: XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005. **Anais...** Campo Grande: Arqueologia, Patrimônio e Turismo, 2005.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Cultural:** consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: AUGRAS, M. (Org.). **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POSSAM, E.; DEMOLINER, C. A. Desempenho, Durabilidade e Vida Útil das Edificações: **Abordagem Geral.** Revista Técnico-Científica do CREA-PR, n. 1. p. 1-14, 2013.

PRESERVAR a memória é preocupação recente. **Jornal da Manhã**, Ijuí, 8 mai. 1985. Geral.

QUERUZ, F. **Contribuição para identificações dos principais agentes e mecanismos de degradação em edificações da Vila Belga.** 2007. 150p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

RELEMBRANDO os bons tempos: Clube Ijuí 1905-2005. **Jornal da Manhã**, Ijuí, 22 mar. 2005.

REVISTA. **100 Anos Clube Ijuí**. 1905-2005. Edição Comemorativa, 2005.

RIEGL, A. **El culto a los monumentos**: Caracteres y origen. Madrid: Visor, 1991.

SEELE, J. **Restauo de edificações históricas**. Tópicos especiais em engenharia. Porto Alegre: NORIE/CPGEC/UFRGS; 2000.

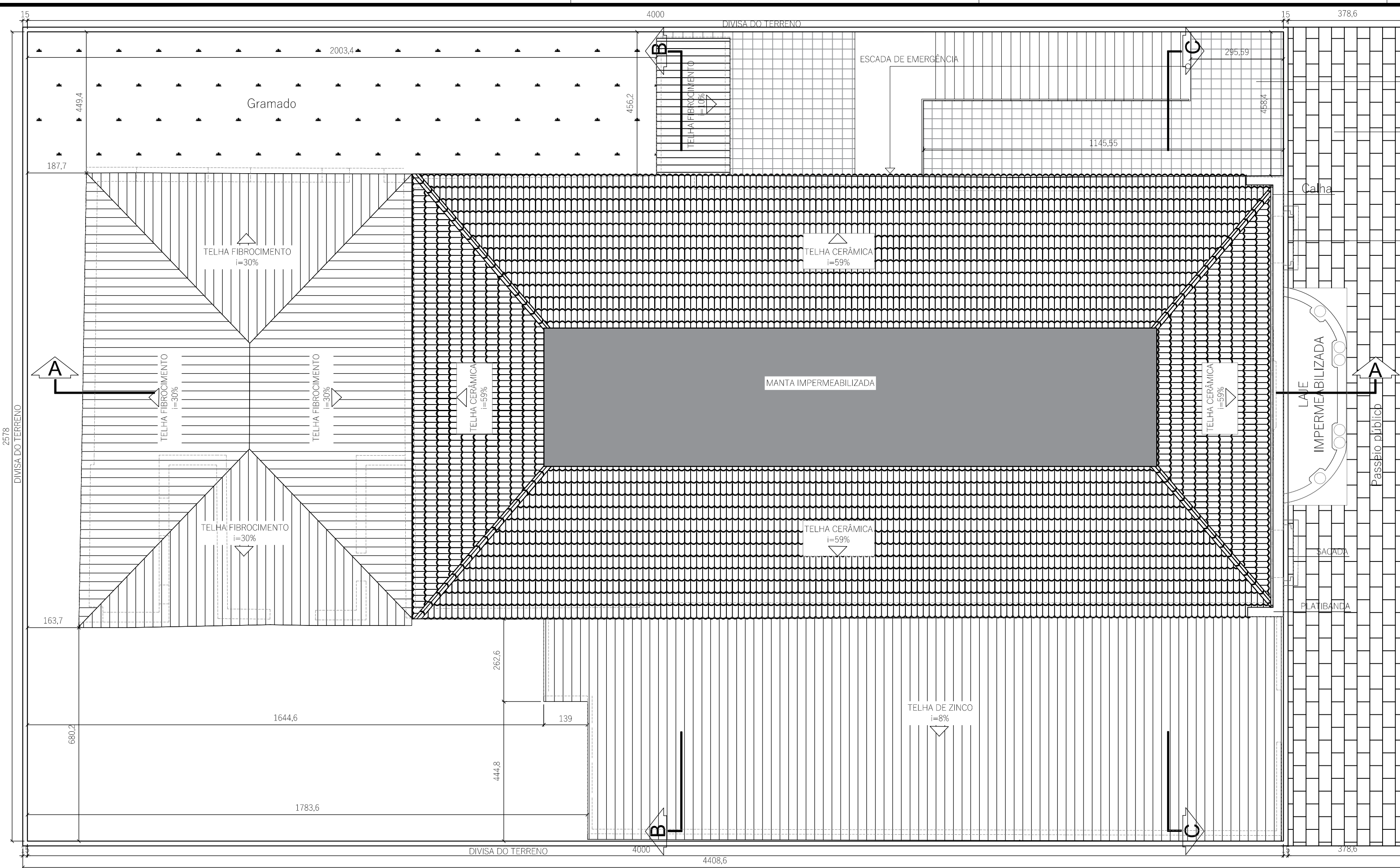
SEVERO, F. Espaço arquitetônico e espaço turístico: memória, história e simulacros. In: Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul, 2004. **Anais...** Caxias do Sul: RS: SPTM, 2004.

SILVA, M. A. **Fragmentos**: vestígios que contam histórias: Ijuhy (1890-1942). 2003. 266 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

TINOCO, J. E. L. **Mapa de danos**: recomendações básicas. Centro de estudos avançados da conservação integrada – CECI. Olinda: Pernambuco, 2009.

VERÇOSA, Ê. J. **Patologia das edificações**. Porto Alegre: Sagra, 1991.

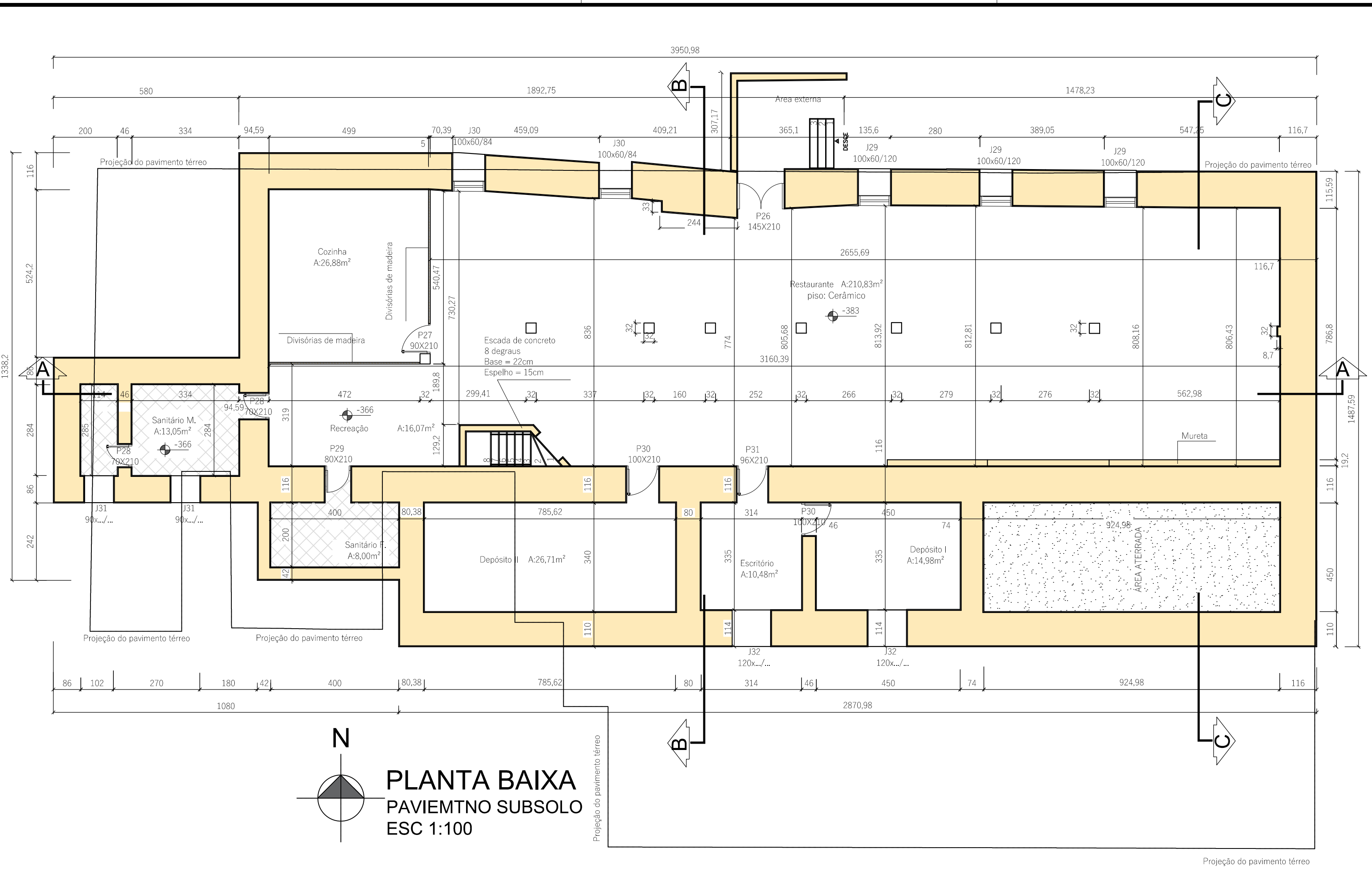
ANEXO A – PRANCHA 1 E 2



PLANTA DE COBERTURA E LOCALIZAÇÃO
ESC 1:100

PLANTA DE SITUAÇÃO
ESC 1:750

UNUI Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Departamento de Ciências Exatas e Engenharias – DCEEng
Arquitetura e Urbanismo
Docente: Bruna Fuzzer de Andrade
Estudantes: Projeto VI



PLANTA BAIXA
PAVIEMTNO SUBSOLO
ESC 1:100

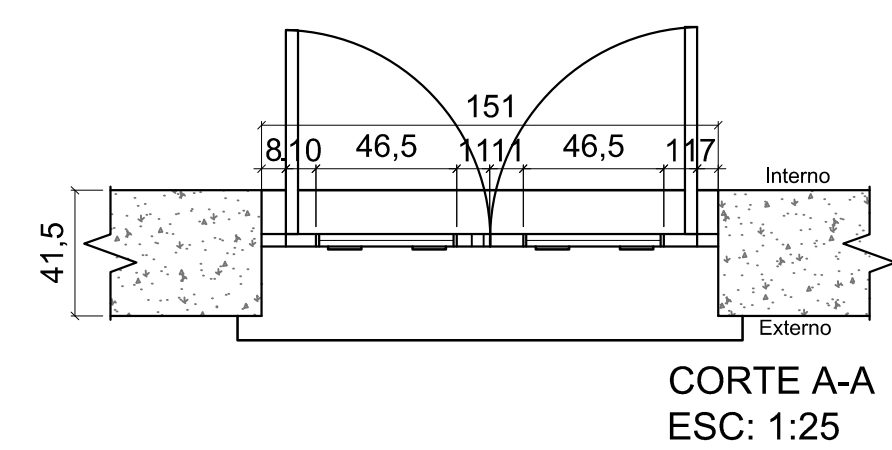
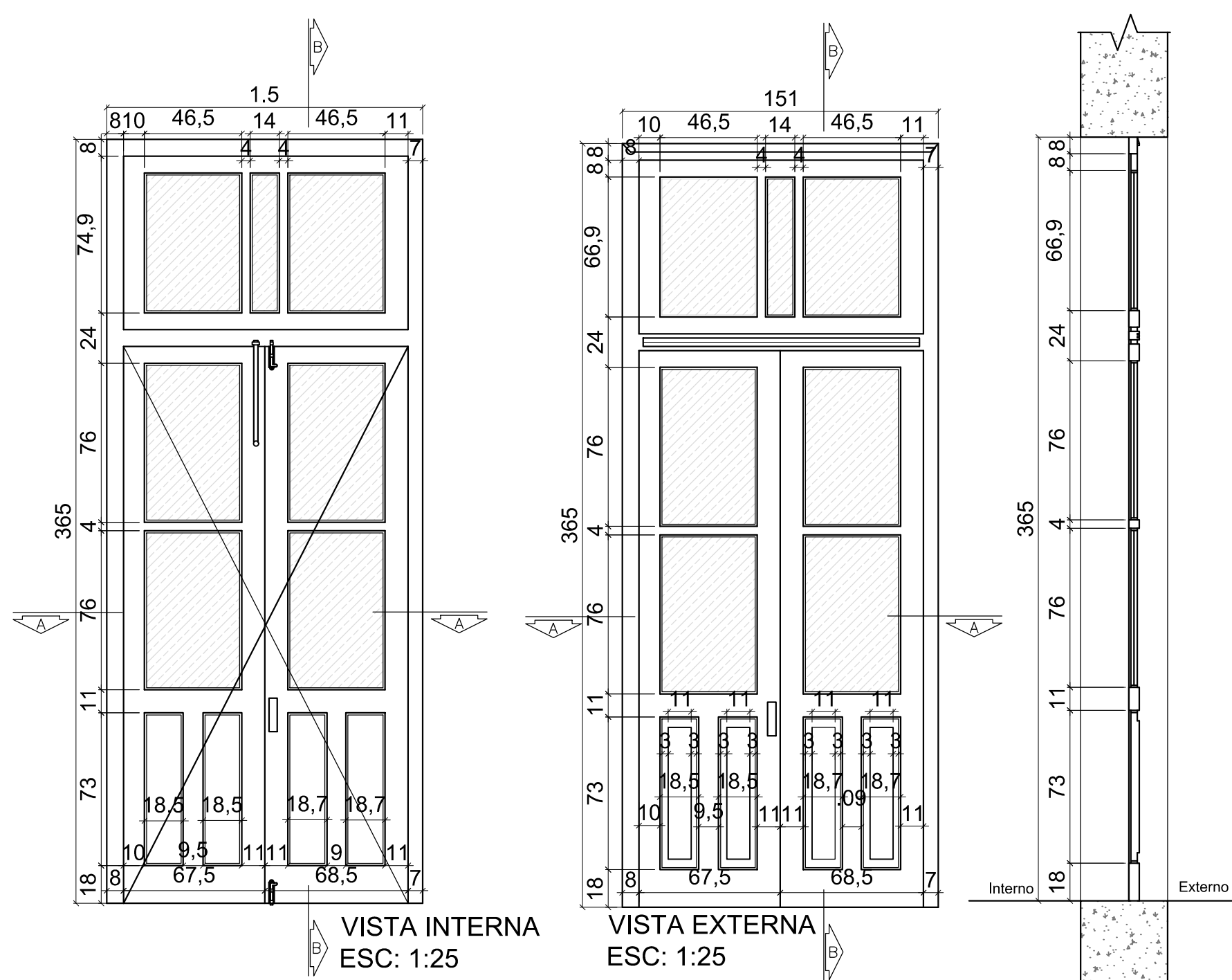


FACHADA LESTE
ESC 1:75

UNUI Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Departamento de Ciências Exatas e Engenharias – DCEEng
Arquitetura e Urbanismo
Docente: Bruna Fuzzer de Andrade
Estudantes: Projeto VI

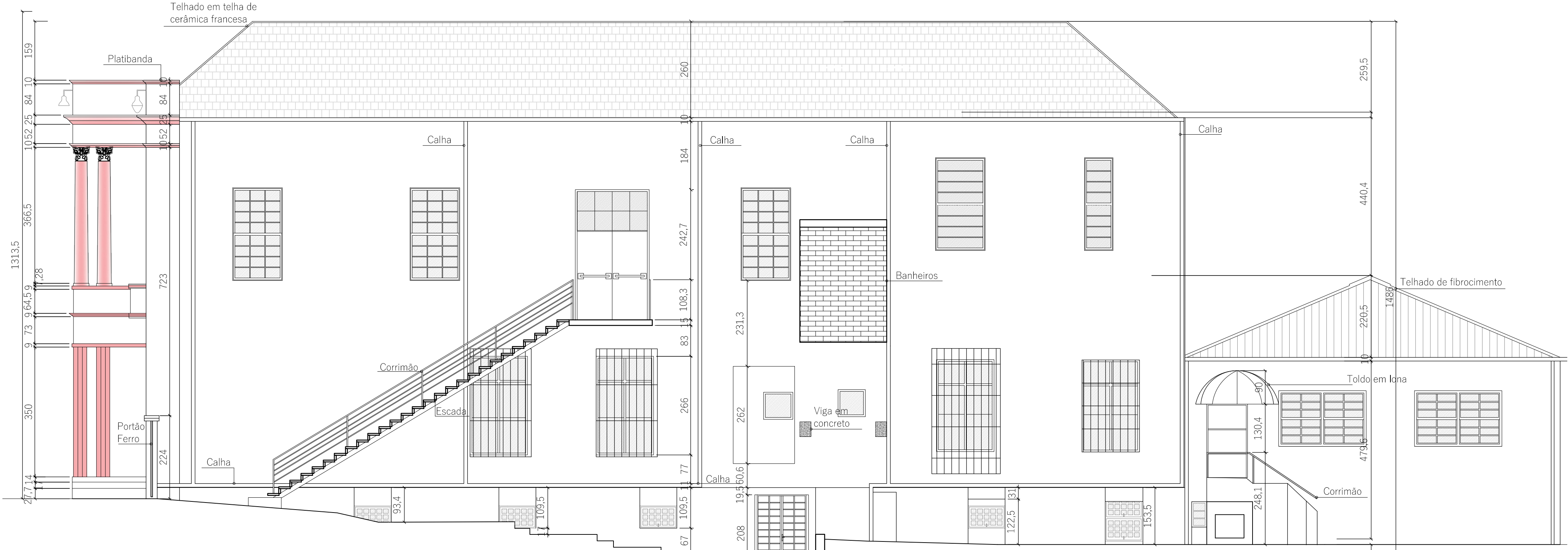
ANEXO B – PRANCHA 4 E 7

ANEXO C – PRANCHA 5 E 6



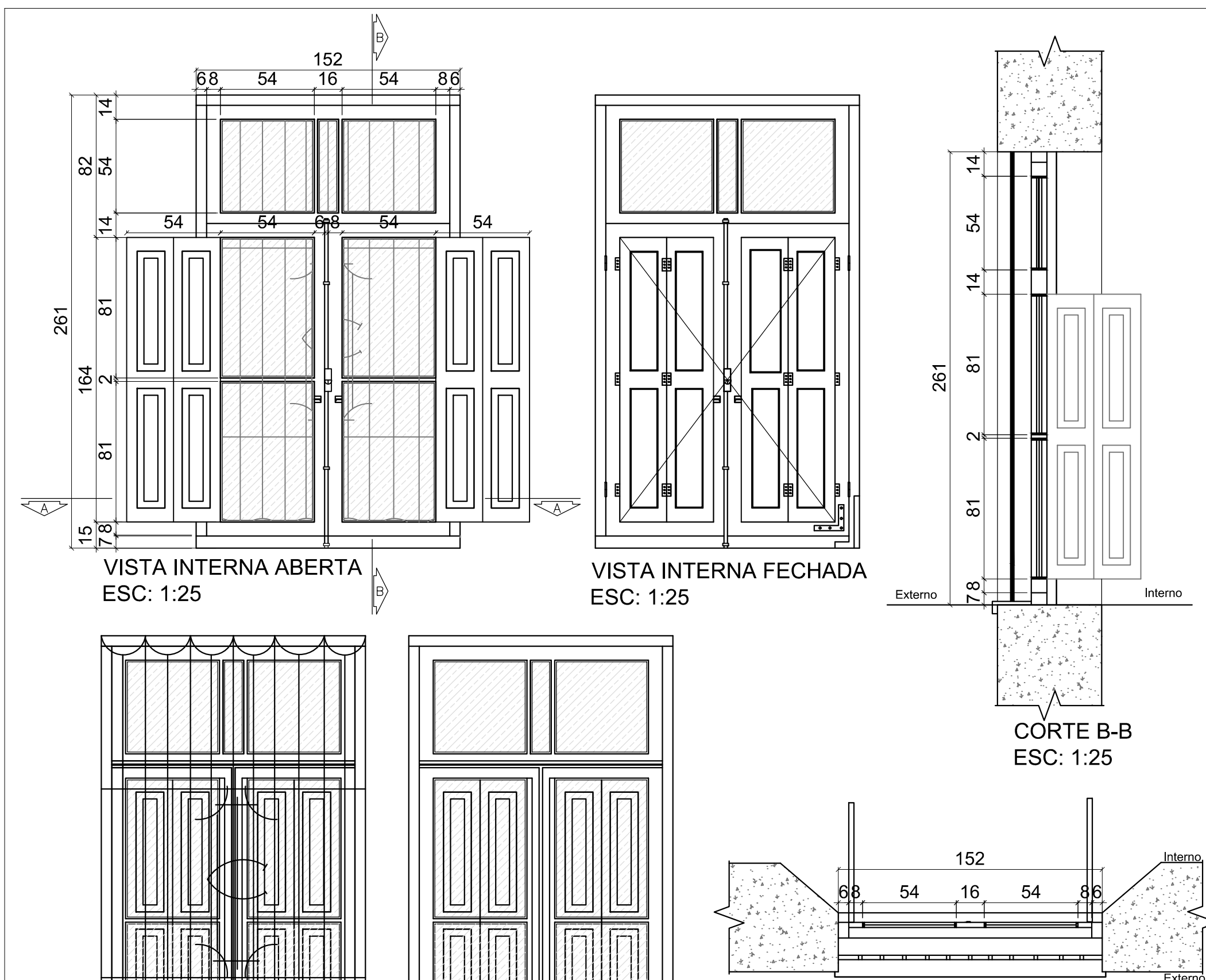
DETALHAMENTO JANELA PORTA
ESC: 1:25

Cód. Px	Localização :	Pav. Superior
Quantidade : 2 peças	Tipo de Alisar/Guarnição :	n tem
Dimensões : (1,51 x 3,65m)	Existência de bandeira :	Sim/fixa
Material : Madeira e vidro	Material da bandeira:	Madeira e vidro
Originalidade : Original	Tipo de vidro :	Liso e Martelado
Sistema de abertura : Abrir	Ferragens:	Ferro
Tipo de Verga : Reta	Outros elementos:	
Tipos de Batente/Marco : Liso		
Tipo de Folha : 2 folhas de abrir/bater		



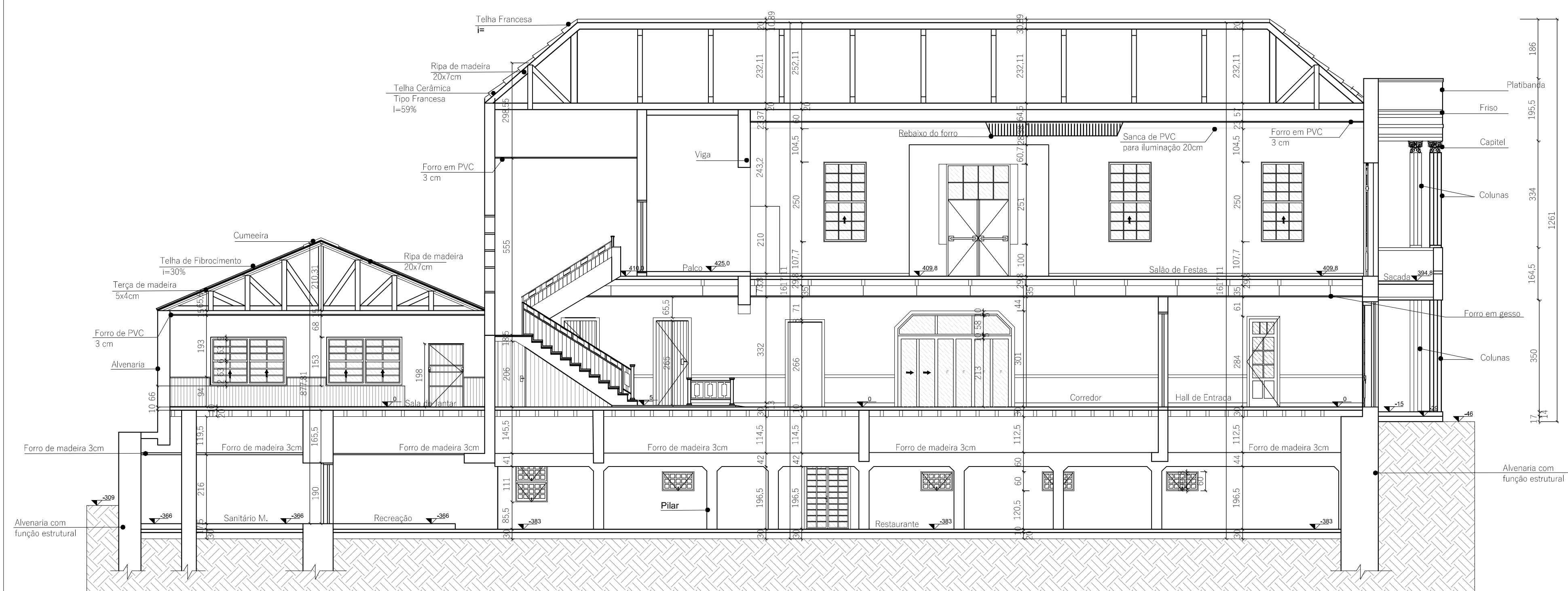
FACHADA NORTE
ESC: 1:75

UNUI Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Departamento de Ciências Exatas e Engenharias – DCEEng
Arquitetura e Urbanismo
Docente: Bruna Fuzzer de Andrade
Estudantes: Projeto VI



JANELA PAV. TÉRREO
Esc 1:25

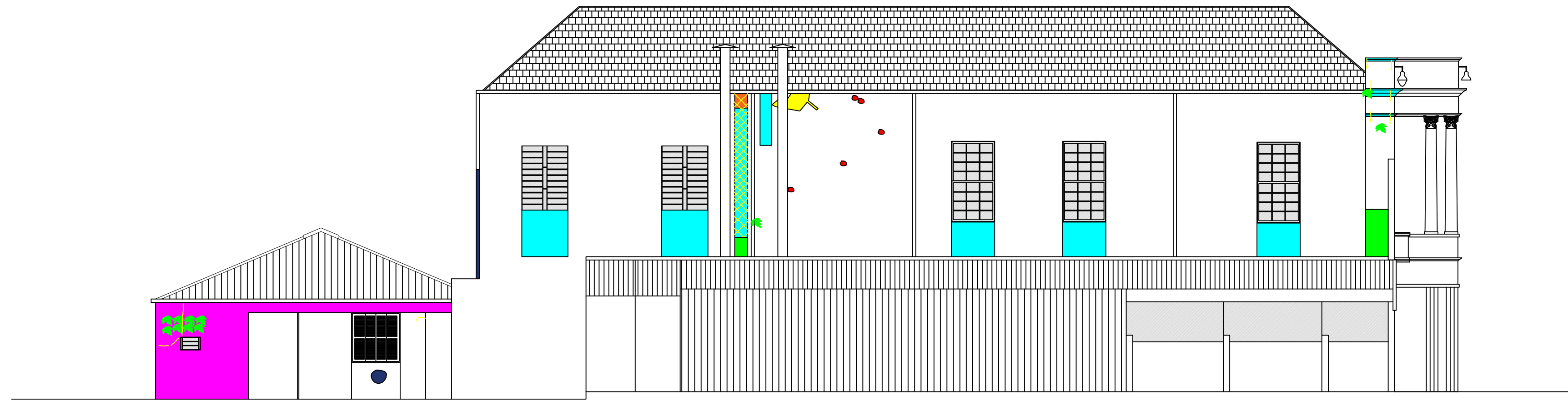
Cód. Jx	Localização :	Pavimento térreo
Quantidade : 2 peças	Tipo de Alisar/Guarnição :	Não
Dimensões : (1,52 x 2,61m/0,60)	Existência de postigo :	sim
Material : Madeira e vidro	Material do postigo :	madeira
Originalidade : Original	Tipo de vidro :	9 vidros fixos-Liso
Sistema de abertura: Pivô Lateral/abrir	Ferragens:	Ferro
Tipo de Verga : Reta	Outros elementos:	Grades
Tipos de Batente/Marco : Liso		
Tipo de Folha : 2 folhas de abrir e vidro fixo		



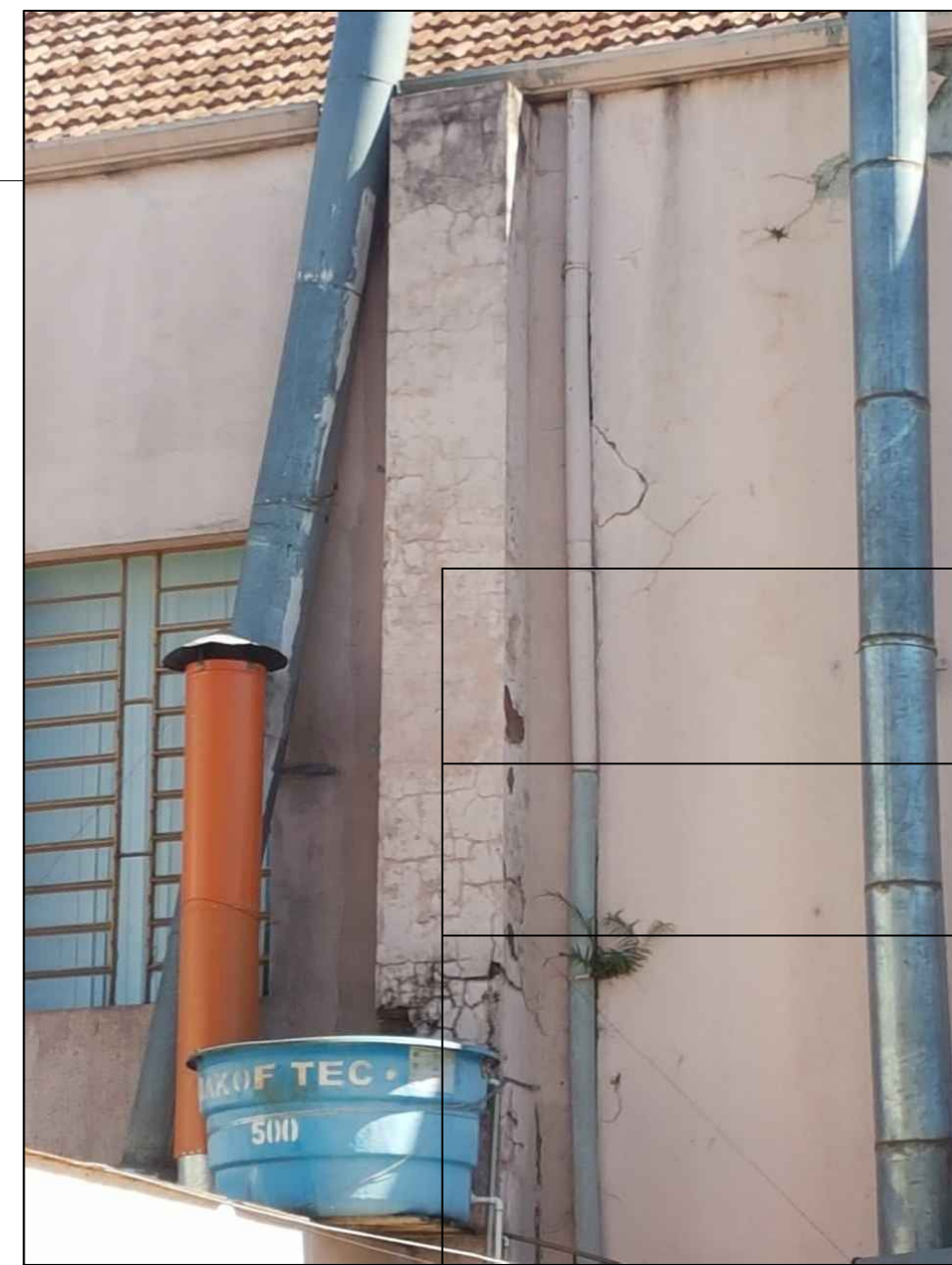
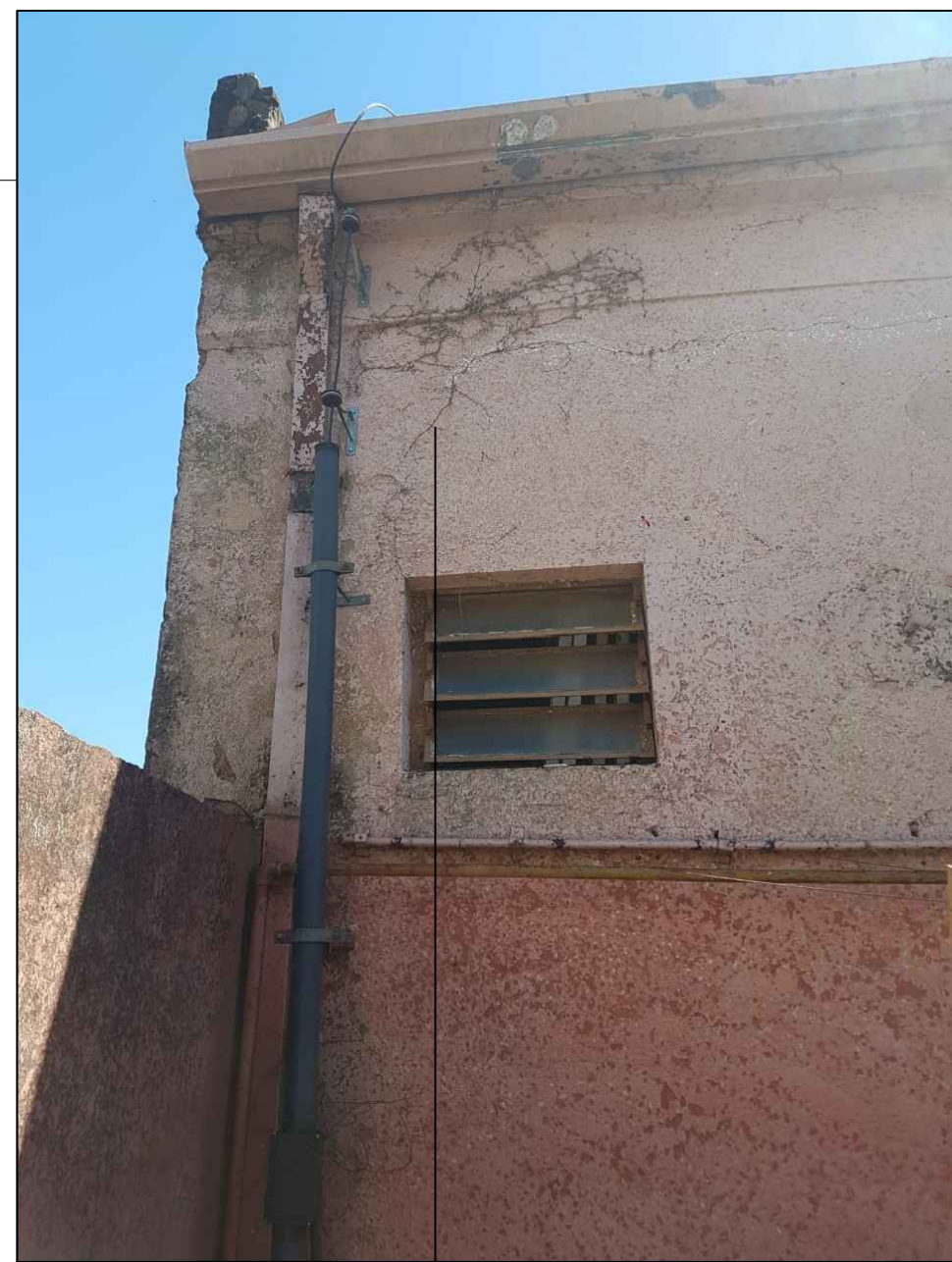
CORTE LONGITUDINAL AA'
ESC: 1:75

UNUI Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Departamento de Ciências Exatas e Engenharias – DCEEng
Arquitetura e Urbanismo
Docente: Bruna Fuzzer de Andrade
Estudantes: Projeto VI

APÊNDICE A – FACHADA SUL



- Desgaste por agentes agressivos biofilme, e descolamento do revestimento
- Vegetação
- Biofilme
- Infiltração
- Reboco com remendos de argamassa de cimento
- Descolamento da pintura
- Elemento retirado ou faltante
- Reboco com remendos de argamassa de cimento
- Descolamento da pintura
- Desagregação do reboco



Vegetação
Mapeamento
Infiltração

- A1
- A2
- B1
- VE
- I4
- 5
- 6
- 7
- 8

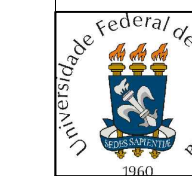
Vegetação
Biofilme
Fissura

- A1
- A2
- B1
- VE
- IN
- DR
- RR
- FI
- I4
- 5
- I3
- 7
- 8

ELEMENTOS MATERIAIS	DEGRADAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> A Alvenaria A1 Reboco A2 Pintura 	<ul style="list-style-type: none"> E Patologia B Biofilme VE Vegetação DR Descolamento do reboco RR Remendo no reboco FI Fissura DP Degradação da pintura IN Insetos DR Desagregação do reboco IN Infiltração

INTERVENÇÕES

- I Intervenção
- I1 Remoção
- I2 Limpeza
- I3 Reconstituição
- I4 Identificação origem
- 5 Técnico especializado
- 6 Raspagem
- 7 Repintura
- 8 Reboco novo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL



CONHECER PARA PRESERVAR: LEVANTAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL E ARQUITETÔNICO DO CLUBE IJUÍ - IJUÍ / RS

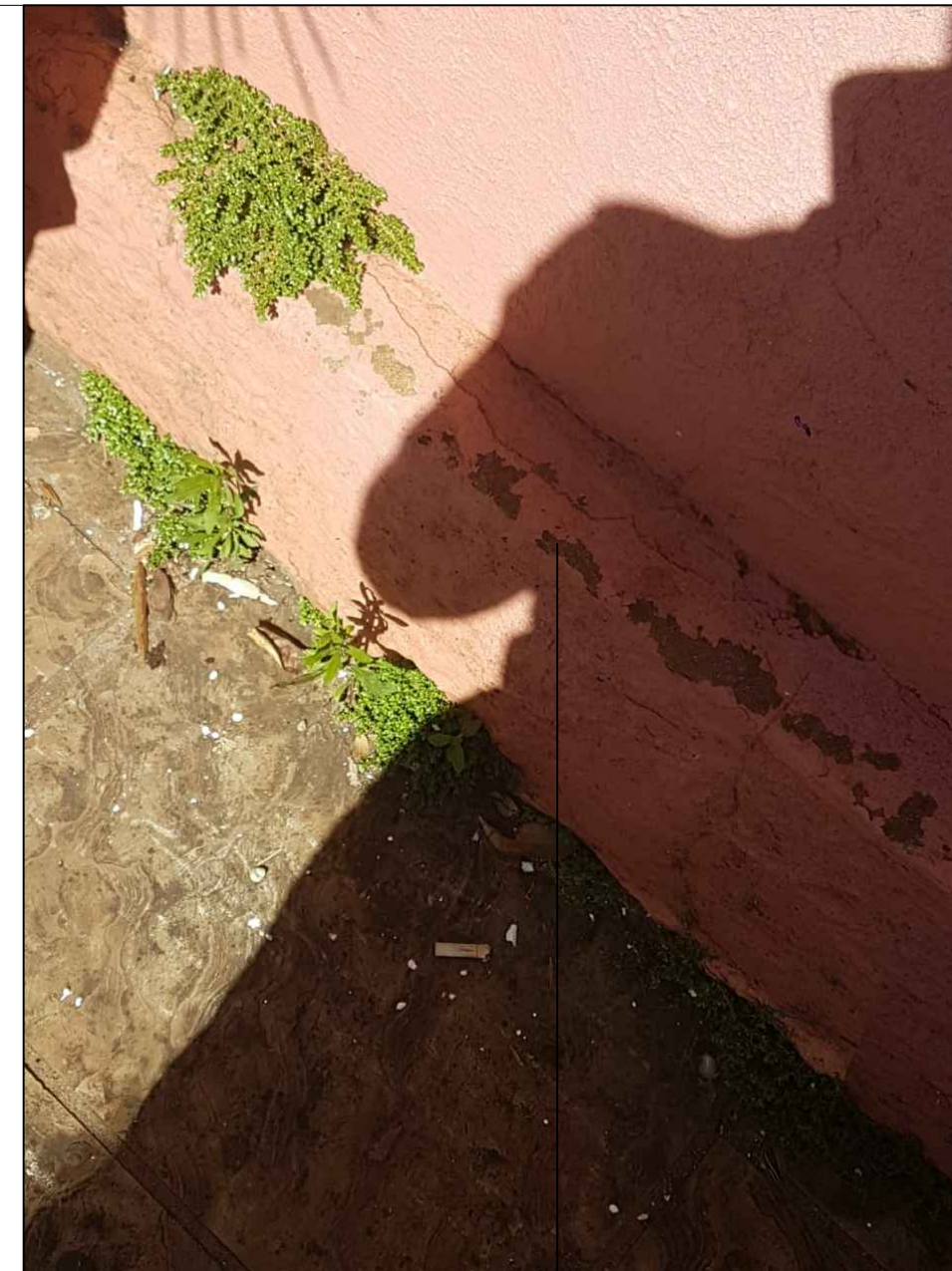
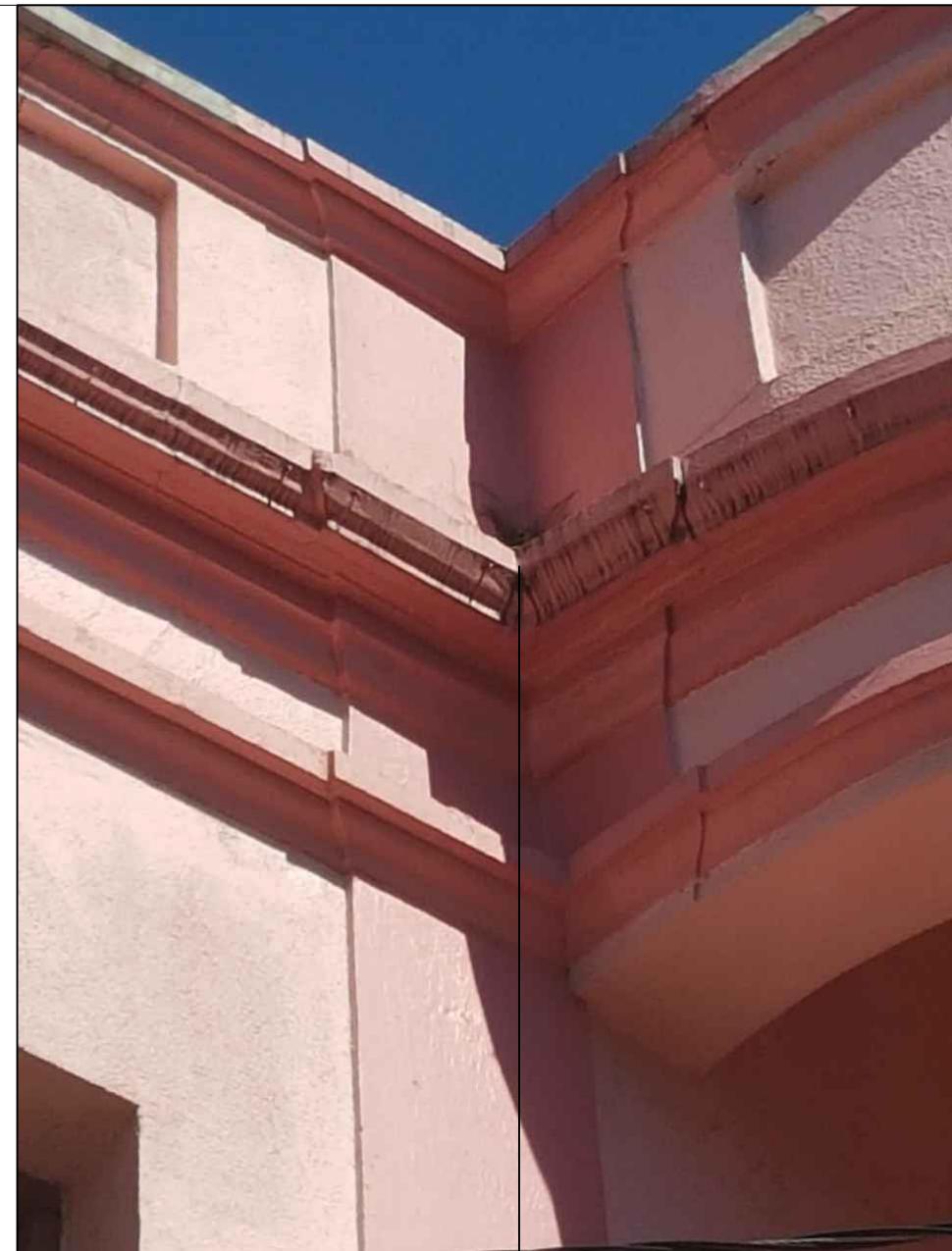
AUTOR: Engenheiro Civil Hugo Henzel Steinner
COLABORADORES: Curso de Arquitetura e Urbanismo (UNIJUÍ), Profs. Tarcisio Dorn de Oliveira e Bruna Fuzzer de Andrade
E colega Luis Gustavo Atkinson

APÊNDICE B – FACHADA LESTE



- Biofilme
- Reboco com remendos de argamassa de cimento
- Descolamento da pintura
- Fissura
- Vegetação

ELEMENTOS MATERIAIS	DEGRADAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> [A] Alvenaria [A1] Reboco [A2] Pintura 	<ul style="list-style-type: none"> [E] Patologia [B] Biofilme [VE] Vegetação [DR] Descolamento do reboco [RR] Remendo no reboco [FI] Fissura [DP] Degradação da pintura [IN] Insetos [DR] Desagregação do reboco [IN] Infiltração



- [A2]
- [B]
- [VE]
- [I2]

Biofilme
Vegetação

- [A2]
- [B]
- [I2]

Biofilme

- [A1]
- [A2]
- [DP]
- [FI]
- [VE]
- [6]
- [7]

Vegetação
Biofilme
Desc. da pint.

INTERVENÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> [I] Intervenção [I1] Remoção [I2] Limpeza [I3] Reconstituição [I4] Identificação origem [I5] Técnico especializado [I6] Raspagem [I7] Repintura [I8] Reboco novo



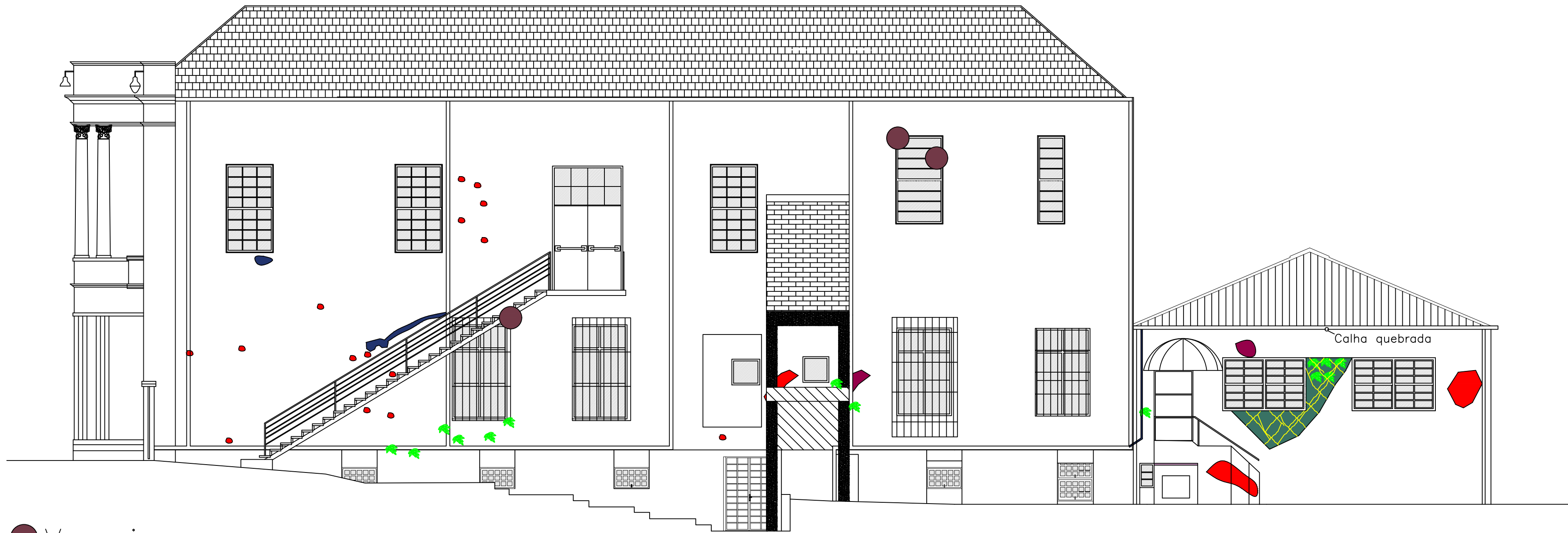
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL



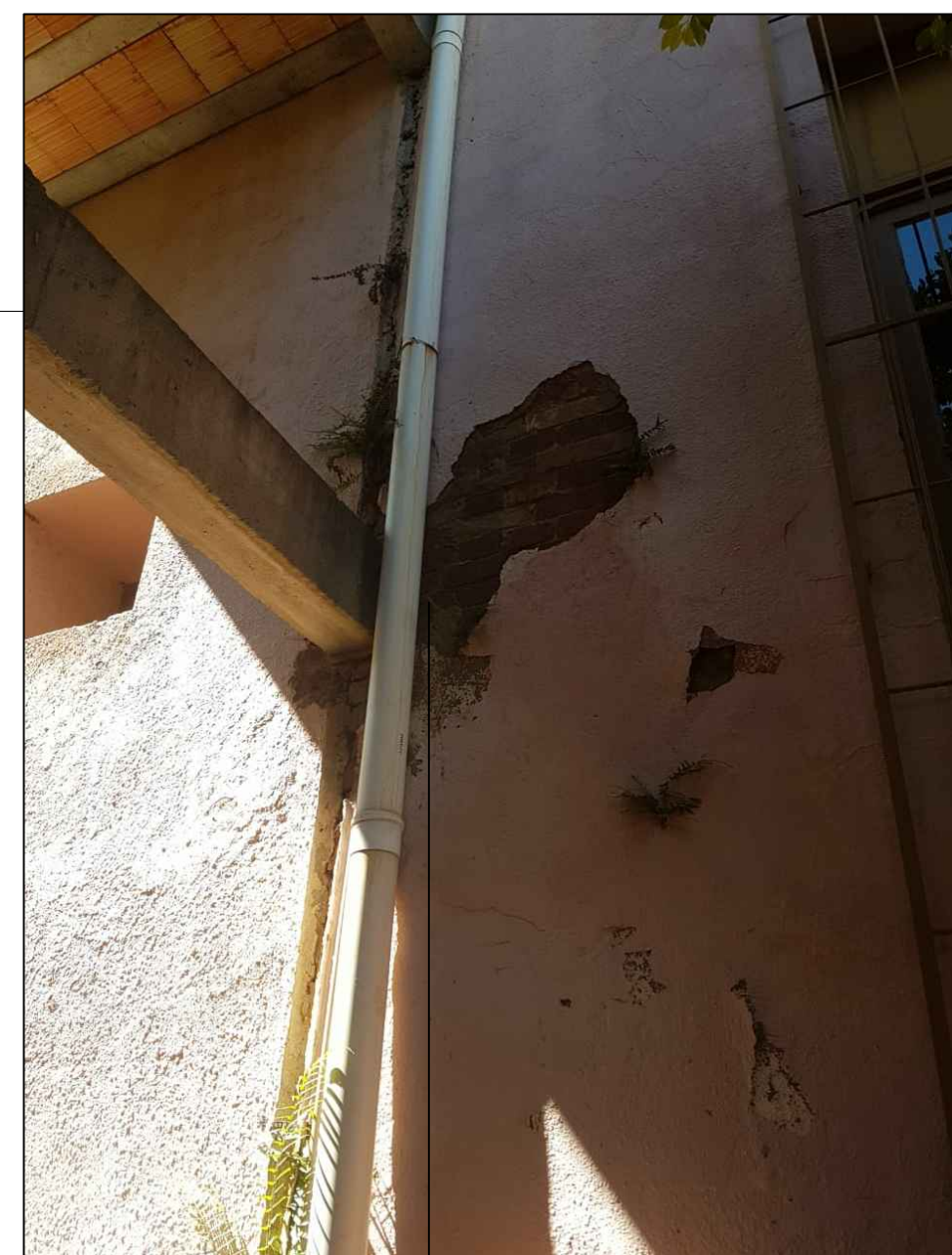
CONHECER PARA PRESERVAR: LEVANTAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL E ARQUITETÔNICO DO CLUBE IJUÍ - IJUÍ / RS

AUTOR: Engenheiro Civil Hugo Henzel Steinner
COLABORADORES: Curso de Arquitetura e Urbanismo (UNIJUÍ), Profs. Tarcisio Dorn de Oliveira e Bruna Fuzzer de Andrade
E colega Luis Gustavo Atkinson

APÊNDICE C – FACHADA NORTE



- Vespeiro
- Descolamento da pintura ■ Descolamento da pintura, reboco e biofilme ■ Concreto deteriorado
- 🌿 Vegetação ✂ Mapeamento ▨ Fôrmas não retiradas ■ Arrancamento do reboco
- Descolamento da pintura e reboco



Vegetação
Mapeamento

Desc. pint. e reb.

A2
In
I1

Vespeiro

A1
A2
Dr
VE
6
7
8

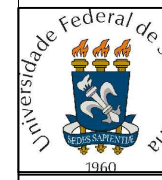

Arranc. Reb.

Vegetação

Desc. da pint.

A3
A4
BI
VE
FI
DR
DP

14 5 13 7 8

ELEMENTOS MATERIAIS	DEGRADAÇÃO	
[A] Alvenaria [A1] Reboco [A2] Pintura	[E] Patologia [B] Biofilme [VE] Vegetação [DR] Descolamento do reboco [RR] Remendo no reboco [FI] Fissura [DP] Degradação da pintura [In] Insetos [Dr] Desagregação do reboco [IN] Infiltração	
INTERVENÇÕES		
[I] Intervenção [11] Remoção [12] Limpeza [13] Reconstituição [14] Identificação origem [5] Técnico especializado [6] Raspagem [7] Repintura [8] Reboco novo		
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL	
CONHECER PARA PRESERVAR: LEVANTAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL E ARQUITETÔNICO DO CLUBE IJUÍ - IJUÍ / RS		
AUTOR: Engenheiro Civil Hugo Henzel Steinner COLABORADORES: Curso de Arquitetura e Urbanismo (UNIJUÍ), Profs. Tarcisio Dorn de Oliveira e Bruna Fuzzer de Andrade E colega Luis Gustavo Atkinson		
MAPA DE DANOS: FACHADA NORTE	Escala: Indicada	Fevereiro/2020